



REYNALDO DE AZEVEDO GOSMÃO

**A PRODUÇÃO DO DISCURSO DA PSICANÁLISE EM
TEMPOS DE CONSUMO**

**LAVRAS-MG
2021**

REYNALDO DE AZEVEDO GOSMÃO

**A PRODUÇÃO DO DISCURSO DA PSICANÁLISE EM
TEMPOS DE CONSUMO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Letras da Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-graduação em Letras, na área de concentração em Objetos Culturais e Construção de Sentidos.

Prof. Dr. Márcio Rogério Oliveira Cano
Orientador

**LAVRAS-MG
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Gosmão, Reynaldo de Azevedo.

A Produção do Discurso da Psicanálise em Tempos de Consumo /
Reynaldo de Azevedo Gosmão. - 2021.
103 p.

Orientador(a): Márcio Rogério de Oliveira Cano.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2021.
Bibliografia.

1. Análise do Discurso. 2. Discurso da Psicanálise. 3. Discurso do
Consumismo. I. Cano, Márcio Rogério de Oliveira. II. Título.

REYNALDO DE AZEVEDO GOSMÃO

**A PRODUÇÃO DO DISCURSO DA PSICANÁLISE EM
TEMPOS DE CONSUMO**

**THE PRODUCTION OF PSYCHOANALYSIS SPEECH IN
TIME OF CONSUMPTION**

Dissertação apresentada ao Departamento de Letras da Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-graduação em Letras, na área de concentração em Objetos Culturais e Construção de Sentidos.

APROVADA em: 22/03/2012

Dr^a LUCIANA SOARES DA SILVA

Dr^o RAMON SILVA CHAVES



Prof. Dr. Márcio Rogério Oliveira Cano
Orientador

**LAVRAS-MG
2021**

*Dedico aos meus pais, Wania Félix de Azevedo Gosmão in memoriam e
José Reinaldo Gosmão in memoriam.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Leitura e Produção do Discurso (GPLPD) vinculado ao Departamento de Estudos da Linguagem (DEL/UFLA) por toda contribuição a minha pesquisa e os avanços nos estudos em Análise do Discurso.

De forma especial agradeço à minha família que dentro de suas possibilidades me apoiaram, confortaram e brindaram a cada conquista deste percurso.

Agradeço também aos amigos, sejam os de longa ou curta data que fizeram da partilha deste percurso mais animado, engraçado e motivante.

Em especial, agradeço ao meu orientador Márcio Rogério de Oliveira Cano, que por mais intenso que seja o processo de pesquisa, com suas palavras, paciência e apoio fez da orientação um percurso extremamente proveitoso.

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a produção do discurso da psicanálise em tempos de consumo. Tendo como objetivo geral a análise dos possíveis efeitos de sentidos entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo através das categorias de condições de produção do discurso e a constituição do sujeito no interior do discurso psicanalítico em diferentes momentos históricos. Busca-se fazer esta análise através de estratégias linguístico-discursivas dos posicionamentos desses sujeitos e os possíveis efeitos de sentido decorrentes. A Análise do Discurso é o aparato teórico e analítico do projeto, por meio dos conceitos de interdiscurso, condições de produção do discurso e sujeito. Assim, espera-se levantar as formas de representação do discurso do consumismo e do discurso da psicanálise e também o lugar do sujeito no interior desses processos em um *corpus* que represente marcadores de diferentes épocas da psicanálise em um percurso sócio-histórico. Sendo o *corpus* os prefácios das obras: Estudos sobre a histeria (1895-1990), de autoria de Sigmund Freud e Josef Breuer, que servirá de contraste e contraponto a análise do prefácio da obra: O mal, o bem e mais além (2006), de Flávio Gikovate. Os autores que referenciam essa pesquisa são Dominique Maingueneau, Jean Jacques Courtine, Eni Orlandi e Erving Goffman. Como conclusão desta análise, compreendemos que no interior do discurso da psicanálise a historização e as filiações dos sujeitos às formações ideológicas são um fator que interfere diretamente nos deslizamentos dos sentidos do discurso da psicanálise, de um discurso próximo ao discurso científico para o discurso do consumismo, deslizamentos que integram as CP do discurso e que são respostas a efeitos sociais de um dado momento histórico.

Palavras chave: Análise do discurso. Discurso da psicanálise; Discurso do consumismo.

ABSTRACT

This research sought to analyze the production of the discourse of psychoanalysis in times of consumption. With the general objective of analyzing the possible effects of meanings between the discourse of psychoanalysis and the discourse of consumerism through the categories of conditions of discourse production and the constitution of the subject within the psychoanalytic discourse at different historical moments. We seek to make this analysis through linguistic-discursive strategies of the positions of these subjects and the possible effects of meaning arising. Discourse Analysis is the theoretical and analytical apparatus of the project, through the concepts of interdiscourse, conditions of discourse production and subject. Thus, it is expected to raise the forms of representation of the discourse of consumerism and the discourse of psychoanalysis and also the place of the subject within these processes in a corpus that represents markers from different times of psychoanalysis in a socio-historical path. The corpus being the prefaces of the works: *Studies on hysteria* (1895-1990), written by Sigmund Freud and Josef Breuer, which will serve as a contrast and counterpoint to the analysis of the preface of the work: *O mal, o bem e mais mais* (2006), by Flávio Gikovate. The authors who reference this research are Dominique Maingueneau, Jean Jacques Courtine, Eni Orlandi and Erving Goffman. As a result of this analysis, we can understand that within the psychoanalysis discourse, the historization and the affiliations of the subjects to the ideological formations are a factor that directly interferes in the sliding of the senses of the psychoanalysis discourse, from a discourse close to the scientific discourse to the discourse of the psychoanalysis. consumerism, slips that integrate the CP of the discourse and that are responses to social effects of a given historical moment.

Keywords: Discourse analysis. Psychoanalysis discourse. Consumption consumerism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ANÁLISE DO DISCURSO E O PERCURSO DE PESQUISA	11
2.1 Percurso da AD.....	11
2.2 Discurso: o Objeto da Análise do discurso.....	13
2.3 Interdiscurso	17
2.4 Discursos em Análise.....	20
2.4.1 O lugar do discurso da psicanálise.....	20
2.4.2 O lugar do discurso do consumismo	23
2.4.3 Discurso da Psicanálise	25
2.4.4 Discurso do Consumismo.....	31
3 O LUGAR DE SUJEITO NA ANÁLISE DO DISCURSO.....	34
3.1 Condições de Produção do Discurso	34
3.2 Sujeito e enunciado.....	38
3.3 Sujeito, Discursividade e Deslizamento	40
3.4 Sujeito e Interacionismo.....	42
4 ANÁLISE	49
4.1 Metodologia de Análise	49
4.2 Análise de Condição de produção do discurso.....	50
4.3 Análise Sujeito	68
5 CONCLUSÕES.....	78
REFERÊNCIAS	81
ANEXO A.....	84
ANEXO B.....	100

1 INTRODUÇÃO

“Estamos em um terreno onde a relação social é, desde o início, linguagem”.

D. Maingueneau

As fronteiras entre os processos históricos e os processos discursivos se relacionam as condições de produção do discurso, na qual reverbera nas posições assumidas pelos sujeitos na interioridade da construção de seu discurso. Essa junção entre as condições de produção do discurso e os processos históricos, ideológicos assumidos pelo sujeito, de certa forma é uma grande inquietação aos pesquisadores da linguagem, do discurso, principalmente para Análise do Discurso - AD.

Analisar as marcas históricas e ideológicas do discurso é também analisar o lugar do discurso no universo discursivo, no que tange o emprego feito por um sujeito dos encadeamentos de construções de sentidos para que seja interpretado ou o uso de quadros pré-estabelecidos do discurso para manter determinadas relações sociais, esses fatores marcam as posições assumidas pelos sujeitos em seu cotidiano. Ou seja, analisar o dinamismo do discurso, equivale também em uma análise do lugar do discurso na esfera social, pois os efeitos de sentidos estão sempre em movimento, seja por meio de repetição, apagamento ou elaboração da memória discursiva ou da história.

Sendo assim, o discurso não é dado a priori, mas os sujeitos usufruem dos seus lugares como ferramenta de identificação social, cultural e subjetiva que refletirá nas posições ideológicas que são assumidas ilusoriamente por esses sujeitos, dando suporte para a construção de sentidos no discurso e na manutenção de saberes. Essencialmente, como aponta Pêcheux (1990, p.133) “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

Por isso mesmo, o discurso é um fato social, um acontecimento que está impregnado de marcas históricas e ideológicas. Assim sendo, quando falamos, busca-se sentidos para que haja a possibilidade interpretativa, e isso engloba a busca em falar para algo e/ou alguém, portanto a materialidade linguística está a serviço de uma produção discursiva e social forjada pela história e pela ideologia.

Nesse contexto, é importante salientarmos que as mudanças históricas e sociais muita das vezes não são radicais em seu rompimento. A história da humanidade nem

sempre se modifica em sua plenitude, mas se reorganiza, fazendo com que os sujeitos assumam outras posições discursivas e sociais. Considerando essa lógica de reorganização, nos interessa analisar como o discurso da psicanálise se constitui em diferentes momentos históricos.

No campo da AD é possível analisarmos o objeto de pesquisa de forma interdisciplinar considerando a tríade discurso, ideologia e história, compreendendo o sujeito dentro de uma perspectiva mais ampla. O discurso se constitui como um jogo, que demarca fronteiras entre o eu e o outro, assim alinha aspectos constitutivos para um grupo ou uma identidade, “ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e atribuo um lugar complementar ao outro” (MAINGUENEAU, 1997, p. 32).

Analisar o discurso da psicanálise nos possibilita efetuar a análise dos rituais que institucionaliza e revela sentidos específicos que evidenciam imbricações das práticas sociais e discursivas por representar uma “coleção de papéis que o locutor pode escolher para si e impor o destinatário” (MAINGUENEAU, 1997, p. 31).

Diante disso, delimitamos como objetivo geral da análise os possíveis efeitos de sentidos entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo, através das categorias de condições de produção do discurso e a constituição do sujeito no interior do discurso psicanalítico em diferentes momentos históricos. Para avançar no objetivos específicos de análise, primeiramente a análise do lugar do discurso da psicanálise e o discurso do consumismo dentro do universo discursivo; posteriormente, avançamos na reconstrução do discurso da psicanálise em diferentes momentos históricos.

O segundo capítulo desta pesquisa, inicia-se com a exposição e delimitação do campo teórico da AD, por meio da retomada histórica da AD, desenvolvendo argumentos em torno da concepção do discurso e o avanço na compreensão de interdiscurso. Com base nesse primeiro percurso teórico, aprofundamos e delimitamos os discursos em análise desta pesquisa, que correspondem ao discurso da psicanálise e o discurso do consumismo. Para abordar a retomada teórico metodológica da AD, nos baseamos nas obras dos autores D. Maingueneau (1997) (2005), (2013), Jean-Jacques Courtine (2014) e Eni Orlandi (2002), (2009), (2010).

Ainda no segundo capítulo, apresentamos aos leitores os discursos da psicanálise e do discurso do consumismo a partir das obras teóricas de Renato Mezan (2014) e Zygmunt Bauman (2008), (2011). As seleções desses autores foram feitas pela expressividade que as obras têm em seu valor histórico, social e discursivo acerca dos

discursos em análise.

No capítulo três, trabalhamos as categorias de condições de produção do discurso, enunciado, sujeito e interacionismo, como quadro metodológico estabilizado para análise da pesquisa, como finalidade de responder ao problema de pesquisa sobre quais os possíveis efeitos de sentidos entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo.

No quarto capítulo é apresentado a metodologia de análise, tal como a análise do *corpus* por meio das categorias de condição de produção do discurso, e sujeito. Ressaltamos que esta pesquisa não tem como prerrogativa analisar a posição que os sujeitos da psicanálise assumem frente à lógica do consumismo, mas sim, quais são os efeitos de sentidos que os sujeitos que usam o discurso da psicanálise têm operacionalizado em tempos de consumo.

Ao levantar o problema de pesquisa, delimitamos como *corpus* de pesquisa os prefácios das obras: “Estudos sobre a histeria” (1895-1990), que é considerado por muitos pesquisadores como a obra inaugural do pensamento psicanalítico, de autoria de Sigmund Freud e Josef Breuer, que servirá de contraste e contraponto a análise do prefácio da obra: “O mal, o bem e mais além” (2006), de Flávio Gikovate. Como conclusão desta análise, compreendemos que no interior do discurso da psicanálise a historização e as filiações dos sujeitos às formações ideológicas são um fator que interfere diretamente nos deslizamentos dos sentidos do discurso da psicanálise, de um discurso próximo ao discurso científico para o discurso do consumismo, deslizamentos que integram as CP do discurso e que são respostas a efeitos sociais de um dado momento histórico.

2 ANÁLISE DO DISCURSO E O PERCURSO DE PESQUISA

2.1 Percurso da AD

A Análise do Discurso, tratada a partir de agora como AD, em sua gênese recebeu variadas definições, instaurando-se assim perspectivas iniciais distintas. Na década de 50, apontaram os principais estudos para a AD, sendo estes propostos por Harris, intitulados como *Discourse Analysis*, em 1952, no qual, a linguagem era considerada a partir de um ordenamento, gerando assim, um contexto. Estudos que também foram incorporados pela Linguística Textual.

Brandão (2004) considera esses estudos iniciais, propostos por Harris, como um primeiro paradigma que marca os estudos da AD. Entretanto, este primeiro marco teórico visava o estudo por meio da “extensão da linguística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados” (BRANDÃO, 2004, p. 14).

Essa primeira direção nas teorias do discurso, ainda não comportava as condições sócio-históricas do discurso como referência para as marcas subjetivas no discurso, situando-se “fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a análise do discurso” (BRANDÃO, 2004, p. 14).

Em outra direção, os estudos de R. Jakobson e E. Benveniste (1966) opuseram a lógica dos linguistas tradicionais, colocando a língua enquanto função demonstrativa, ou seja, permitindo assim, analisar processos anteriores que são estruturantes para a prática discursiva. Em outras palavras, os estudos dos filósofos da linguagem permitiram a compreensão da língua como processo enunciativo, no qual, a linguagem é discurso e o processo enunciativo é orientado socialmente a partir das relações discursivas entre o eu e o outro histórico e ideológico.

Dessa forma, é por meio do discurso que emerge a noção do sujeito. Este profere o seu discurso a partir de um espaço (lugar) e em determinado tempo histórico. A linguagem é operacionalizada por um sujeito que a fala, a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo. A concepção de um sujeito histórico articula-se a outra noção fundamental, a de um sujeito ideológico. Brandão (2004, p. 14) ao retomar os estudos de Benveniste (1966), afirma que:

ao falar em "posição" do locutor, ele levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo; relação que estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadores ocupa um lugar primordial (BRANDÃO, 2004, p. 14).

A percepção dialógica e interdisciplinar permite à AD manter a correlação entre o campo teórico e metodológico sobre os efeitos de sentidos acerca do discurso, tendo como base os estudos da linguística, e, mantendo a consideração sobre a historicização, pois, é através da realidade que se torna possível a análise das questões ideológicas, sociais assumidas pelo sujeito no discurso.

Para Maingueneau (2007, p. 17), a AD “mantém um elo privilegiado com as ciências da linguagem, domínio ao qual pertence (...), todavia, seu desenvolvimento implica não apenas uma extensão da linguística, mas também uma reconfiguração do conjunto de saberes”.

Vale ressaltar que a AD iniciou seus estudos de forma interdisciplinar, recebendo influências, não somente da linguística, como também do Marxismo e da Psicanálise por considerarem que o sujeito não é uma entidade homogênea, mas o resultado de uma estrutura complexa que se constitui através do inconsciente, sendo este, um efeito de linguagem.

Pêcheux (1971), (1975) foi um dos grandes responsáveis no elo interdisciplinar da AD, por absorver conceitos de Marx e Althusser para fundamentar a compreensão de formação ideológica e a partir da releitura de Foucault corroborou para a construção do entendimento de formação discursiva. Segundo Brandão (2004, p.18):

É sob a influência dos trabalhos desses dois teóricos [Marx e Althusser] que Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora os seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado na conceituação do termo "formação ideológica". E será da Arqueologia do saber que Pêcheux extrairá a expressão "formação discursiva", da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico (BRANDÃO, 2004, p.18).

Referente às formações discursivas e ideológicas, Brandão (2004, p.106-107), apresenta:

Formação discursiva: conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas "regras de formação". A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina "o que pode e deve ser dito" a partir de um lugar social historicamente determinado. Um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando, com isso, variantes de sentido. Formação ideológica: é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, as posições de classe em conflito umas com as outras (HAROCHE et al.). Cada formação ideológica pode compreender varias formações discursivas interligadas (BRANDÃO, 2004, p. 106-107).

Nesse sentido, o sujeito na AD se constrói na interação com o outro, se constitui por transmissões e interações que são fundadas a partir dos processos históricos e ideológicos. Cano (2012, p. 12) ressalta que a “Análise do Discurso, não tem como se configurar como uma disciplina fechada, por isso mesmo um sistema aberto, flexível e dinâmico. Temos que atuar nesse espaço paradoxal, com a flexibilidade das teorias das incertezas, mas com o rigor de um olhar científico”.

A AD se constitui por meio de processos metodológicos e teóricos próprios, dando enfoque a correlação entre as estruturas do discurso e suas relações sociais, pois “trata-se de procedimentos pragmáticos porque exige do destinatário uma análise do contexto e não somente uma interpretação semântica, seu conhecimento da língua” (MAINGUENEAU, 2013, p. 33).

A partir desse breve percurso elucidamos um pouco sobre a história da Análise do Discurso, a importância da interdisciplinaridade como ferramenta de análise discursiva. Nos tópicos seguintes, apresentaremos as conceituações que nortearão este estudo, descrevendo os conceitos que são fundamentais para a Análise do Discurso e que são também os conceitos que darão suporte para análise do *corpus*.

2.2 Discurso: o Objeto da Análise do discurso

A AD enquanto disciplina se posiciona no entremeio, por intermédio das articulações entre a linguística, o marxismo (a partir das perspectivas de Louis Althusser) e a psicanálise (Freudiana e Lacaniana).

Por volta dos anos 1970, os estudos como de Janos Petöfi fomentaram algumas

rupturas epistemológicas no campo dos estudos da linguagem, sendo um marco a compreensão da linguagem a partir de questões de produção e recepção de textos, linha em que decorreram diversos estudos. Em contraposição havia outros estudiosos que iniciavam estudos que pretendiam ponderar a concepção de texto e discurso, considerando fatores além do limite das sentenças. Esses estudos não tinham por interesse analisar o “além do texto”, mas, a partir do texto perceber os contextos possíveis, por um princípio de interpretabilidade do discurso.

Sendo assim, Brandão (2004, p. 15) apresenta que:

o conceito de teoria do discurso como extensão da linguística, aplicado à perspectiva teórica americana, justifica-se pelo fato de nela se considerarem frase e texto como elementos isomórficos, cujas análises se diferenciam apenas em graus de complexidade. Vê-se o texto de uma forma redutora, não se preocupando com as formas de instituição do sentido, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem.

Já os estudos propostos pelo círculo de Bakhtin possibilitaram pensar o discurso para além de uma conjuntura textual, mas o texto sendo posto a partir de um jogo de significação que é integrado por interlocutores e com base plurivalente, ou seja, carregado de vários significados.

Outra contribuição importante para a AD desloca-se da sociolinguística, que tem por objetivo observar o uso atual da linguagem e os atos de fala dentro de um grupo social, visando os padrões de comportamento linguístico correspondente a uma comunidade de fala. Em consequência desta perspectiva teórica observou-se que uma comunidade de fala se atualiza na variação linguística, no que pode implicar mudanças de sentidos do discurso.

Ainda que a sociolinguística se interesse pelas variações linguísticas e a heterogeneidade presente no ato de fala de uma dada comunidade, seu modelo teórico-metodológico se condiciona as normas do uso da linguagem. O que coloca Orlandi (1986) sobre os estudos da sociolinguística “embora essas questões indiquem uma certa mudança em relação a dominância dos estudos da gramática, não produzem um rompimento maior, mas apenas o de se acrescentar um outro componente a gramática” (ORLANDI, 1986, p. 108).

Para dar conta de compreender o discurso para além da linguística e da gramática, a AD se debruçará em estudos de alguns intelectuais franceses. A AD recorre

aos estudos de Michel Foucault (1986) para pensar as noções de discurso e formação discursiva, em Louis Althusser (1974), para tratar do materialismo histórico (e a ideologia) e em Jaques Lacan (1978), para buscar a noção de sujeito inconsciente.

A leitura de Lacan (1978) sobre a psicanálise freudiana permitiu a consideração de um sujeito inconsciente que para a AD, como já dito, o “eu [sujeito] não é mais senhor em sua própria casa”¹ e tem “o inconsciente estruturado como uma linguagem”². Essa concepção de sujeito permite entender a dialética entre linguagem-sujeito, sendo o discurso um componente importante para os efeitos do imaginário, que é estruturado ideológica e historicamente, no qual o discurso não está apenas na materialidade linguística, na palavra, mas está no sujeito, no inconsciente que por meio das marcas do outro, tem suas fronteiras de interpretação e de sentidos, sustentados pelos quadros que já foram pré-estabelecidos e ordenados pela história e pelas ideologias.

Para Foucault (1986) o discurso é composto por um aspecto arqueológico, sendo atravessado por uma historicidade que interfere nos sentidos e nas condições possíveis de definição de um discurso. A partir do discurso há um processo de enunciação que permite uma análise como um processo arqueológico, no qual é possível visualizar as marcas de uma posição e um lugar do sujeito no discurso.

Para Pêcheux (1990, p. 133) o discurso é “efeitos de sentidos entre os interlocutores”. O sentido, não está apenas na palavra, mas a partir do posicionamento ideológico frente a determinado dizer, ou seja, tais efeitos são possíveis por meio da amarração entre sujeito e ideologia, sendo o discurso um aparato ideológico, manejada pelos sujeitos. Para entender a posição do enunciado e do discurso é preciso retomar a posição de sujeito para análise das formações discursivas, pois “não há discurso sem sujeito” (PÊCHEUX, 1990, p. 133).

Sendo assim, o sujeito é a instância que sofre ação e efeito do discurso e da ideologia, tornando-se interpelado a assumir um lugar, apoiando-se ou se isolando de

¹ Nas obras freudianas a concepção de Eu, não representava uma instância fixa, em toda construção teórica de Freud o Eu é marcado por uma cisão revelada pelo conflito psíquico entre o ego, id e superego. A frase citada está presente na obra: Conferências introdutórias sobre psicanálise. *Gesammelte Werke*, v. XI. Londres: Imago, 1917-1944.

² Após a leitura de Lacan as obras freudianas e também as obras de Ferdinand de Saussure que compreende a relação entre significante e significado como biunívoca, Lacan formulou a frase “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, no que pretende apresentar o inconsciente “estruturado em função do simbólico” (LACAN, 1988, p. 22), isto é “o inconsciente é, em seu fundo, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (LACAN, 1981, p. 135).

uma situação de enunciação. Nas ciências da linguagem, como aponta Maingueneau (2013, p. 58), a noção de discurso é tomada como “o sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem”, ou seja, em diversas possibilidades de construir sentido utilizando da linguagem, o discurso é a expressão das condições sociohistóricas em que o sujeito é interpelado.

O discurso categorizado como um modo de modificação em conceber a linguagem, está atrelado a algumas das características essenciais do discurso, uma vez que a modificação está ligada aos diversos modos em que o sujeito pode conceber e significar a linguagem, ou seja, os significados são mobilizados para além das estruturas das frases, sendo o discurso tomado por unidades transfráticas que sofrem uma avalanche de significados e significantes tingidos e submetidos as “regras de organização vigentes em um grupo social determinado: regras que governam uma narrativa, um diálogo, uma argumentação, plano de texto e/ou sobre a extensão de um enunciado” (MAINGUENEAU, 2013, p. 58-59).

Maingueneau (2013) apresenta outras características essenciais do discurso: o discurso é orientado, ou seja, “o discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar”, ora de maneira linear, outrora em digressões, retomadas, antecipações, servindo de base para o “monitoramento da fala pelo locutor” (MAINGUENEAU, 2013, p. 59).

Outras características do discurso ressoam na concepção que o “discurso é uma forma de ação (...) toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar), ação que são relacionadas com atividades não verbais” (MAINGUENEAU, 2013, p. 62). O discurso é interativo, existe uma correlação entre um EU-VOCÊ, “supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual constrói seu próprio discurso”. Também, o discurso é contextualizado, onde é assumido por um sujeito que se coloca como fonte de referência em seu dizer” se apresentando “como responsável pelo enunciado, como fiador de sua veracidade” (MAINGUENEAU, 2013, p. 62).

Estabelecendo o limiar do discurso para a AD, é possível perceber que tal conceito tem amplas definições, mas todas essas definições visam apresentar que a análise se sustenta em um processo que precisa considerar as maneiras de difração do discurso no emaranhado social, diferentemente dos estudos que têm por perspectivas apenas o texto ou a frase, através das unidades fonológicas, morfológicas, semânticas. Entretanto, vale ressaltar que a AD não exclui a materialidade linguística, pelo

contrário, é por intermédio do seu uso que é possível realizar uma análise considerando as marcas da subjetividade no discurso.

Portanto, a inclusão da concepção discursiva se refere à inserção de um foco no sujeito, na subjetividade, na qual os processos enunciativos são atrelados às ideologias e as identificações sociais, ou seja, o locutor enuncia sua posição no discurso, “assinala um lugar ao outro e revelam o lugar do eu” (BRANDÃO, 2004, p. 61).

Para Maingueneau (2013, p. 62), “o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho”. Assim, como aspecto constitutivo do discurso, o interdiscurso, permite uma espécie de jogos de espelhos, a presentificação das marcas entre o mesmo e outro do discurso que integra a heterogeneidade constitutiva. Sendo assim, apresentamos o primado da interdiscursividade que será trabalhado no tópico posterior.

2.3 Interdiscurso

O discurso mobiliza não somente a linguagem, mas a partir de fatores psicossociológicos e das interações, entre EU-VOCÊ, o sujeito é afetado pelo outro em seu discurso. A Análise do Discurso orientada pelos pressupostos de Maingueneau (2013) considera que o discurso se constitui em um jogo interdiscursivo, ou seja, dentro de um mesmo discurso há uma relação imbricada com outros discursos.

A presença do outro em um mesmo discurso estabelece duas definições, sendo a de heterogeneidade³ mostrada, por exemplo: citações, palavras em aspas, que demarca e demonstra a presença de um outro dizer no texto; e a heterogeneidade constitutiva no que refere-se as diferenças de origem de um mesmo discurso, em que as marcas da presença do outro não estão visivelmente perceptíveis no discurso.

Para que a AD absorva o aspecto da heterogeneidade constitutiva do discurso como parte do procedimento metodológico e disciplinar, se faz necessário aplicá-la a concepção de tríade discursiva no que concerne ao universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo. Procedimento esse que o analista deve se ater, na

³ A base teórica referente à noção de heterogeneidade mostrada e constitutiva foi postulada por Authier-Revuz. Jacqueline Authier-Revuz é professora emérita de Linguística na Universidade Paris III - Sorbonne Nouvelle dedicou-se a produção de obras que introduziu amplamente o conceito de heterogeneidade na AD, obras intituladas como: Heterogeneidade enunciativa (1990); Palavras incertas – As não-coincidências do dizer (1998); Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso (2004).

perspectiva de delimitar qual o discurso que será analisado a partir do processo de extração e difração do discurso.

Quando tratamos do universo discursivo, estamos mencionando a mais vasta e infinita possibilidade de existência do discurso no que se refere à forma de aderência do discurso ao meio social por meio do seu modo de dizer e o lugar que o discurso ocupa, sendo um “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada (...) constitui necessariamente um conjunto infinito, mesmo que não possam ser aprendidos em sua globalidade” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35).

Os campos discursivos podem ser extraídos do universo discursivo, entretanto, Maingueneau (2005, p. 35) aponta que o universo discursivo “é de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima”. A análise não se fará na expectativa de categorizar o número de discursos que pertence ao universo discursivo, sequer em desvelar um discurso que esteja esquecido, como afirma Courtine (2014, p. 55) “não existe na realidade, nenhuma nebulosa discursiva que reúna a infinidade de discursos produzidos e que espere em uma coexistência plana, que um analista venha tirá-lo do esquecimento”.

É a partir do conjunto de formações discursivas que estejam em aliança ou em concorrência que o analista delimitará o enfoque analítico, tornando assim, viável o procedimento de análise, sendo a partir do “campo discursivo restrito que são extraídas as sequências discursivas que serão submetidas à análise” (COURTINE, 2014, p. 55).

Sendo assim, o campo discursivo é o “horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de ser estudados”, e por fim, os espaços discursivos são “as formações discursivas concorrentes delimitando reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35).

No interior do campo discursivo existem sequências homogêneas, que permitem a percepção das formações discursivas e ideológicas. Tais formações são compostas por retomadas ou repetições por parte do sujeito de enunciação, para validar uma posição discursiva e social. Sendo assim, o quadro constitutivo do discurso não se dá de forma estável e linear, segundo Maingueneau (1997, p. 113):

incorpora elementos pré-construídos, produzidos por fora dele, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados

elementos.

Este processo em que perpassa ora o esquecimento, outrora repetições, faz parte de um jogo que revela a contradição que se presentifica dentro de todo campo discursivo, uma vez que, é esse impasse que torna possível a análise das formações discursivas, as quais possibilitam aos sujeitos falantes deslizar, apagar, retomar ou engendrar suas escolhas de sentidos ideológicos que reverberam nas formulações possíveis de um enunciado. Maingueneau (1997, p. 118) explicita que “em um dado momento, uma formação discursiva é associável a certos trajetos interdiscursivos e não a outros, e isto faz parte integrante de sua especificidade”.

Para tanto, o analista do discurso deve ter em questão qual é o objeto de análise. A AD estabelece procedimentos nos quais o pesquisador deve delimitar o seu objeto a um espaço discursivo para analisar os processos de enunciação que ali se fazem presentes. A partir de um objetivo de análise, o analista extrairá os discursos a serem analisados, não com finalidade de falsear uma resposta a ser encontrada, mas como busca do objeto a ser investigado.

Sendo assim, o discurso é visado em um processo dinâmico em que há misturas, intercruzamentos que fazem parte do aspecto basilar do discurso, à interdiscursividade. Em outras palavras, todo discurso está encapsulado por outros discursos. Assim, o espaço discursivo que construímos nesta análise se dá a partir do discurso da psicanálise e o possível efeito de sentido com o discurso do consumismo, o que não estava dado a priori.

Para tanto, Maingueneau (1998, p. 86), “pode-se chamar interdiscurso um conjunto de discurso (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos, de épocas diferentes...)”. Contribuindo com tal concepção, Courtine (1981, p. 54) chama de interdiscurso “uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagonistas”.

Para analisar o processo de formação discursiva e a constituição de um discurso, a AD se apropria dos marcadores históricos e ideológicos presentes na materialidade discursiva. “Cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento dos outros, mas deve igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais” (MAINGUENEAU, 1997, p. 50).

Através dos registros que são retomados na materialidade discursiva, de uma forma mais geral, “toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva,

constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações” (MAINGUENEAU, 1997, p. 115). No próximo tópico, reconstruiremos os discursos em análise, discurso da psicanálise e discurso do consumismo, o que permitirá que o leitor esteja próximo dos discursos que constituem o objetos de análise.

2.4 Discursos em Análise

2.4.1 O lugar do discurso da psicanálise

Quando tomamos dois discursos diferentes, como o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo, é necessário entender as formas como esses discursos interagem interdiscursivamente e o lugar que cada discurso ocupa.

Analizamos dois discursos diferentes que não tem simetria entre si, o discurso da psicanálise que ocupa um lugar institucionalizado e aceito socialmente, e também, o discurso do consumismo que não tem um lugar institucionalizado e nem um espaço legitimado socialmente.

Para avançar nas nuances dos dois discursos que são recortes desta pesquisa, e para analisar os lugares em que esses discursos ocupam retomaremos a obra de Maingueneau (2010) e Cano (2014).

Vale ressaltar que a construção do discurso não corresponde apenas a uma organização sintagmática, mas está atrelada a aspectos que se presentificam na construção de sentidos, se dispondo a engendramentos pré-estabelecidos, o que permite ao discurso ocupar um lugar do dizer.

Quando tratamos do lugar do dizer, estamos nos referindo aos posicionamentos do discurso dentro do universo discursivo, a partir das formações discursivas e as formações ideológicas que garantem efeitos de sentidos para que haja a interpretação. Por esses motivos o sujeito ao dizer, faz uso de uma rede de sentidos e de referências para consolidar o processo enunciativo.

O discurso é um modo de interação social, amplo e impossível de ser esgotado, mas por outro lado quando o sujeito é interpelado por uma determinada formação ideológica revela-se uma historicização do discurso, uma vez que o discurso pertence a um dado momento histórico e aos fatores psicossociológicos que produzem as relações entre os coenunciadores.

A historicização do discurso institucionaliza papéis assumidos pelos sujeitos, e também, remetem a marcas pré-estabelecidas comportando possíveis efeitos de sentidos e interpretações que marcam o lugar do dizer.

Sendo assim, o discurso deve ser compreendido a partir das condições sociohistóricas de produção para a análise do lugar do discurso e das estratégias discursivas que os sujeitos usam para a sustentação e aderência do discurso no campo social. Segundo Cano (2014, p. 225), “os vários discursos que circulam na sociedade não ocupam o mesmo lugar, em outras palavras, não são equivalentes”.

Para compreender a não equivalência do discurso e sua dinamicidade, Maingueneau (2010) caracteriza em sua obra que o discurso é composto também por funções psicossociológicas, uma vez que o discurso é tomado por significações para além da frase tornando-se contextualizado. Tal discurso é assumido por um sujeito e regido por normas.

Para lidar com as diversas formas de aderência do discurso ao meio social, Maingueneau (2004) avança na proposição de categorias nomeada como tópos com a finalidade de criar parâmetros analíticos sobre a diversidade das práticas discursivas.

Para compreender o lugar do discurso no fazer social, Charadeau e Maingueneau (2004, p. 474) apresentam a conceituação de tópos:

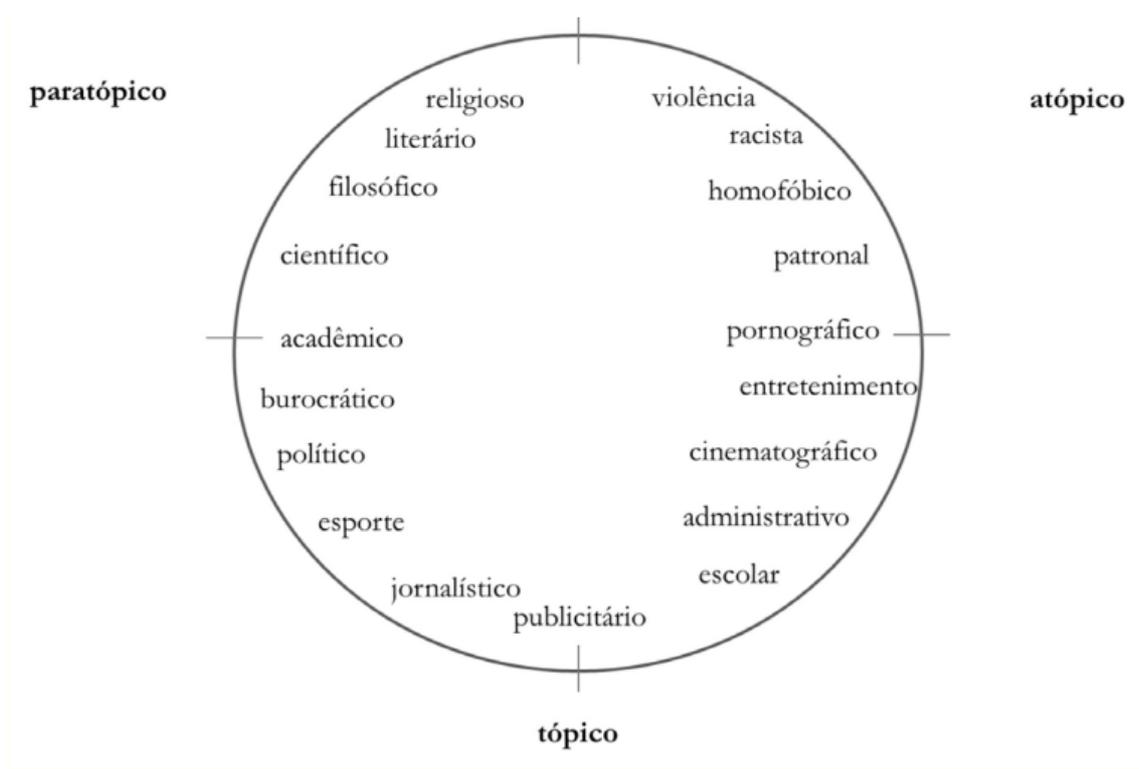
a palavra tópos, foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim *locus communis*, de que resultou lugar comum. (1) Fundamentalmente, um tópos é um elemento de uma tópica, sendo uma tópica heurística, uma arte de coletar informações e fazer emergirem argumentos. (2) Um tópos é um esquema discursivo característico de um tipo de argumento. A época contemporânea juntou novas acepções a esses sentidos de base (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2004, p.474).

O tópos como categoria na análise do discurso se dá por meio das marcas discursivas e dos encadeamentos pré-estabelecidos que posicionam o discurso em lugares assimétricos, como por exemplo, um discurso que tem grande legitimidade como o discurso científico ocupa um lugar diferente dos discursos considerados clandestinos na tessitura social, como o pornográfico. Até mesmo um discurso cotidiano de fácil interpretação e acessibilidade entre os enunciadores e coenunciadores, ocupa um lugar diferente como o jornalístico.

Dentro da amplitude que é o universo discursivo é possível dividi-los em

algumas categorias: de paratopia, topia e atopia. No caso do primeiro refere-se aos discursos que se autolegitimam (filosófico, científico, literário e religioso); no caso do segundo podemos considerar o jornalístico, escolar e político; já o terceiro podemos considerar o discurso da violência, racista e pornográfico. A Figura 1 exemplificará a organização e os lugares do discurso:

Figura 1 – Organização e lugares do discurso



Fonte: (CANO, 2014, p .228).

Como apresentado na figura acima, o universo discursivo comporta os lugares paratópicos, tópicos e atópicos, tal como a imagem apresenta, os espaços entre o discurso comportam uma proximidade, ou seja, “não há fronteiras entre os discursos, mas um limiar em que quando um termina o outro já começou, como se pudessem ser visto como dois lados de uma mesma moeda” (CANO, 2014, p. 228).

Posto isto, a paratopia, topia e atopia representam as diversas formações ideológicas e traços históricos que consolidam as cenografias, formações discursivas e a posição e lugar do discurso na sociedade. Essas dimensões fazem com que exista um quadro pré-estabelecido de estratégias de construções de sentidos, quando os sujeitos

assumem um lugar do dizer, fazem referência à paratopia, topia, atopia, que são as estratégias inerentes a esses lugares dos discursos, ou seja, características peculiares e inerentes à localização do discurso.

O discurso da psicanálise estabelece uma articulação e um lugar muito próximo ao discurso paratópico, uma vez que o discurso da psicanálise estabelece um conjunto de regras que são incorporadas em seu processo enunciativo, na qual institucionaliza e define um lugar do discurso diferente dos discursos cotidianos ou os discursos marginalizados.

O discurso da psicanálise institui em seus processos enunciativos, regras de enunciação própria, que para acessar seu conjunto de regras se faz necessário recorrer a dicionários próprios, escolas de transmissão que tenham legitimidade, o que nos permite correlacionar a lógica de um "quadro cênico, o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido" (MAINGUENEAU, 2010, p. 87)

A construção de um quadro cênico não estava dado a priori, mas foi sendo construído na historicidade do discurso da psicanálise. A cenografia "é um processo de círculo paradoxal no qual a enunciação, por sua própria maneira de desdobrar seus conteúdos, deve legitimar a situação de enunciação que a torna possível" (MAINGUENEAU, 1998, p. 21).

No decorrer desta pesquisa, consideraremos o discurso da psicanálise como espaço discursivo, posicionada no campo discursivo científico, que é paratópico.

2.4.2 O lugar do discurso do consumismo

Ao nomear o discurso da psicanálise e discurso do consumismo, não estamos definindo uma similaridade direta entre esses discursos, como apresentado no tópico anterior. O discurso da psicanálise é uma formação discursiva que está situada no campo discursivo científico.

Para compreender as condições diferentes entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo, situaremos o lugar em que os discursos se constituem concomitantes com as práticas sociais que revelam condições diferentes entre os discursos.

Para compreender o discurso do consumismo retomaremos os estudos de Maingueneau (2010) referente ao discurso publicitário, em que o autor acrescenta outra

categoria possível de análise, para além da paratopia, topia e atopia: a mimotopia. Esta hipótese sobre a categoria de mimotopia surge pela problemática que o discurso publicitário tem nuances específicas, no que inviabiliza sua compreensão como um discurso paratópico, tópico ou atópico.

Como compreensão do discurso mimotópico, Maingueneau (2010) apresenta três constatações: a primeira advém da problemática da multiplicidade das cenografias em que o discurso publicitário pode se fazer presente, e também nas mais diversas adesões que o discurso publicitário faz.

Sendo assim “o discurso publicitário é constantemente percebido como um discurso “a mais” ou “em excesso”, pelo menos em sua apresentação (...) são enunciados que interrompem o filme ou a partida de futebol na televisão” (MAINGUENEAU, 2010, p. 168).

A segunda constatação provém de uma ausência de cenografia prévia. Em outros discursos existem uma cenografia e um gênero pré-estabelecido e muitas vezes rígido, como por exemplo, uma receita, laudos periciais ou alguns documentos administrativos. Maingueneau (2013, p. 98-99) define que o “discurso publicitário é, com efeito, aquele discurso que não deixa prever antecipadamente qual cenografia está mobilizada”. Por não possuir uma cenografia própria o discurso publicitário:

É uma espécie de camaleão que pode imitar enunciados de qualquer gênero do discurso, tanto numa espécie de captação quanto de subversão. (...) Por seu nomadismo, seu poder de metamorfose ilimitado, sua onipresença, o discurso publicitário encontra-se em contínua transformação. Ele pode mesmo transformar em seu contrário, apresentar-se como não publicidade. Em certos casos, com efeito, o mimetismo pode chegar à indistinção, e a lei é obrigada a intervir (MAINGUENEAU, 2010, p. 168).

A terceira e última constatação é impulsionada pelo efeito camaleão, apresentado anteriormente no discurso publicitário. Esta capacidade em adaptar e se transformar desestabiliza um conjunto consistente do próprio discurso, em outras palavras “a formatação publicitária tende a invadir todas as formas de enunciação, inclusive zonas como o discurso científico” (MAINGUENEAU, 2010, p. 169).

Esse modo de inscrição do discurso publicitário nos permite levantar hipótese sobre discurso do consumismo, que extrapola a sua possibilidade de existência em um gênero ou em uma cenografia pré-estabelecida.

Com as três constatações apresentadas, o discurso mimotópico tem uma função de absorver (como uma esponja) outros discursos, rompendo como um limite ou uma abrangência. Maingueneau avança na compreensão do discurso mimotópico, dizendo “que ele duplica, em simulacro, o conjunto de todos os outros. Deveríamos, então, renunciar a localizá-lo em uma zona delimitada do espaço discursivo” (MAINGUENEAU, 2010, p. 170).

O discurso do consumismo encontra um espaço privilegiado de atuação no discurso publicitário, por atuar como um simulacro, em um espaço não localizável, e também um espaço ficcional. O discurso do consumismo é embutido no discurso publicitário, por mais que o discurso do consumismo tenha nuances diferentes do discurso publicitário.

O discurso publicitário é aceito socialmente, já o discurso do consumismo é repudiado, por mais que este esteja impregnado no cotidiano social, usando de formações discursivas que nos fazem repetir atos, pensamentos e discursos sem a consciência de que isso possa gerar transtornos, acúmulos e doenças.

Quando tratamos do discurso do consumismo, não estamos dizendo de uma cenografia própria, inclusive ele pode estar sendo incorporado por diferentes outros discursos, fator esse que permite o deslizar sem que apareça de forma transparente a presença do discurso do consumismo em outros discursos, seja no discurso publicitário (tópico) ou no discurso científico (paratópico).

O discurso do consumismo por ser um discurso clandestino no fazer social, em que os sujeitos ao se sentirem consumistas negam essas marcas e quando é incorporado em outros discursos é posto de forma velada, sendo assim, compreendemos o discurso do consumismo como atópico. “É o caso de discursos como o racista, machista, da violência, entre outros. Por não ter um espaço legitimado, tais discursos para existirem precisam ser concretizados em outros discursos” (CANO, 2014, p. 226).

2.4.3 Discurso da Psicanálise

Para caracterizar o discurso da psicanálise, apresentaremos um breve esboço cronológico para permitir que nossos leitores compreendam a dinamicidade e também conheçam alguns pressupostos que fizeram da psicanálise, não só um campo teórico de determinada época, mas um campo que se estende até a contemporaneidade. Essa

possui ecos no fazer social, na influência das leituras de fatos sociais, na incidência da clínica psicanalítica na realidade brasileira ou na inserção de conceitos como inconsciente, resistência, transferência, sexualidade infantil, que além de compor o quadro teórico psicanalítico, integra outros campos de saber.

O discurso da psicanálise no seu período inicial é indissociável da produção discursiva de Sigmund Freud e da clínica cultural promovida por ele através da escuta da histeria. Essa escuta freudiana se configura como o ponto de partida para suas investigações sobre as hipóteses a respeito da sexualidade, sonhos e o modelo da psiquê. Entretanto, assim como em todos os outros campos de saber, a psicanálise tem como suporte inicial o pensamento e base literária europeia, que são posteriormente sistematizados por Freud, sendo incorporado na base epistemológica da psicanálise. Renato Mezan (2014, p. 30) afirma que:

teorias científicas do século XIX acerca destes temas: Darwin, os físicos, a herança filosófica de Kant e do idealismo alemão, a psiquiatria, a neurologia, Charcot, a hipnose, Shakespeare, Sófocles, Gothe, Cervantes... É com estes instrumentos que [Freud] forja seus conceitos.

Sigmund Freud possibilitou a construção epistemológica da psicanálise e o movimento de ideias deste campo. Esta história de modo geral, reverbera há 125 anos. Para entender os empasses atuais do discurso da psicanálise, realizaremos neste estudo um percurso sobre os enlaçamentos principais na história da psicanálise com a finalidade de analisar o deslizamento do discurso da psicanálise freudiana às correntes de pensamentos atuais. Vale elucidar que este estudo não tem por objetivo uma análise epistemológica, clínica ou conceitual da psicanálise assim como grandes psicanalistas e filósofos se detém, mas, a proposição deste estudo está atrelada aos conceitos da AD, a fim de analisar o lugar do sujeito no discurso da psicanálise em diferentes momentos históricos, e como se dá essa emersão do sujeito no discurso da psicanálise em tempos de consumo.

O discurso e a história da psicanálise são assimétricos aos pensamentos de Freud e seus sucessores como base fundamental para a psicanálise. Freud, a partir de uma matriz clínica, subscreveu quatro modelos metapsicológicos para analisar e descrever o funcionamento psíquico. Na contemporaneidade, tais métodos servem de zonas de conflitos para os teóricos pós-freudianos, sendo elas: a teoria geral da psique que

sucedem as fases libidinais e o atravessamento do Édipo; desenvolvimento da psique e os conflitos fundamentais que desembocam nas estruturas neuróticas, perversas e psicóticas; por fim a concepção do processo analítico, composta por processos de transferência, resistência e interpretação, tornando a psicanálise, antes de qualquer coisa, uma teoria geral da psique humana.

Mezan (2014) aponta que quatro grandes escolas são derivações da matriz da metapsicologia freudiana, sendo Melaine Klein, Jacques Lacan, psicologia do ego por Hartmann, Kris e Loewenstein e os teóricos britânicos Fairbairn e Winnicott, assim, o autor afirma que:

elas preservam a descoberta básica de Freud – o inconsciente- e a ideia fundamental do conflito psíquico; em sua teoria do desenvolvimento, mantêm a ideia essencial de uma permanência do infantil no psiquismo adulto; em sua teoria do funcionamento normal e patológico, operam com a categoria basilar de defesa, em consequência da qual o sintoma se define como compromisso entre forças psíquicas opostas; na forma de conduzir o processo analítico e de refletir sobre ele, trabalham como os processos e com os conceitos de transferências e de resistência, em virtude do que utilizam como meio privilegiado de intervenção terapêutica a interpretação do discurso produzido durante a sessão (MEZAN, 2014, p. 31).

Como dito anteriormente, não nos deteremos à explicação conceitual, mas o que se pretende é evidenciar que a obra freudiana e o discurso da psicanálise, logo após o período freudiano, já se ramificou em linhas que adotaram bases muito distintas entre si, mas que esse movimento não vem de um equívoco ou de uma leitura mais ou menos coerente do que propôs Freud. No entanto, tais derivações vêm de uma posição social e de traços históricos e ideológicos que geram as formações discursivas e a validação do discurso na sociedade. Renato Mezan (2014) aponta que a história da psicanálise precisa também ser compreendida a partir de três dispersões diferentes, sendo elas: geográfica, doutrinária e institucional, que são fatores preponderantes para a concepção da prática psicanalítica:

Dispersão geográfica: da cultura científica centro-europeia de Belle Époque que lhe deu origem, a psicanálise migrou para outras latitudes, aprendeu outros idiomas, mergulhou em outras áreas culturais, e, massacrada em seu solo natal pelo nazismo, quase desapareceu dos países de língua alemã, nos quais somente a partir dos anos 60 volta a se configurar uma reflexão psicanalítica original (...) a dispersão doutrinária, diz respeito, ao fato que existem várias

escolas de psicanálise (...) costuma suscitar um choque de consideráveis proporções, pois efetivamente são muito diversos os referenciais do que é a psicanálise, de como se deve praticá-la e pensá-la (...) a dispersão institucional, tem como referente o movimento psicanalítico, algo intrínseco ao desenvolvimento teórico fundado por Freud, esta perspectiva, porém, esbarra num obstáculo: a resistência dos psicanalistas a admitir que outras formulações, além daquela à qual aderem, possam ter sustentação teórica e prática (MEZAN, 2014, p. 22-25).

Porém, essas dispersões, assim como apresenta Mezan (2004), não tem um efeito apaziguador entre as proposições psicanalíticas, pelo contrário, essas dispersões ocasionam choques entre as concepções de “boa psicanálise” ou não, ou aquela mais ou menos coerente ao projeto da psicanálise freudiana. Portanto, Mezan (2014, p. 26) afirma que:

todas têm a pretensão de ser a única reta continuação das ideias do fundador, e esse simples fato, basta para percebermos que nenhuma delas o é. Pois não se concebe que a mesma linha de pensamento possa ser prolongada por escolas tão diferentes entre si quanto o são os quatro grandes troncos que, ao longo das décadas, brotaram da raiz freudiana: a escola kleiniana, a lacaniana, a psicologia do ego americana e a escola britânica das, relações de objeto.

Dessa forma, todos os troncos dessa mesma árvore, curiosamente, disputam o poder de sua própria origem, mas de forma paradoxal. Se a origem é o mais importante na busca psicanalítica, o movimento da psicanálise se findaria no próprio Freud caso a origem fosse à finalidade. Essa questão elucida um grande embate, curioso às vezes, que aparentemente as escolas psicanalíticas não têm apenas por expectativa ocupar o espaço de disseminação da psicanálise, sendo essa teoria um fato da cultura, mas também há um interesse de ser a viúva legítima, melhor dizendo, algumas escolas visam ocupar o espaço de colonização de todos os saberes sobre a psicanálise. Como aponta Mezan (2014, p. 27), cada ramo tem uma concepção particular da obra freudiana:

Podemos ilustrar a situação comparando brevemente duas representações largamente difundidas do processo pelo qual nasce uma escola psicanalítica: a Kleiniana e a lacaniana. Segundo a primeira, Melaine Klein aprofundou certas concepções de Freud, e as aplicou a territórios novos ou até então pouco explorados (análise de crianças e de certos tipos de psicose); assim, teria criado um sistema que se encontra em situação de continuidade ao fundador.

Ambas as clínicas, seja lacaniana ou kleiniana, realizam retomadas aos princípios da psicanálise freudiana, porém o que se espera de uma psicanálise é a fidelidade a Freud, mas poderia haver uma psicanálise universal? Por qual motivo os psicanalistas devem ser a semelhança de Freud? A psicanálise do século XIX seria capaz de compreender a historicidade de mulheres do agreste nordestino, homens e mulheres da Índia ou de sujeitos que estão em zonas de guerra? Mezan (2014, p. 29) faz a seguinte assertiva:

a historicidade da psicanálise constitui nisso: as teorias dos sucessores são ao mesmo tempo psicanalíticas e diferentes das propostas por Freud, novas na acepção mais forte deste termo, sendo impossível derivar cada uma delas somente do “implícito” ou do “entrevisto, mas não elaborado” pelo fundador da disciplina. Eis por que é necessário insistir: há história, ou seja, irrupção do novo e inédito, ruptura e transformação, em função das quais certa continuidade – cujo estatuto necessita determinação – se estabelece e preserva.

A psicanálise tem uma história, e todas essas histórias advém de um lugar social, de um contexto e seus atravessamentos éticos e morais. Por mais que a psicanálise tenha sido progressista no ocidente em tratar de temáticas caras aos valores conservadores, como a sexualidade infantil, Freud situou o percurso inicial da psicanálise a partir da escuta de mulheres histéricas, trabalho este que posteriormente permitiu a compreensão do caráter universal do sujeito, como um sujeito da falta e do inconsciente. Independe de um lugar geográfico, não podemos responder o que é a psicanálise sem perguntar o que é ser psicanalista? Qual lugar este psicanalista ocupa no mundo? Parafrazeando Cano (2012, p. 12) ao afirmar “que podem existir tantas análises do discurso quanto são os analistas”, podemos dizer, de forma comparativa que “o número de psicanálise é igual a o mesmo número de psicanalistas”, uma vez que, apesar da necessidade do rigor teórico, os psicanalistas em sua atuação serão sempre intermediários de uma técnica que atende a uma disciplina social no lugar que este está situado e/ou ocupando, posicionado.

No livro “O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise”, Renato Mezan (2014) realiza um esboço cronológico, no qual o autor subdivide em 4 períodos a história da psicanálise, sendo o primeiro entre 1895-1918, período em que, segundo Mezan (2014, p. 51):

a psicanálise é essencialmente sinônimo de pensamento de Freud (...) Freud escreve os textos que servem ainda hoje de fundamento para a disciplina e reúne à sua volta o grupo de discípulos que formam o núcleo de movimento analítico, consolidado com a fundação em 1911 da Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

Já o segundo período, 1918-1939, inicia-se por uma constelação de outros pensamentos e tendências, gerando “debates importantes dentro da psicanálise acerca de questões teóricas, clínicas e institucionais (...) gerando conflitos insanáveis com figuras como Wilhelm Reich, Otto Rank” (MEZAN, 2014, p. 51). Nesse momento, as instituições de ordem psicanalítica não dependiam necessariamente de Freud para a disseminação dos conceitos psicanalíticos, gerando, dessa forma, debates independentes e arbitrários às proposições freudianas. Inclusive nesse período se dá outras matrizes de interpretação Freud americano, o Freud kleiniano e o Freud húngaro. Mezan (2014, p. 51) afirma que:

Em 1939, morre Freud e começa a Segunda Guerra Mundial. Em consequências das perseguições fascistas, desmantela-se a psicanálise na Alemanha, na Áustria e na Hungria; sua língua predominante deixa de ser o alemão, e, com a emigração para a Inglaterra e para as Américas, passa ser o inglês.

O terceiro período, 1940-1975, Mezan (2014) categoriza como a “era das escolas”, que a partir das matrizes de pensamento e as demandas geográficas alguns autores pós-freudianos sobrepõem o outro. O quarto período, sendo o último, foi marcado entre 1975 até os dias atuais. Renato Mezan (2014) apresenta que o manejo teórico se dá tanto por demandas das escolas de psicanálise e suas doutrinas, quanto nas demandas históricas e geográficas da psicanálise, sendo um “movimento que dá conta de forma satisfatória da dispersão crescente que se verifica ao longo do eixo cronológico”. Esse é o “resultado da sua própria e movimentada história [da psicanálise], essa indefinição relativa é sinal de vitalidade e não de decadência: significa que a prática psicanalítica continua a colocar problemas para a reflexão teórica” (MEZAN, 2014, p. 54).

Como toda teoria e corrente filosófica, sofrer transformações e reformulações faz parte do processo de ramificação das teorias dentro da sua própria história, e também, do lugar social e das demandas que se fazem a esse campo do saber.

Reconstruímos até este tópico de estudo o discurso da psicanálise em diferentes

momentos históricos, para avançar no objetivo central da pesquisa, análise dos possíveis efeitos de sentidos entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo.

2.4.4 Discurso do Consumismo

Historicamente, o consumo se estabeleceu a partir de organizações políticas e econômicas entre as nações como uma prática de integração e circulação de produtos, objetos e distribuição do capital. Sendo assim, uma sociedade do consumo é correlata de um modo de organização de uma cultura e também correlata nas construções subjetivas e discursivas dos sujeitos.

A sociedade do consumo, assim como aponta o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2008), adquiriu uma nova roupagem a partir do modelo de produção fordista, em que as indústrias ampliaram sua capacidade de produção, encurtando a velocidade entre à produção de um produto e a possibilidade das grandes massas em adquiri-lo.

As definições que correspondem à sociedade do consumo não são fechadas em um único consenso, embora exista um esforço intelectual de muitos pesquisadores e pesquisadoras das ciências humanas e sociais em criar definições estáticas que ajudem a gerar recortes de uma dada cultura. A socióloga Lívia Barbosa (2004, p. 28) aponta a importância das distinções entre a “sociedade e cultura de consumo e/ou de consumidores para as teorias sobre o consumo”.

Essa diferenciação é importante no que se refere ao diferente tratamento que há entre as teorias sobre o consumo quando comparado a uma sociedade e/ou rede de consumidores, ou seja, esses elementos não devem ser tratados como sinônimos. Para dar o tratamento adequado a cada uma dessas terminologias é necessário um mergulho sócio-histórico e também geopolítico para a compreensão dos elementos primordiais que embasam as culturas e a subjetividade. Em outras palavras, se compararmos as características das sociedades indianas às características das sociedades estadunidenses, podemos pontuar que na estadunidense o consumo é crucial para a dinâmica de vida, já nas sociedades indianas existe uma política de mercado, porém o consumo não é embasado como uma política primordial. Esses aspectos da sociedade do consumo corroboram em consequências subjetivas, culturais e discursivas que representam nuances nas “esferas da vida social e arranjos institucionais que não se encontram, na prática, uniformemente combinados entre si” (BARBOSA, 2004, p. 9).

Para compreender os atravessamentos da sociedade do consumo na perspectiva das construções subjetivas, Bauman (2008) recorre ao raciocínio althusseriano⁴, em que existe uma causalidade entre os aparelhos institucionais e ideológicos que interpela o sujeito, um movimento que convoca aos sujeitos a assumirem lugares frente ao consumo que “promove, encoraja, ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista” (BAUMAN, 2008, p. 71).

Essas transformações estão em consonância com a produção fordista, na qual incide com mais impacto na sociedade ocidental durante o século XX, na modernidade. Para dar conta de nomear essas transformações Zygmunt Bauman (2008), em sua obra “Vida para o Consumo” aponta uma grande diferença entre consumo e consumismo. O consumo se dá na necessidade da vida humana, por exemplo, a alimentação. Porém o consumismo ocorre como sintoma da mudança do modelo industrial, em que os produtos são produzidos em larga escala. Junto dessa transformação se estabelece a falsa democracia do consumo, que perpassa a lógica em que tudo que é produzido é passível de ser consumido, transformando a “modernidade-sólida para a modernidade-líquida” (BAUMAN, 2008, p. 38).

A essência da modernidade líquida é arcabouço do desejo, uma vez que o produto deixa de ser o da necessidade e passa a ser um objeto do prazer. O consumo torna-se a possibilidade de estratificação de satisfações e realização de desejos. Sendo assim, para que se mantenha essa lógica da sociedade do consumo e uma cultura consumista, Bauman (2008) aponta o efeito bascular que se sobrepõe o comportamento dos sujeitos, sendo o paradoxo entre o eterno e o efêmero, o excesso e o desperdício e, principalmente, o anseio de consumir sempre o novo produto, perspectivas que “representa um conjunto peculiar de condições existenciais” (BAUMAN, 2008, p. 70).

Como efeito de semblante da sociedade do consumo, a expectativa a ser atendida pelo sujeito está na intuição de um sujeito consumidor por vocação. Poderia o sujeito da sociedade de consumo não consumir? Os sujeitos que não atendem vigorosamente pela ideologia do consumo passam por processos sociais de exclusão, penalização e estigmatização. Em outras palavras, “representar o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida é uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas” (BAUMAN, 2008, p. 71).

⁴ Louis Althusser foi um filósofo francês que realizou uma retomada estruturalista do marxismo, uma das obras mais reconhecida é “Aparelhos Ideológicos do Estado” (1985) que exerce influência em diversas áreas, bem como nos estudos da Análise do Discurso.

Nesse ponto destacamos um fator como questão: onde se estabelece o entremeio do discurso da psicanálise e o discurso do consumo? Uma vez que a lógica do consumo encapsulou quase todas as esferas de promoção à saúde, tornando-a por vocação algo passível de ser consumível, rebaixando a saúde em um patamar de produto, ou seja, os tratamentos se tornaram pacotes de serviços, que devem atender as demandas sociais de tornar os sujeitos felizes e belos.

Na psicanálise, o valor de uma análise, tempo de uma sessão é defendida nas obras freudo-lacanianas na perspectiva do um a um, ou seja, cada situação, caso e paciente precisa ser escutado de uma forma, isso aponta que a psicanálise poderia ser uma resposta oposta as demandas de uma sociedade de consumo, onde o sofrimento, o dinheiro, o tempo, não devem ser compreendidos como algo generalista e simplório.

Por outro lado, muitos sujeitos buscam uma análise para assumir um lugar que os permite dizer que fazem análise, tendo, portanto, um efeito de glamourização, o que rebaixa a experiência analítica em um produto. Pode a experiência se tornar um produto? Bauman (2008, p.74) faz a seguinte pontuação:

bombardeamos de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam desempenhar suas obrigações sociais e proteger autoestima – assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso –, consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão esses apelos (BAUMAN, 2008, p. 74).

A lógica do consumo coisifica o sujeito, não havendo uma barreira que distingue o sujeito do produto “consumir, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que numa sociedade de consumidores, traduz-se em vendabilidade” (BAUMAN, 2008, p. 75). Nesse laço social entre consumo, experiência e tornar-se sujeito, o resultado do componente da experiência para a subjetividade é não estar satisfeito para que se consuma na modernidade líquida.

A sociedade do consumo representa a ideologia da contemporaneidade. É difícil imaginar um sujeito que tenha sua identidade forjada ou constituída fora da ideologia e das marcas do consumo.

3 O LUGAR DE SUJEITO NA ANÁLISE DO DISCURSO

A concepção de condições de produção de discurso é uma possibilidade categórica que, por meio dos aparatos conceituais da Análise do Discurso, nos permite interpretar os efeitos de sentidos.

Para que consigamos analisar como o sujeito é engendrado no discurso ou pela historicização, as condições de produção – CP auxiliam o analista do discurso a compreender os determinantes sociais pessoais e situacionais que compõem a cena de uma produção discursiva. O discurso é o sintoma que acomete o sujeito e, a partir das CP podemos analisar os efeitos imaginários e ideológicos.

As CP têm uma validade, porque ela se delimita através de constructos teóricos e metodológicos que asseguram a análise de um *corpus* e também por meio dela que se pode analisar a imersão do sujeito e os efeitos de sentidos possíveis dentro de um discurso. A partir de agora problematizaremos o conceito de condição de produção de discurso e sujeito.

3.1 Condições de Produção do Discurso

A noção de condição de produção do discurso origina-se da análise de conteúdo. Nesse viés, tinha por objeto a análise das condições de produção do texto. Courtine (2014) realiza um percurso histórico e conceitual sobre a análise da heterogeneidade do conceito de condição de produção do discurso em Análise do Discurso.

Dentro da trajetória realizada por Courtine (2014), há uma passagem pela sociolinguística em que a condição de produção do discurso visa “o estado do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação (gênero do discurso), os objetivos do pesquisador (explicações históricas), etc.” (MARCELLESI, 1971, apud COURTINE, 2014, p. 46).

Entretanto, o texto “Análise do Discurso” (1952) de Z. Harris situa a terceira origem da noção de condição de produção do discurso. Trata-se de uma origem implícita, em que o autor considera a “situação correlacionada ao termo discurso”, tornando-se matriz para a análise do discurso, em que a definição é incorporada na continuidade de um mesmo discurso, seja pronunciada ou escrita, permitindo assim, a análise das “particularidades de personalidade que provém da experiência do indivíduo

em situações interpessoais condicionadas socialmente” (HARRIS, 1969 apud COURTINE, 2014, p. 47).

Essa concepção trabalhada por Harris sofreu críticas pela dificuldade da eficiência na concepção de situação, embora as “características individuais de um enunciado”, situações interpessoais “designam o que a linguística conhece como sujeito da enunciação e situação de enunciação” (COURTINE, 2014, p. 47).

Além disso, o autor apresenta uma diferenciação teórica de condição de produção do discurso que aparece inicialmente nos trabalhos de Haroche, Henry e Pêcheux (1971) com o termo formação discursiva, sendo provenientes dos trabalhos de Foucault (1969).

Para a noção empírica que advém do trabalho de Pêcheux (1963), a concepção de condição de produção do discurso se dava a partir dos “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujos feixes de traços objetivos a sociologia pode descrever” (p.18), “que designa o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro” (PÊCHEUX, 1963 apud COURTINE, 2014, p. 49).

No entremeio das formulações iniciais de CP, a AD apropriou-se do conceito de condição de produção discursiva visando às formações discursivas do sujeito, a partir de um processo de assujeitamento, ou seja, quando o sujeito assume (consciente ou inconscientemente) um lugar, ele recorrerá às marcas ideológicas e a memória de um saber para produzir seu processo de enunciação, “os termos de imagens ou formações imaginárias poderiam perfeitamente substituir a noção de papel, herdadas (...) do interacionismo psicológico de Goffman (1971)” (COURTINE, 2014, p. 50).

A título de exemplo no discurso do consumismo, pode-se destacar quando um sujeito diz que vai ao shopping comprar uma roupa, um novo perfume, algumas formações imaginárias e, papéis⁵ são encenados de forma estereotipada. Quando escutamos essas frases, geralmente, o fazemos de um lugar acrítico, uma vez que o ato de consumismo na maioria das vezes será tratado como um lugar normal. Os interlocutores dificilmente irão indagar ao sujeito: para que ir ao shopping? Você precisa de roupa nova? Você já não tem um perfume? Essa naturalização só é possível pelas condições de produção discursiva (memória discursiva, formações discursivas, formações ideológicas) que encapsula o sujeito a determinado lugar social.

⁵ “Goffman (1973) define o papel como um modelo de ação preestabelecido que desenvolvemos durante uma representação e que podemos apresentar ou utilizar em outras ocasiões” (MAINGUENEAU, 102, 1998).

Seria curioso sujeitos dos grandes centros urbanos dizerem que vão sair para caçar, mas não haveria estranhamento se esse mesmo discurso fosse utilizado para um sujeito que mora em zona rural. Essas variações só são possíveis devido às condições de produção do discurso que comportam as marcas históricas, ideológicas e que se presentificam na materialidade discursiva.

Sendo assim, as formações discursivas operacionalizam atravessamentos imaginários que validam ou invalidam os discursos. A CP do discurso garante a “passagem contínua da história (a conjuntura e os estados das relações sociais) ao discurso (enquanto tipologia que nele se manifestam) pela mediação de uma característica psicossociológica (as relações do indivíduo como grupo) de uma situação de enunciação” (COURTINE, 2014, p. 51).

A partir da AD é possível analisar o sujeito mediante as CP que organizam o lugar social. “Nessa concepção a língua é assimilada as regras do jogo que institui as relações entre os indivíduos na linguagem” (DUCROT, 1972; 1973; FILLMORE, 1974; SEARLE, 1972 apud COURTINE, 2014, p. 52).

Em algumas perspectivas teóricas as CP do discurso se reduzem a uma “análise circunstancial que permitiria alcançar uma unidade de conjunto necessária (do discurso), já que a argumentação é teatralidade” (MAINGUENEAU, 1976, p. 133), e comporta, como “irreduzível, todo um catálogo de relações inter-humanas, toda uma gama de papéis que o próprio locutor pode escolher ao impor ao destinatário” (DUCROT, 1973, p. 49 apud COURTINE, 2014, p. 52-53).

Orlandi (2002) em seus estudos avança na compreensão de CP do discurso ao definir a análise circunstancial da CP do discurso no sentido estrito e no sentido amplo. Vale ressaltar que ambos os sentidos não se excluem, porém, o sentido estrito é o mais visível na circunstância de enunciação, sendo o contexto imediato, já o sentido amplo para ser apreendido precisa ser considerado em seu contexto histórico, ideológico, por meio das marcas da memória que são resgatados ou apagados, “o contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade” (ORLANDI, 2002, p. 31).

A memória permite ao sujeito significar o discurso apoiando em formações discursivas. A partir dela o sujeito além de repetir o que já foi dito, tem a possibilidade de fazer um jogo imaginário e simbólico com as palavras, sugerindo e/ou criando novos sentidos para o discurso, por intermédio de metáforas ou esquecimentos, “uma interação

verbal desenvolve-se no tempo e, desse fato, constrói-se progressivamente uma memória” (MAINGUENEAU, 1998, p. 96).

Para que se consiga analisar as condições de produção do discurso, o analista deve estar atento às filiações do sentido amplo, que implicam o discurso e as variâncias de sentido que o sujeito assume durante a história, que o faz significar a si e as relações com o mundo. Nesse sentido, Orlandi (2002, p. 32) aponta a importância do sentido amplo:

Há alguma coisa mais forte que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentido constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder, traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades. O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

Isto posto, Orlandi (2002) resgata a concepção lacaniana de sujeito que não é senhor na própria casa, tal como, o discurso como um acontecimento não transparente, sendo efeitos que não devem ser tomados a priori como acabados, mas em um processo dinâmico de historicização.

Essas marcas que estão no sujeito, no discurso e que são fundamentais para estabelecer as CP do discurso, são significativas também para interdisciplinaridade entre a psicanálise e a AD, em que os efeitos do inconsciente e da ideologia podem ser analisados nas posições assumidas pelos sujeitos por intermédio da discursividade, não pelo caráter moralizante, mas por reconhecer o sujeito e o discurso em sua incompletude.

Vale ressaltar que a ideologia para a análise do discurso não é positivada ou negativada, mas atua na construção do sentido: saber e dizer. O que é tratado como ideológico e não ideológico já são ferramentas de manipulação ideológica, que visa falsear interesses. Sendo assim, não existe o sujeito que esteja afastado, distante, estrangeiro e excluído da ideologia.

A partir da memória discursiva o sujeito se filia à determinadas formações discursivas, o que permite a análise do lugar e espaço sóciohistórico e cultural que o discurso encena e é produzido.

O discurso é uma forma de acontecimento no mundo ligado a fontes de referências, mas também, liga-se a questões de ordem social, como por exemplo, a preservação das faces, em que o discurso está atrelado ao ideal social de valorização de uma imagem a partir da teoria do interacionismo em Goffman (2012). Para Maingueneau (1989) “o discurso constitui-se em signo de alguma coisa, para alguém, em um contexto de signos e de experiências” (MAINGUENEAU, 1989, p. 35).

Portanto, utilizaremos como procedimento metodológico e analítico as CP do discurso, através das definições de Orlandi (2002) que corresponde ao sentido amplo referente à historicização do discurso da psicanálise em diferentes momentos históricos, e também os sentidos estritos, por meio do momento do acontecimento discursivo.

3.2 Sujeito e enunciado

A concepção sobre sujeito e enunciado integra as primeiras pesquisas em AD, uma vez que o discurso e os enunciados não são matérias que existem isoladamente no mundo, entretanto, suas concepções não são fechadas. Para a AD, o processo enunciativo é marcado por uma rede de significados que são envolvidos por formações discursivas e ideológicas, que servem como moldura ou traçados de marcas enunciativas que contextualizam um lugar e uma função discursiva.

As relações entre sujeito, enunciado e discurso são importantes metodologicamente para a AD, dado que o sujeito para construir o sentido discursivo se filiará a uma rede de significações enunciativas que sustentam a validade e veracidade para o seu discurso. As escolhas enunciativas assumidas pelo sujeito são as interpelações ideológicas que têm por função sustentar a rede de referências pessoais do sujeito, “o sujeito do discurso é, de fato, ao mesmo tempo sujeito ideológico, na sua relação com o sujeito do saber que assegura o enunciado; e sujeito falante, por poder enunciar os elementos do saber dessa formulação” (COURTINE, 2014, p. 96).

No trabalho de Foucault em a “Arqueologia do Saber” (1969), citado por Courtine (2014), o enunciado está ligado a quatro propriedades, sendo elas: “o enunciado está ligado a um referencial; o enunciado mantém com um sujeito uma relação determinada; o enunciado tem um domínio associado (uma área); o enunciado apresenta uma existência material, distinta daquela da enunciação” (COURTINE, 2014, p. 86).

Essas categorias trabalhadas por Foucault servem como suporte para delimitar a função de existência enunciativa, essa instância atua no discurso de forma valorativa, permitindo assim, no jogo de enunciados, reconhecer marcas subjetivas que permitem ao sujeito assumir uma posição discursiva, garantindo a si e ao outro um lugar.

O sujeito foucaultinano não é o sujeito gramatical. A melhor forma de definir é através de um “sujeito vazio” que assume posições. Mas para que o lugar vazio seja preenchido, é necessário ao sujeito que se inscreva em uma formação discursiva e uma formação ideológica, garantindo assim, um lugar na instância enunciativa. Para Courtine (2014):

esse lugar, só é vazio na aparência: ele é preenchido de fato pelo sujeito do saber próprio a uma dada formação discursiva e existe na identificação pelo qual os sujeitos enunciadore vêm encontrar nela os elementos do saber (enunciados) pré-construídos de que eles se apropriam como objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses elementos de saber que asseguram uma coerência intradiscursiva a suas declarações (COURTINE, 2014, p. 88).

Sendo assim, as relações entre sujeito e enunciado são dinâmicas e múltiplas, uma vez que as formações discursivas têm sua constituição na interdiscursividade que permite ao sujeito extrair as formulações a qual deseja, ora como aspecto de repetir um saber já pré-estabelecido, ou se opondo a ele através da contradição.

As formações ideológicas se presentificam no enunciado por meio do domínio do saber, que faz parte das formações discursivas e do interdiscurso. “O domínio de saber de uma formação discursiva funciona com o princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina o que pode e deve ser dito), assim como um princípio de exclusão (determina o que não pode e não deve ser dito)” (COURTINE, 2014, p. 99).

Essas fronteiras demonstram os processos históricos que permeiam as lutas de classes e interesses sociais de uma dada formação social, embora as condições preestabelecidas, as formações discursivas são permeadas por reconfigurações, o que consiste nas formulações possíveis de um enunciado. Sendo assim, o “sujeito enunciadore é produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enuncíavel” (COURTINE, 2014, p. 102).

O sujeito enunciadore concentra os efeitos de sentidos possíveis de um discurso, como define Orlandi (2002, p. 91), “o sujeito da Análise do Discurso é linguístico-

histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia” o que permite um processo analítico de mobilizar o lugar da produção do discurso, o que é dito, os elementos históricos e ideológicos (que contextualizam o sentido), esses elementos integram as condições de produção do discurso, “a língua (...) como um sistema sujeito a falhas – e o da ideologia como constitutiva tanto do sujeito quanto da produção dos sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 92).

3.3 Sujeito, Discursividade e Deslizamento

Na perspectiva teórica e conceitual da AD, a compreensão da língua como um sistema passível a falhas, e também, como não transparente é o que nos permite o enlaçamento entre historicidade, discursividade e o sujeito.

O movimento de escrita, nesse item, se dá através de um esforço em apresentar que o discurso, bem como a língua, o enunciado e/ou o processo enunciativo comportam problemáticas que correspondem há um movimento simbólico em que o sujeito se apropria para dar conta de construir sentidos para o seu discurso.

Antes de adentrar nos aspectos que referencia o deslizamento como um dispositivo analítico, retomarei dois pontos indissociáveis: os efeitos do inconsciente no discurso e o Outro como uma instância transindividual.

A análise do discurso mantém como perspectiva teórica influências do trabalho psicanalítico freudo-lacaniano, reproduzido em diversos textos o conceito de Mesmo e o Outro no discurso. A noção de Outro, está ligado a “transindividualidade do inconsciente” (LACAN, 1998, p. 260), ou seja, o inconsciente é um aparelho comum que gera uma memória aos sujeitos. Nesse contexto, a utilização do outro na análise do discurso, serve como referência ao retorno do inconsciente no discurso, ou até mesmo os efeitos do inconsciente na ideologia.

Essa memória comum, mediante ao inconsciente transindividual, permite a construção de sentidos do discurso através dos apagamentos, retomadas de sentidos e deslizamentos no discurso, dado que a dimensão atribuí ao inconsciente “a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (LACAN, 1998, p. 260).

Partindo dessa proposta de Lacan, o inconsciente não é uma instância onde cada um tem o seu, mas o inconsciente é efeito de uma linguagem do Outro, um ponto de

referência que é retomado, revisitado e construído cotidianamente pelos sujeitos a partir da historicização e da discursividade. O Outro “confere um sentido às funções do indivíduo” através do “campo da realidade transindividual do sujeito” (LACAN, 1998, p. 259).

Isto posto, os efeitos de sentidos, como também, as interpretações são “algo do mesmo que está nesse diferente; pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize, há sempre um possível “outro” que constitui o mesmo” (ORLANDI, 2007, p. 81).

A partir da compreensão da multiplicidade de significados que um discurso pode assumir e do efeito simbólico entre língua e discurso, Pechêux (1969) categoriza esse efeito metafórico como “deslizamento de sentido”. Eni Orlandi (2007) aponta que esse fenômeno contextual, entre as características dos efeitos entre as línguas naturais e as artificiais e os códigos nos leva a “considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural)” (ORLANDI, 2007, p. 80).

Eni Orlandi (2007, p. 81-82) aponta a importância do deslizamento como efeito ideológico em Althusser:

Esta forma de conceber o deslize, o efeito metafórico, como constitutivo do funcionamento discursivo, liga-se ao modo de conceber a ideologia. Em termos de interpretação, isso nos aponta para o discurso “duplo e uno”. Segundo Althusser, a leitura “sintomática”, falando de ideologia, é a que revela o irrevelado no próprio texto que lê, e o remete a um outro texto, presente no primeiro por uma ausência necessária. (...) Na análise do discurso, essa duplicidade, esse equívoco, é trabalhado como a questão ideológica fundamental, pensando a relação material do discurso à língua e da ideologia do inconsciente (ORLANDI, 2007, p. 81-82).

Para analisar o movimento do discurso se faz necessário retomar as CP do discurso como ferramenta de análise do movimento feito por ele, como aponta Orlandi (2007, p. 81) na Figura 2:

Figura 2 – Condições de Produção- Delizamento

a, b, c, d, e, f
 g, b, c, d, e, f
 g, h, c, d, e, f
 g, h, i, d, e, f
 g, h, i, j, e, f
 g, h, i, j, k, f
 g, h, i, j, k, l

Fonte: (ORLANDI, 2007, p. 81).

A seguir, a autora explica:

O ponto de partida (a, b, c, d, e, f) e o ponto de chegada (g, h, i, j, k, l), através de deslizamentos de sentidos, de próximos em próximos, são totalmente distintos. No entanto, algo do mesmo está nesse diferente; pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize há sempre um possível “outro”, mas que constitui o mesmo (o deslize de sentido de a para g faz parte do sentido de a também) Ou seja, o mesmo já é produção da história, já é parte do efeito metafórico. A historicidade está aí representada justamente pelos deslizamentos (paráfrase) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas. Fala-se a mesma língua, mas de fala diferente (ORLANDI, 2007, p. 81).

A partir desse percurso teórico entre os autores Lacan (1998), Peuchêx (1969) e Eni Orlandi (2007), que reverbera nos deslizamentos de sentido, Eni Orlandi (2007) formula a concepção de “gesto analítico”, em que o analista do discurso deve compreender esses efeitos de sentidos que interpelam o sujeito, e também, marca o discurso a partir da historicidade. Para compreender as possíveis interpelações do discurso e sujeito trabalharemos as categorias de sujeito e interacionismo como ferramenta teórica metodológica para este estudo.

3.4 Sujeito e Interacionismo

O conceito de sujeito é uma categoria teórica que dentro da AD, recebe influência dos estudos da noção de sujeito da psicanálise. No entanto, o conceito de sujeito não é algo simplório. No interior da própria psicanálise essa concepção reverbera

em diversos posicionamentos diferentes, sendo um conceito mais ligado às obras freudo-lacanianas. É também uma definição metodológica na AD, no que tange um recurso para analisar o lugar assumido por um sujeito, que tem implicações nas posições de sentidos das formações discursivas e ideológicas em um discurso. Assim sendo, o sujeito toma forma a partir do seu assujeitamento no discurso.

Para chegar à concepção de sujeito da psicanálise e da AD, se faz necessário retomar o percurso histórico da ciência e dos pensamentos filosóficos, que parte da ciência antiga para a ciência moderna. O resultante do trabalho intelectual da ciência moderna é o que permite nos apropriar do pensamento psicanalítico de um sujeito cindido, dividido, marcado pelo inconsciente.

A partir do dicionário da historiadora psicanalítica Roudinesco (1998), a trajetória da ciência e da filosofia realiza um percurso de uma lógica de indivíduo que controla seu modo de dizer e passa a um sujeito do inconsciente:

Sujeito é um termo corrente em psicologia, filosofia e lógica. É empregado para designar ora um indivíduo, como alguém que é simultaneamente observador dos outros e observado por eles, ora uma instância com a qual é relacionado um predicado ou um atributo. Em filosofia, desde René Descartes (1596- 1650) e Immanuel Kant (1724-1804) até Edmund Husserl (1859-1938), o sujeito é definido como o próprio homem enquanto fundamento de seus próprios pensamentos e atos. É, pois, a essência da subjetividade humana, no que ela tem de universal e singular. Nessa acepção, própria da filosofia ocidental, o sujeito é definido como sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência, seja essa consciência empírica, transcendental ou fenomênica. Em psicanálise, Sigmund Freud empregou o termo, mas somente Jacques Lacan, entre 1950 e 1965, conceituou a noção lógica e filosófica do sujeito no âmbito de sua teoria do significante, transformando o sujeito da consciência num sujeito do inconsciente, da ciência e do desejo. Foi em 1960, em *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, que Lacan, apoiando-se na teoria saussuriana do signo linguístico, enunciou sua concepção da relação do sujeito com o significante: Um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse sujeito, segundo Lacan, está submetido ao processo freudiano da clivagem (do eu) (ROUDINESCO, 1998, p. 742).

Por meio dessas definições é possível analisar que a concepção de sujeito é uma categoria moderna, passando de algo consistente, sujeito da consciência, para a possibilidade de pensar o sujeito do inconsciente. Na AD, para que o sujeito do inconsciente seja analisado na discursividade, algumas categorias serão aparatos metodológicos, visando às condições de análise de emersão do sujeito, uma vez que o

trabalho do analista do discurso não é buscar apenas na exterioridade ou na história a causalidade de determinados efeitos discursivos, o que seria um estudo sociológico ou histórico. Entretanto, as relações ideológicas e imaginárias são partes da condição de produção do discurso, dado que o sujeito aciona um significante para si e para o outro como forma de gerar sentidos, que desemboca na relação dialética entre historicização e sujeito.

Para ampliar a compreensão entre discurso, sujeito e subjetividade, Maingueneau (1998, p. 133) apresenta que “é praticamente impossível encontrar um texto que não deixe aflorar a presença do sujeito falante. Esse último inscreve continuamente sua presença no seu enunciado”.

A subjetivação é parte estruturante do processo discursivo, não há dizeres e trocas discursivas se não houver processo de subjetivação, “assim como, parafraseando a Psicanálise, se pode considerar que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, na Análise do Discurso, consideramos que a ideologia se materializa na linguagem” (ORLANDI, 2002, p. 96). A subjetividade está presente no enunciado e são as marcas no enunciado que permitem a análise das posições ideológicas do sujeito no discurso. Segundo Orlandi:

ele, o sujeito, não poderia ser a origem de si. Pelo deslocamento proposto por M. Pêcheux (1975), fazendo intervir a ideologia na relação com a linguagem, o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo etc) é observado dos bastidores, diz o autor, lá de onde se pode captar que se fala do sujeito, antes que o sujeito possa dizer: Eu falo. Esse teatro pelo qual o sujeito é chamado à existência se sustenta na discrepância introduzida pela formulação indivíduo/sujeito. Acentuando-se então a necessidade de se pensar o funcionamento, supõe-se uma articulação conceptual elaborada entre ideologia e inconsciente, em que se pode observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, devendo-se entender esse último adjetivo não como que afetam o sujeito, mas nas quais se constitui o sujeito (ORLANDI, 2007, s/p.).

O sujeito que emerge em uma sociedade de consumo é o sujeito que opera a partir das identificações ideológicas e discursivas de seu tempo, o sujeito é histórico. A perspectiva conceitual sobre a diferença entre indivíduo e sujeito está ancorada na diferença conceitual em reconhecer que as identidades são representações dos sujeitos,

são investidas a partir da “ilusão: de que ele é origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo” (ORLANDI, 2002, p. 21).

O consumismo coopera por meio de marcas na construção da subjetividade que desaguam na formação das identidades dos sujeitos. Isso interliga as representações sociais ao sujeito e a identidade encenada, a partir de um mecanismo da representação de uma forma dialética entre indivíduo e o meio social. O indivíduo não é um sujeito isolado, mas é o que projeta um papel a partir dos contextos sociais, da busca da completude e de dissimular suas próprias fragmentações, deste contexto, captura e condições que validam algumas encenações.

Segundo Orlandi (2002, p. 22):

O sujeito moderno – capitalista– é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado pela exterioridade e determinante do que diz: essa é a condição de sua responsabilidade e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de/por sua vontade.

Erving Goffman⁶ (2002) apresenta que o sujeito investe em crenças e papéis em que o indivíduo se organiza para representar a vida cotidiana, sendo essa, uma encenação entre os indivíduos no contexto social que tem suas próprias garantias e defesas, ocasionando um movimento natural.

Tomaremos neste estudo as concepções de Goffman (2002) para análise do acontecimento⁷ em seu sentido estrito e amplo, e na correlação em que o sujeito se ancora nas identidades para encenar um acontecimento. Embora sujeito e identidade sejam categorias complementares, que vêm de áreas diferentes, a identidade está mais para o acontecimento e o sujeito está mais para a contradição, a impossibilidade de manter uma única posição em diversos acontecimentos. Quando o sujeito emerge no discurso atualiza as representações de identidade.

⁶ Erving Goffman (1922-1982) foi um sociólogo, antropólogo e escritor canadense, que influenciou diretamente na corrente sociológica sobre o interacionismo simbólico, uma corrente que corresponde à análise da vida cotidiana a partir de representações que forjam as identidades, o símbolo é tomado como o sentido da vida e das relações.

⁷ Tomaremos a concepção de acontecimento a partir da proposta de Goffman, no que corresponde a possibilidade de fazer um recorte das interações que nos permite analisar, identificar, situar um quadro de interações, uma posição que “expressa na maneira como conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução” (GOFFMAN, 2002, p. 113).

O conceito de representação é considerado toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado, em que a atuação individual recebe influência de contexto mais amplo, sendo este, usado como fachada, que é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante sua representação e que pode se subsidiar em disposição física e outros elementos de plano de fundo em uma cena e/ou cenário.

Para Goffman (2002), a fachada pessoal é uma instância que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator e, que naturalmente esperamos que o seguisse onde quer que vá, incluindo função ou categorias como: vestuário, sexo, idade, características raciais e expressões. Deve-se observar que determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos das expectativas estereotipadas abstratas, às quais dá lugar, podendo receber um sentido e uma estabilidade a partir das tarefas. A fachada torna-se uma representação coletiva e um fato, por direito próprio, sendo um aporte anterior ao agir de um indivíduo na esfera social.

Podemos relacionar a fachada pessoa com a concepção de sujeito enunciador, dado que o sujeito enunciador designa um modo interacional entre os sujeitos envolvidos em uma cena discursiva, a partir das funções psicossociológicas mantidas pelo sujeito enunciador, com expectativa de gerar confiança, credibilidade e legitimidade através da interação com os coenunciadores.

A fachada pessoal e a fachada social são componentes das identidades assumidas por sujeitos nas relações sociais que visam o “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através de uma linha”. Essa reivindicação deve ser assegurada em todos os momentos na fachada pessoal e social. A “linha quer dizer, um padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria” (GOFFMAN, 2012, p. 13).

Esses aspectos entre a linha e a fachada são componentes de uma imagem, uma moldura estabilizadora, em que o eu delineará atributos para interpretar uma cena, que corresponde a um conjunto de crenças e valores cristalizados sobre uma identidade e a função social a qual deve ser exercida. Por exemplo, um médico terá como cena além das suas falas, a roupa branca, o modelo do consultório, fatores verbais e não verbais podem construir a linha e a fachada para dar aderência ou aceitabilidade.

A resposta diante de uma fachada sofre resposta imediata no meio social, uma

vez que a imagem interpretada por meio de uma linha precisa ser aceita a partir das cristalizações sociais, interferindo nas emoções dos interlocutores em “se sentir bem ou se sentir ofendida”, através das expressões “o envolvimento com a fachada dos outros que é tão imediato e espontâneo quanto o envolvimento que ela tem com sua própria fachada” (GOFFMAN, 2012, p. 14);

Para que a encenação ocorra, Goffman (2012) apresenta o conceito de expressão, que são os modos pelos quais uma representação é socializada e a ação que é o caminho para as linguagens verbais e não verbais. A realização dramática é o modo em que o indivíduo mobiliza determinada atividade, com a finalidade de torna-la significativa ao transmitir.

Considerando o desempenho da encenação por um indivíduo pode ocorrer a “idealização sendo esta perpassada pelo modo em que uma representação é socializada, moldada e modificada para se ajustar a compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada” (GOFFMAN, 2012, p. 40).

Na representação falsa poucos são os sinais que não podem ser usados para confirmar a presença de algo que não está realmente ali. “Quando descobrimos que alguém é um impostor descobrimos que ele não tinha o direito de representar o papel que desempenhava e não era um ocupante credenciado da importante posição social” (GOFFMAN, 2012, p. 60). Sendo assim, cada círculo social, ou identidade, terá uma rede de significações que serão seus códigos de crenças e interpretações:

apesar de sua fachada social ser sua posse mais pessoal e o centro de sua segurança e prazer, ela é apenas um empréstimo da sociedade; ela será retirada a não ser que a pessoa se comporte de forma digna dela. Atributos aprovados e sua relação com a fachada fazem de cada homem seu próprio carcereiro; esta é uma coerção social fundamental, ainda que os homens possam gostar de suas celas (GOFFMAN, 2012, p. 18).

Sendo assim, o discurso e o sujeito são encapsulados pela ideologia, assumindo uma identidade, por meio de ritualizações pré-estabelecidas que são encenadas em uma determinada fachada, na vida social, por projeções das faces, denominada a partir da concepção do interacionismo de Goffman (2002).

Como proteção das faces os sujeitos utilizam de algumas estratégias para manter suas identidades, sendo elas: o processo de evitação, que pretende “evitar ameaça a sua fachada” (p. 22); medidas defensivas e protetoras para a fachada, “manobras protetoras

de polidez e respeito” (p. 23). No processo corretivo, Goffman (2010, p. 26) categoriza como a tentativa da identidade em apresentar a face negativa para o outro:

evita a ocorrência de um evento que é expressamente incompatível com os juízos de valor social que estão sendo mantidos, e quando o evento é do tipo que é difícil de ignorar, então os participantes provavelmente darão a ele o estatuto autorizado de um incidente – ratificando-o como uma ameaça que merece atenção oficial direta- e procederão de forma a tentar corrigir os seus efeitos (GOFFMAN, 2010, p. 26).

As categorias apresentadas anteriormente integram as estratégias de tráfego de interação social. Entre as estratégias são englobadas três que referenciam o indivíduo nos trabalhos sobre a face do outro: ofensa efetuada de forma voluntária, quando se há um desejo em atacar o outro, mas que ao mesmo tempo pode colocar em questão a fachada do eu; ofensas não planejadas, incidentes inesperados, quando não há uma intencionalidade direta e que pode ter um processo corretivo; e apresentação de fatos favoráveis sobre si e menosprezo dos outros, que é uma forma mais velada de ataque.

O sujeito emerge entre as articulações discursivas que são assumidas por indivíduos através de identidades articuladas sócio-históricas e ideologicamente que presentifica no processo de enunciação, evoca marcas subjetivas. Toda representação social perpassa por marcas ideológicas, servindo-se assim como um molde de como o sujeito estabeleceu-se da historicização, sua formação discursiva na contemporaneidade. O sujeito de enunciação evoca uma identidade, que foi ritualizada para ter aderência dentro de um determinado momento histórico.

Apresentamos esse percurso sobre a concepção de identidade e sujeito para termos um panorama sobre como os aspectos subjetivos em paralelo aos lugares dos discursos como ferramenta interacional. Compreender os conceitos sobre sujeito e interacionismo, nos permite um quadro que estabiliza o sujeito da enunciação, permitindo assim, limites para analisar as condições de produção do discurso da psicanálise em diferentes momentos históricos.

4 ANÁLISE

4.1 Metodologia de Análise

Analisar o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo nos exige instituir o lugar do dizer de cada discurso, uma vez que estamos nos referindo a discursos que são assimétricos e que assumem posicionamentos distintos no universo discursivo.

Por esse motivo, e também para atender aos objetivos da pesquisa, a construção do *corpus* implica a análise das CP do discurso e nos papéis assumidos pelo *sujeito* no interior desses discursos.

A AD propõe uma desautomatização dos sentidos de um texto e da relação que se estabelece para com o sujeito, para que se consiga a percepção e análise de uma rede de enunciados, que não são dados como acabados e transparentes, mas que são engendrados no processo discursivo.

O analista do discurso não irá interpretar o sentido mais verídico de determinado discurso, tornando-o mais transparente, mas a partir da análise terá como prisma as vicissitudes das formações ideológicas na construção do sentido do dizer, procurando desfazer as evidências, ou melhor, “se procura não ficar na familiaridade, conquanto esta represente efeitos de evidências produzidas por processos de significação bem menos transparentes e mais indiretos. Os sentidos não brotam das palavras” (ORLANDI, 2002, p. 99).

O processo analítico da AD perpassa a investigação das CP do discurso e da constituição do sujeito, dado que “a interpretação é caracterizado pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição ideológica, configurando uma região particular no *interdiscurso*, na memória do dizer” (ORLANDI, 2002, p. 100).

Como primeiros passos metodológicos, definimos como *corpus* da pesquisa os prefácios das obras: “Estudos sobre a histeria” que é considerado por muitos pesquisadores como a obra inaugural do pensamento psicanalítico, de autoria de Sigmund Freud e Josef Breuer (1895-1990), e também, o prefácio da obra: “O mal, o bem e mais além”, de Flávio Gikovate (2006).

Durante a análise dos prefácios adotamos como procedimento metodológico o tratamento de Freud e Breuer como sujeitos enunciativos 1: E1, e

Gikovate como sujeito enunciador 2: E2. Esta definição visa desmonstrar a assimetria dos discursos entre os sujeitos enunciadore, uma vez que a posição em que os enunciadore ocupam são diferentes e não se trata de uma análise dos indivíduos, mas das CP do discursos e o assujeitamento do sujeito.

Como primeiro gesto analítico, analisaremos os títulos das obras do E1 e E2, como forma de análise das CP do discurso estritas, ou seja, uma análise de um recorte imediato para compreender o universo dos autores e as marcas do tempo histórico em que estavam submetidos, as CP do discurso amplo acontecerá no movimento analítico nos prefácios das obras.

Delimitamos como objetivos específicos de análise: primeiramente a análise do lugar do discurso da psicanálise e o discurso do consumismo dentro do universo discursivo; posteriormente, avançamos na reconstrução do discurso da psicanálise em diferentes momentos históricos para avançar no objetivo geral da análise dos possíveis efeitos de sentidos entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo através das categorias de CP do discurso e a constituição do sujeito no interior do discurso psicanalítico em diferentes momentos históricos.

No nosso trabalho o *corpus* se torna relevante, pois ambos os materiais de análise têm grande expressividade histórica uma vez que os sujeitos enunciadore tiveram grande relevância para a psicanálise, cada um em seu tempo. Seja nas publicações de livros ou em conferências. Eles foram responsáveis por redes de formulações de saberes, os quais permitirão analisar as possíveis inclinações entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo a partir dos processos metodológicos e conceituais da Análise do Discurso, a qual é a teoria que sustenta a presente análise.

4.2 Análise de Condição de produção do discurso

O discurso da psicanálise em seu primeiro momento é indissociável de Freud. Após seu rompimento com a medicina, Freud encontra Breuer que estava investigando as origens de determinadas doenças, que na época eram enigmáticas, onde se buscava compreender a correlação entre os sintomas e o psiquismo.

Na primeira investigação psicanalítica, conhecido como “O Caso Anna O”⁸,

⁸ Mais informações sobre o caso Anna O. encontra-se no livro: Estudos sobre a histeria

Freud e Breuer verificaram que existia algo para além da consciência. Os pacientes quando relatavam queixas nem todas as informações eram lembradas, e quando os pacientes tinham um rebaixamento do estado de consciência através da hipnose eram desvelados conflitos de afetos que foram reprimidos. Durante a escuta dos primeiros casos os sintomas observados foram compreendidos por Freud e Breuer como uma resposta de uma limitação social de vivenciar determinados afetos.

No caso da Anna O., sintomas como alucinações, perda da capacidade de falar alemão, estrabismos nos olhos, dores corporais eram respostas e desefesas de momentos conflituos, por uma retenção de afetos sentidos, mas que por não convergir com as convenções sociais eram reprimidos e deslocados para os sintomas.

A partir desse primeiro caso, foi possível instaurar os conceitos fundamentais da psicanálise que são: inconsciente (dissociação entre os desejos e as convenções sociais), sexualidade (fonte de energia para o psiquismo) e a cura pela palavra (através da transferência com o analista, foi possível remontar outras fantasias e trabalhos pela paciente).

Segundo a historiadora e psicanalista Élisabeth Roudinesco (1998, p. 93):

Josef Breuer desempenhou um papel considerável na vida de Sigmund Freud, entre 1882 e 1895. De certa forma, foi uma figura paterna para o jovem sábio. Ajudou-o financeiramente, inventou o método catártico para o tratamento da histeria, redigiu com ele a obra inaugural da história da psicanálise, estudos sobre a histeria, e foi médico de Bertha Pappenheim que, sob o nome de Anna O., se tornaria o caso principal das origens do freudismo (ROUDINESCO, 1998, p. 93).

Após o estudo do caso da Anna O., Freud rompe teoricamente com Breuer, por continuar defendendo a primazia da sexualidade na neurose. A partir de então, ele publica livros como “A Interpretação dos Sonhos” (1900), sobre “A Psicopatologia da Vida Cotidiana” (1901), três ensaios sobre “A Teoria da Sexualidade” (1905a), “Os chistes e sua Relação com o Inconsciente” (1905b), “Cinco Lições de Psicanálise” (1910), “Além do Princípio do Prazer” (1920), “O Ego e o ID” (1923), “O Futuro de uma Ilusão” (1927), entre outros. Esse é o panorama do início do desenvolvimento das obras psicanalíticas. Além disso, Freud

e Breuer (E1) ocupam lugares históricos e sociais de psicanalistas e autores, seguidamente apresentaremos outro autor que também exerce essas funções.

O outro autor em análise é Flávio Gikovate (E2), formado pela Universidade de São Paulo em 1966, tendo como formação a Psicanálise e especialização em psiquiatria. Colaborava regularmente com vários periódicos de grande circulação. Manteve uma coluna semanal sobre comportamento no jornal Folha de S. Paulo, entre 1980 e 1984 e, entre 1987 e 1999, uma página na revista mensal Cláudia. Mantinha um programa de rádio semanal (No Divã do Gikovate) na CBN, e frequentemente participava como convidado de programas de televisão. Entre 1991 e 1993 coordenou programas na Rede Bandeirantes de Televisão e uma primeira fase do *Talk-show* Canal Livre. Morreu em 13 de outubro de 2016, aos 73 anos.

Entre as obras publicadas pelo autor Flávio Gikovate estão as bibliografias: “As Drogas: opção de perdedor” (1981); “Vício dos Vícios” (1987); “Homem: o sexo frágil?” (1989); “Cigarro: um adeus possível” (1990); “Uma Nova Visão do Amor” (1996); “Os Sentidos da Vida - uma pausa para pensar” (1998a); “A Arte de Educar” (1998b); “Ensaio Sobre o Amor e a Solidão” (1998c), “Liberdade Possível” (2000); “A Libertação Sexual” (2001); “Deixar de Ser Gordo” (2005); “Uma História de Amor... com Final Feliz” (2008).

Do mesmo modo, E1 e E2, além de psicanalistas exercem a função de autores. A partir de agora, primeiro retomaremos alguns títulos das obras do E1 e E2 antes de iniciar a análise dos prefácios. Tomamos os títulos como representação de uma rede de enunciados que comportam uma memória discursiva que é assumida por esses autores, sendo uma análise estrita das CP do discurso.

Como é compreendido na AD, na materialidade, na forma linguístico-histórica é possível articular o sujeito que não está fixo, assim como o discurso, que não é dado a priori e nem está acabado.

A escolha dos sujeitos enunciadore E1 e E2 demarca um hiato histórico no discurso da psicanálise, com o propósito de usar os E1 e E2 como contraponto para análise das formações discursivas e ideológicas presente inicialmente no discurso da psicanálise e quais efeitos de sentidos na contemporaneidade.

O *corpus* da pesquisa permitirá a análise dos deslizamentos que ocorreram no discurso da psicanálise por meio das formações ideológicas e as formações discursivas, uma vez que, “o autor é o lugar em que se realiza esse projeto

totalizante, o lugar em que se constrói a unidade é o texto, o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade com sua coerência e completude imaginárias” (ORLANDI, 2002, p. 73).

Não se tratam de uma análise sobre a história dos sujeitos enunciadorees, mas da função discursiva em que os autores se ancoraram, nas quais revelam as coerções disciplinares e intencionais, portanto, os manejos sociais do discurso. Segundo Orlandi (2002, p. 76), “aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor”.

A autoria implica ao sujeito a ilusão de completude no texto, que estabelece uma identidade temporária e garante ao autor um lugar do dizer, condições para o assujeitamento do mesmo, que representa as tramas de sentido por meio das formações ideológicas.

A partir desse momento, retomaremos os títulos das obras dos autores como forma de analisar as marcas da historização do sujeito no discurso da psicanálise, a partir da “unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (ORLANDI, 2002, p. 69).

Quadro 1 – Recorte E1

Recorte 1

Títulos das obras do E1: A Interpretação dos Sonhos (1900), Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana (1901), Três Ensaioes sobre a Teoria da Sexualidade (1905), Os chistes e sua Relação com o Inconsciente (1905), Cinco Lições de Psicanálise (1910), Além do Princípio do Prazer (1920), O Ego e o ID. (1923), O Futuro de uma Ilusão (1927).

Fonte: Do autor (2021).

Quadro 2 – Recorte E2

Recorte 2

Títulos das obras do E2: As Drogas: opção de perdedor (1981); Vício dos Vícios (1987); Homem: o sexo frágil? (1989); Cigarro: um Adeus Possível (1990); Uma Nova Visão do Amor (1996); Os Sentidos da Vida - uma pausa para pensar (1998); A Arte de Educar (1998); Ensaio Sobre o Amor e a Solidão (1998), Liberdade Possível (2000); A Libertação Sexual (2001); Deixar de Ser Gordo (2005); Uma História de Amor... com Final Feliz (2008).

Fonte: Do autor (2021)⁹.

O sujeito enunciador E1 ao utilizar conceitos como: “*Psicopatologia, Sexualidade, Chistes, Inconsciente, O ego e o ID*”, faz referências que integram um domínio de memória que está na dimensão pré-construída dos enunciados, que revelam um efeito de impessoalidade e neutralidade, muito usada no discurso científico, que para ser interpretado demanda uma formação discursiva específica.

Quando recortamos as expressões: “*vida cotidiana, o futuro de uma ilusão, além do princípio do prazer*”, as marcas são mais próximas de uma lógica literária do que científica, onde a dinamicidade para interpretação acaba sendo mais ampla, ou seja, as marcas do conteúdo a ser tratado no livro não são tão explícitas.

Contrariamente, nas obras do E2 podemos analisar que as redes de mobilizações discursivas estão mais vinculadas a uma lógica moralizante, onde os possíveis efeitos de sentidos são vinculados a uma relação de poder e controle, por exemplo: “*As Drogas: Opção de Perdedor*”; “*Deixar de Ser Gordo*”. Nesses títulos, as interpretações em um primeiro momento não demandam um conhecimento teórico ou técnico, utilizado no discurso científico e como apareceu no discurso do E1, mas de saberes vulgarizados ou do senso comum, o coenunciador consegue validar o discurso, ou seja, a interpretação é ancorada em saberes do cotidiano.

No título: “*As Drogas: Opção de Perdedor*”, podemos analisar que há constituição discursiva individualiza acerca da temática das drogas. No texto há dois sentidos que podemos extrair: a) que o uso de drogas é uma opção, e b) quem escolhe o

⁹ Os quadros inseridos neste trabalho foram elaborados pelo autor, mas com base nas bibliografias que auxiliaram nas análises.

uso de drogas são considerados perdedores. Esses são os sentidos estritos, mas se analisarmos as formações ideológicas que atravessam esse discurso, nos depararemos com alguns sentidos amplos como: ser perdedor, tem como sentido “aquele que não consegue vencer com facilidade”. O é colocado de forma generalista, assim se o coenunciador perdeu para as drogas, provavelmente perderá em outros aspectos. Além da generalização, existem formações ideológicas que encapsula o sujeito ao imaginário que tudo que represente uma perda metaforicamente é negativo, seja “perda” de tempo, “perda” de dinheiro, ocasionando um dualismo entre perder e ganhar, sendo o perder negativo e o ganhar positivo socialmente.

Assim como a generalização da frase “opções de perdedor”, “as drogas” estão postas de forma generalizada. As drogas, no plural, sem compreender a dinamicidade de uso de substâncias psicoativas em cada caso, a cannabis, por exemplo, é uma substância psicoativa, mas em determinadas correntes é considerada como remédio e em casos de abuso como droga, ou seja, a generalização não comporta a individualidade dos coenunciadores.

Esses efeitos de sentidos sobre as drogas são marcados por formações ideológicas que constituem a nossa sociedade contemporânea através de seu contexto histórico. Poderíamos ampliar a condição de perdedor para além desse momento histórico, como por exemplo, os efeitos de ser perdedor de uma guerra mundial, ou até mesmo as condições de perder em uma sociedade do consumismo, em que o acúmulo é o fator de sustentação das relações.

A partir das formações ideológicas do discurso do consumismo, algumas drogas são validadas, principalmente aquelas que recebem o aval das indústrias farmacêuticas, drogas que são propagandeadas e recebem o valor social de substâncias lícitas e algumas não sendo ilícitas são condenadas.

O discurso do consumismo articula de forma estratégica os conflitos existenciais à uma possível saída a partir do consumismo, por meio de uma rede de consumidores. O que está em jogo é sempre estar consumindo, já que socialmente perder não é uma experiência de prestígio, compre o livro e deixe de perder para as drogas, ou melhor, se perder para as drogas é uma opção, deixe de perder adquirindo o livro, cria-se uma estratégia de vendabilidade.

Nos títulos da obra do E2, subtende-se que comprando os livros como “*Deixar de Ser gordo*” ou “*Drogas: opção de perdedor*”, não se está consumindo apenas um livro,

mas um instrumento que dará conta de resolver a questão tematizada na obra. Segundo Bauman, (2008, p. 137):

como uma cura possivelmente eficaz ou um remédio preventivo para a ameaça da solidão ao estilo consumidor; e como um estímulo à liberdade também nesse estilo – uma forma alternativa de sociabilidade que avança um pouco no sentido de conciliar as demandas conflitantes de liberdade e segurança (BAUMAN, 2008, p. 137).

Orlandi (2002) apresenta que com a modernidade, a humanidade ocidental desliza pela lógica de subordinação explícita de ordem do discurso religioso, para uma menos explícita do homem constituído por direitos e deveres com as transformações das relações sociais. O “sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito-de-direito com sua vontade e responsabilidade (...). Daí a ideia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo” (ORLANDI, 2002, p. 51).

Em “*As Drogas: opção de perdedor*”, os enunciados utilizados tangenciam um modo de representar o mundo pelo olhar de uma estratégia existencial consumista. As drogas não são postas a partir da experiência, mas da lógica corporativista, mercadológica que integra o discurso do consumismo, em que a vida é dividida em ganhar ou perder, “*opção de perdedor*”.

No título “*Deixar de Ser Gordo*”, o emaranhado das relações sociais implica o sujeito a uma formação ideológica de sujeito moderno e *líquido*, que decorre do sentido do corpo como um produto, em que o ideal deve ser atendido para que se consiga fazer parte dos jogos coletivos e sociais, que segundo Bauman (2008, p.74):

Se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam desempenhar suas obrigações sociais e proteger autoestima – assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso -, consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão esses apelos (BAUMAN, 2008, p. 74).

Segundo Orlandi (2012), o sujeito do consumo passa a se constituir, por meio das rupturas:

A crença na Letras (submissão a Deus) dá lugar à crença nas Letras (submissão ao Estado e Às Leis). Crença nas cifras, na precisão,

sustentada pelo mecanismo lógico (se... então; ou...ou) Essa é uma submissão, menos visível porque preserva a ideia de autonomia, de liberdade individual, de não determinação do sujeito. É uma forma de assujeitamento mais abstrata e característica do formalismo jurídico, do capitalismo. Por seu lado, a injunção à não contradição é a garantia da submissão do sujeito ao saber (ORLANDI, 2002, p. 51).

Pela falta como processo constituinte do discurso, do sujeito e também dos fatos históricos, o sujeito por intermédio das formações ideológicas e da sua própria experiência, faz o exercício de nomear e criar sentido às coisas do mundo. Mas, sendo o discurso, o sujeito precisa se ancorar nas formações discursivas como tentativa de tocar o real da história, do cotidiano e do mundo. Para Orlandi (2002, p. 75):

a função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva do autor é a função que esse eu assume enquanto produtor da linguagem, produtor do texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc. (ORLANDI, 2002, p. 75).

As marcas ideológicas de uma sociedade líquida, em que as demandas de curto prazo têm uma emergência em ser supridas, aparecem no discurso da psicanálise. Mas, vale ressaltar que o deslizamento, não é a criação de um outro discurso, uma vez que a prática discursiva nos títulos do E1 tinham filiações ao discurso científico, mas também demonstravam uma dinamicidade que permitem que a psicanálise como prática discursiva caminhe em questões atuais da vida, como o próprio título “*Psicopatologia da Vida Cotidiana*”.

A partir da concepção de que um enunciado não é assimétrico, precisamos tomar as CP do discurso, para mobilizar um enunciado por meio de um recorte que apresente seus engendramentos, retomadas de sentidos e “contexto que não é dado preestabelecido e estável” (MAINGUENEAU, 2013, p. 22).

A análise de um *corpus* discursivo perpassa um valor pragmático e/ou estatuto pragmático, que corresponde à dinâmica enunciativa, mas também, às condições que instauram o funcionamento social do discurso, buscando nas coerções verbais e não verbais, sentidos que servem para a validação ou não de um discurso a partir de um contexto.

A análise dessas variâncias que estão no sentido, no contexto e no discurso é o

que permitirá nesta análise, a análise dos possíveis efeitos de sentidos entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo através das categorias de CP do discurso e a constituição do sujeito no interior do discurso psicanalítico em diferentes momentos históricos. Para tal, utilizamos os prefácios de livros, sendo o primeiro “*Estudos Sobre a Histeria*” do E1 e o segundo “*O mal, o Bem e mais Além*” do E2.

O procedimento analítico comporta estratégias linguístico-discursivas dos posicionamentos desses sujeitos e os possíveis efeitos de sentido decorrentes da enunciação, que nesta pesquisa terá enfoque no discurso da psicanálise, no que tange o lugar da sua operacionalização do discurso e suas proximidades com o discurso do consumismo. Para proceder à análise, apresentamos o texto dos prefácios na íntegra a seguir:

Quadro 3 – Prefácio do livro “Histeria”

1 Estudos Sobre a Histeria, prefácio:

Em 1893 publicamos a “Comunicação Preliminar” sobre um novo método de examinar e tratar os fenômenos histéricos. A ela acrescentamos, de forma tão concisa quanto possível, as conclusões teóricas a que havíamos chegado. Estamos aqui reimprimindo essa “Comunicação Preliminar” para servir como a tese que temos por finalidade ilustrar e provar.

Anexamos a ela uma série de casos clínicos cuja seleção, infelizmente, não pôde ser determinada em bases puramente científicas. Nossa experiência provém da clínica particular numa classe social culta e letrada, e o assunto com que lidamos muitas vezes aborda a vida e a história mais íntima de nossos pacientes. Constituiria grave quebra de confiança publicar material dessa espécie, com o risco de os pacientes serem identificados e seus conhecidos ficarem a par de fatos confiados apenas ao médico. Foi-nos, portanto, impossível fazer uso de algumas das nossas observações mais instrutivas e convincentes. Isso naturalmente se aplica de forma especial a todos os casos em que as relações sexuais e maritais desempenham um importante papel etiológico. Assim, ocorre que só conseguimos apresentar provas muito incompletas em favor de nosso ponto de vista de que a sexualidade parece desempenhar um papel fundamental na patogênese da histeria, como fonte de traumas psíquicos e como motivação para a “defesa” — isto é, para que as ideias sejam recalçadas da consciência. Foram precisamente as observações de natureza marcadamente sexual que nos vimos obrigados a não publicar.

Os casos clínicos são seguidos de diversas considerações teóricas e, num capítulo final sobre terapia, propõe-se a técnica do “método catártico” tal como se desenvolveu nas mãos do neurologista.

Se em algumas ocasiões se expressam opiniões divergentes e até mesmo contraditórias, isso não deve ser considerado como prova de qualquer vacilação em nossos pontos de vista. Decorre das divergências naturais e justificáveis entre as opiniões dos dois observadores que estão de acordo quanto aos fatos e a leitura básica dos mesmos, mas que nem sempre concordam invariavelmente em suas interpretações e conjeturas.

Freud e Breuer.

Fonte: Do autor (2021).

Quadro 2 – Prefácio do livro “O mal, o bem e mais além”

2 O mal, o bem e mais além, prefácio:

Minhas reflexões acerca dos temas da moral se iniciaram na segunda metade dos anos 1970. Decorreram de certas características que detectei ao me voltar para a análise da forma como os casais se unem. A regularidade com que pessoas com propriedades psicológicas antagônicas se encantam umas com as outras me impressionou justamente porque estava completamente fora das expectativas probabilísticas. Quase toda a pessoa mais quieta e pouco agressiva casava-se com criaturas de “gênio forte” e bastante extrovertida. Casavam-se e ainda se casam.

Em 1977 publiquei o livro “*Você é Feliz?*”, no qual descrevi em detalhe a forma de ser das pessoas mais egoístas. Naquela época se iniciavam as especulações a respeito da “Era do Narcisismo”, em que parecia legal a pessoa se livrar de qualquer tipo de limite interno e tratar de viver de acordo com seus desejos. Nunca foi esse o meu ponto de vista, já que via o egoísmo como falha moral. Pensava na generosidade como virtude e no egoísmo como vício. Assim pensavam todas as pessoas “de bem”.

Em 1981 publiquei *Em busca da felicidade*, livro no qual já apontava, de forma bastante enfática, minhas primeiras dúvidas acerca da “pureza” da conduta generosa. Registrava a presença de forte ingrediente relacionado com a vaidade e também alguns aspectos ligados ao jogo de poder que envolvia generosos e egoístas, sempre muito intensamente atraídos uns pelos outros.

Trabalhei com milhares de pacientes e pensei muito a respeito desse tema que, ao longo dessas décadas, sempre se confirmou como importante ingrediente relacionado com as escolhas amorosas e também como elemento básico das dificuldades que surgiam ao longo do convívio íntimo. Estudei de que forma a sexualidade se manifesta nesses dois tipos de seres humanos, de modo que a questão moral sempre esteve presente em meus livros.

Fui, muitas vezes, tratado como maniqueísta, como pessoa que só via o preto e o branco, incapaz de compreender que somos criaturas complexas. Creio que a razão para as críticas resida, mas que tudo, nas limitações que tive ao me comunicar. Nem sempre conseguimos expressar por escrito aquilo que está em nossa mente. Acredito que venho fazendo importantes avanços nesse terreno, tanto ao escrever como ao falar para plateias, as mais variadas. Acredito também que a disposição das pessoas para prestar atenção em minhas hipóteses e ponderações a respeito da questão moral também se modificou. Estou me...

Quadro 2 - Prefácio do livro “O mal, o bem e mais além” (Continuação).

... expressando melhor, mas as pessoas também estão lendo de forma mais desarmada! Quando comecei a escrever sobre esses assuntos vivíamos sob a ditadura militar. Havia os que a ela se opunham – os do bem e os que eram aliados dela – os do mal. Era impossível tentar convencer alguém de que os “do bem” não eram tão bons. Havia o muro de Berlim: os do lado de cá do muro achavam que o mal morava do lado de lá. Os do lado de lá achavam exatamente o contrário. Além da tradição cultural na qual todos crescemos, que sempre valorizou como digno o modo de ser generoso, vivíamos num mundo dividido, em que nos parecia indispensável tomar um partido definido.

Hoje tudo isso está diferente, e apenas algumas pessoas ainda acreditam que exista “um eixo do bem e outro do mal”. Talvez seja a hora de iniciar, de forma despojada - livre dos preconceitos que constituem nossas crenças e também mais atento aos fatos do que as ideologias, uma nova incursão no universo dos valores que vão nos guiar daqui para a frente. Temos vividos num vácuo, sem referências e sem termos onde nos ancorar nas horas de maior aflição. Talvez em virtude disso, vivemos em crescente estado depressivo.

Não tenho a pretensão e nem a competência para esgotar um assunto assim complexo e que talvez tenha mesmo de ser revisto de tempos em tempos. O livro que

Fonte: Do autor (2021).

Como primeiro passo para a análise não podemos deixar de revelar o grande salto histórico que fizemos na definição do *corpus* da nossa análise. Pinçamos os pontos “A e X” dentro do percurso histórico do discurso da psicanálise, obviamente, não é possível pinçar o Z, porque o discurso é um processo dinâmico e enquanto estamos fazendo esta pesquisa, a continuidade do discurso da psicanálise é um processo que está sendo realizado.

Esse espaçamento histórico permite categorizar esta pesquisa a partir do *corpus* em que o discurso terá um tratamento, em que a *formação discursiva* integrará à existência histórica do enunciado no interior do discurso, ou seja, a prática discursiva são formações no qual o sujeito se ancora através de retomadas, apagamentos e deslizamentos para construir sentidos para o seu discurso.

Na análise dos prefácios, não estamos analisando apenas um conjunto de palavras, mas o discurso, dado que, para se validar o discurso se criará um efeito no meio social criando sentidos. Por isso, quando dizemos que a análise se dá no espaço discursivo da psicanálise, como vimos no capítulo I, não nos referimos a linguagem, mas as marcas históricas que demarcam sujeitos, saberes, lógicas, ou seja, o discurso

é um “sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem” (MAINGUENEAU, 2013, p. 58).

Passaremos agora ao recorte:

Quadro 3 – Recorte 3

Recorte 3

Método de examinar e tratar os fenômenos histéricos. Isso naturalmente se aplica de forma especial a todos os casos em que as relações sexuais e maritais desempenham um importante papel etiológico. Nosso ponto de vista é que a sexualidade parece desempenhar um papel fundamental na patogênese da histeria, como fonte de traumas psíquicos e como motivação para a “defesa” — isto é, para que as ideias sejam recalçadas da consciência. Propõe-se a técnica do “método catártico”, tal como se desenvolveu nas mãos do neurologista.

J. BREUER, S. FREUD

Abril de 1895

Fonte: Do autor (2021).

A partir do recorte, podemos analisar que o funcionamento do texto é marcado a partir de formações discursivas e ideológicas que remetem a cenografia do campo discursivo do discurso científico, uma vez que os usos dos enunciados são marcadamente atribuídos a um campo de formações discursivas que demandam um saber prévio, de forma que não fique tão evidente a interdiscursividade na situação de comunicação.

O sentido que é posto entre o jogo dos enunciados no recorte do texto: “*Fenômenos histéricos*”, “*Patogênese da histeria*”, “*Fonte de traumas psíquicos*”, “*Defesa*”, “*Ideias recalçadas da consciência*”, “*Método catártico*”, coloca no texto um sentido entre *método* e *conceito*, em que as marcas subjetivas do autor são mais veladas, contribuindo para uma rede de enunciados que não são de interpretação comum. Sendo assim, o discurso tem em si, mecanismos de interpretações que são específicos da linguagem, embutindo as formações discursivas que advém de um campo não convencional, ou seja, um conhecimento específico de uma área.

Retomando as *condições históricas e sociais do discurso*, o prefácio escrito por

E1, visava apresentar um campo científico e conceitual que na determinada época (1890-1895) não era amplamente conhecido e validado, tinha por perspectiva manter um lugar de enunciação polido, para que o enfoque fosse a validação do discurso da psicanálise cientificamente, e também, para que uma comunidade compreendesse seus métodos e conceitos.

Vale destacar que existe um enlaçamento, que vai demarcar o discurso do E1 de forma diferenciada aos outros discursos da psicanálise, uma vez que, como aponta Mezan (2014, p. 10) “Freud reinava soberano”, ou como aponta Roudinesco (1998, p. 93) “o estudo da histeria se tornaria o caso principal das origens do freudismo”. Posto isto, os autores Freud e Breuer (E1) visavam criar validade para o discurso da psicanálise, visto que suas obras serviam como ponto inicial da psicanálise.

Maingueneau (1989) apresenta que o discurso como ponto de origem se dividirá através da criação de um método de linguagem, que institucionalizará papéis e seus enlaçamentos. No prefácio do livro os sujeitos enunciadore E1, apresentam a investigação científica e os conceitos que servem de doutrina para o campo psicanalítico, sendo “textos de primeiro grau, que revelam unicamente sua doutrina” (MAINGUENEAU, 1989, p. 69).

No livro “*O tronco e os ramos estudos de história da psicanálise*” (2014), Renato Mezan realiza um esboço cronológico, em que subdivide em quatro períodos. Junto ao movimento histórico da psicanálise, irei analisar os possíveis enlaçamentos dos sentidos discursivos entre os pontos apresentados por Mezan (2014), no qual relacionamos com Maingueneau (1989):

- O primeiro período entre 1895- 1918: a psicanálise é essencialmente, sinônimo do pensamento de Freud - “textos de primeiro grau, que revela unicamente sua doutrina” (MAINGUENEAU, 1989, p. 69);
- Segundo período 1918-1939: inicia-se por uma constelação de outros pensamentos e tendências – “textos de segundo grau, que descrevem um ideal enunciativo realizado em sua própria enunciação ou uma comunidade cujo funcionamento é o das comunidades discursivas que lhe estão associadas” (MAINGUENEAU, 1989, p. 69);
- Terceiro período 1940-1975: a era das escolas, onde os sujeitos se subdividem a partir de conceitos mais relevantes de Freud e de autores pós-freudianos- “textos

de terceiro grau, em que a transmissão de sua doutrina coincide com a descrição de seu ideal enunciativo ou de sua comunidade discursiva” (MAINGUENEAU, 1989, p. 69).

- Quarto período marcado entre 1975 até os dias atuais: movimentos de demandas e dispersões históricas e geográficas da psicanálise- “textos de quarto grau, que fundem estes diversos elementos em um único: a descrição do mundo é, a um só tempo, definição de um ideal enunciativo e percurso de uma instituição” (MAINGUENEAU, 1989, p. 70).

Essas condições históricas e sociais do discurso da psicanálise nos permite dizer que qualquer outro sujeito enunciador que iremos analisar não será simétrico ao discurso dos E1, não é possível generalizar que todos os sujeitos que interagem com o discurso da psicanálise, fará uso a partir de formações discursivas que visam a cientificidade e os métodos do discurso da psicanálise.

São as CP do discursivo, que permite ao discurso da psicanálise ser retomado através dos seus movimentos históricos, geográficos e conceituais, marcando os sujeitos e seus discursos de diferentes modos.

As CP do discurso de forma ampla apresenta um movimento institucional, de como o discurso é tomado no interior da psicanálise, as mudanças de sentidos e as inscrições que os sujeitos fazem através de outras formações ideológicas e que “são elaborados localmente, no seio de grupos restritos que não se ocultam por trás de sua produção, que a moldam por meio de seus próprios comportamentos” (MAINGUENEAU, 2006, p. 69).

Passaremos ao recorte 4:

Quadro 4 – Recorte 4

Recorte 4

“Quietas e pouco agressivas casavam-se com criaturas de “gênio forte” e bastante extrovertidas”.

“Descrevi em detalhe a forma de ser das pessoas mais egoístas”.

“Via o egoísmo como falha moral”.

“Pensava na generosidade como virtude e no egoísmo como vício”.

“Registrava a presença de forte ingrediente relacionado com a vaidade e também alguns aspectos ligados ao jogo de poder que envolvia generosos e egoístas, sempre muito intensamente atraídos uns pelos outros”.

Flávio Gikovate

Fonte: Do autor (2021).

Nesse recorte do prefácio do E2, existe um deslocamento se analisarmos e compararmos ao prefácio do E1, esses últimos sujeitos enunciadore deixavam mais marcado o método e o conceito, o E2 a pessoalidade no discurso é mais marcada, deixando nítidas as marcas de um “indivíduo que é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2003, p. 46).

A repetição da palavra moral, assim como os enunciados que são usados como, por exemplo: “*gênio forte*”, “*egoísmo*”, “*vício*”, “*vaidade*”, “*jogo de poder*”, ficam mais fáceis de serem analisados quando os aproximam de outro trecho do prefácio:

Passaremos ao recorte 5:

Quadro 5 – Recorte 5

Recorte 5

Quando comecei a escrever sobre esses assuntos vivíamos sob a ditadura militar. Havia os que a ela se opunham – os do bem- e os que eram aliados dela – os do mal. Era impossível tentar convencer alguém de que os “do bem” não eram tão bons. Havia o muro de Berlim: os do lado de cá do muro achavam que o mal morava do lado de lá. Os do lado de lá achavam exatamente o contrário. Além da tradição cultural na qual todos crescemos, que sempre valorizou como digno o modo de ser generoso, vivíamos num mundo dividido, em que nos parecia indispensável tomar um partido definido.

Flávio Gikovate

Fonte: Do autor (2021).

O sentido do texto que está no prefácio do E2, remete a uma historicização que perpassa a uma memória da ditadura militar no Brasil. Não é à toa que o discurso encena uma dualidade, ou seja, ligado ao oposto, ditadura *versus* liberdade, “*os do bem (...) os do mal*”, em outros momentos no texto aparece como “*generosidade como virtude e egoísmo como vício*”.

Essa forma de narrar o momento histórico da ditadura, de certa forma tem ranhuras na subjetividade dos sujeitos que passaram por um momento de liberdade cerceada, mas o que presentifica no discurso do autor, é o lugar metafórico, muito próximo ao lugar de juiz, em que ao narrar os fatos, parecia que ele sabia sobre onde localizar a verdade entre o bem e o mal.

No percurso do prefácio, o E2 quer analisar a dinamicidade de um relacionamento entre os “*aspectos ligados ao jogo de poder*”, que parece um desdobramento do período histórico do bem e do mal, entre liberdade e ditadura através de um “deslocamento das formas de individua(liza)ção do sujeito em relação ao Estado” (ORLANDI, 2001, p. 106).

Passamos ao recorte 6:

Quadro 6 – Recorte 6

Recorte 6

Temos vivido num vácuo, sem referências e sem termos onde nos ancorar nas horas de maior aflição. Talvez em virtude disso, vivemos em crescente estado depressivo.

Flávio Gikovate

Fonte: Do autor (2021).

Quando o autor utiliza o enunciado “temos vivido num vácuo, sem referências”, ele está se utilizando das formações ideológicas da concepção do sujeito moderno que não se reconhece como sólido e fixo e parte desse ponto como pausa para o efeito do estado depressivo.

A aflição da modernidade está em se reconhecer como líquida e não querer se identificar como sólida. Bauman (2005, p. 35) aponta que:

estar fixo, ser identificado de modo inflexível e sem alternativas, é algo cada vez mais mal visto. (...) Em nosso mundo fluido, comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado. As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter (BAUMAN, 2005, p. 35).

No recorte 6, o uso dos enunciados “temos vivido num vácuo, sem referências e sem termos onde nos ancorar nas horas de maior aflição. Talvez em virtude disso, vivemos em crescente estado depressivo”, o E2 se coloca como se tivesse feito um diagnóstico, onde o crescente estado depressivo, se assegura no “vácuo, sem referências e sem termos onde nos ancorar nas horas de maior aflição”, discurso que se aproxima, ao discurso de auto-ajuda, em que a depressão é posta de forma generalista, e com soluções comuns.

Sendo assim, o E1 e o E2 por mais que se utilizem do discurso da psicanálise como ancoragem para seus discursos, as marcas históricas e sociais, revelam uma assimetria. No E1 o discurso da psicanálise é voltado às questões de validação de um método científico, já no E2, ocorre um deslizamento para um discurso em que os conflitos e possíveis problemas dos coenunciadores são incorporados de forma

generalista, com propósito de vendabilidade de um livro.

4.4 Análise Sujeito

Analisaremos agora a função dos sujeitos que se desdobram nas identidades de autores e psicanalistas. Esse modo de aparecer no discurso é o assujeitamento do sujeito no discurso por meio de uma identidade estabilizada em um dado momento histórico, ou seja, as formações ideológicas e discursivas podem ser analisadas a partir da materialidade discursiva, uma vez que as unidades discursivas com as quais eles entram em relação fornecem as estratégias para que os sujeitos se submetam ao discurso e dialoguem com seus coenunciadores.

A análise partirá da teoria das *faces* de Goffman, e é importante demarcar que tomaremos a concepção de identidade a partir de agora, como forma de estabilizar um dado momento e uma função social assumida por um sujeito fundamentado no seu discurso. Não vemos as categorias de sujeito e identidade como opostas. Para análise do *corpus* visamos um momento social, ou seja, o estudo da função discursiva assumida pelos E1 e E2, como autores em seus prefácios.

Passaremos ao recorte 7. Vejamos:

Quadro 7 – Recorte 7

Quadro 7 – Recorte 7

Recorte 7

Nossa experiência provém da clínica particular numa classe social culta e letrada, e o assunto com que lidamos muitas vezes aborda a vida e a história mais íntimas de nossos pacientes. Constituiria grave quebra de confiança publicar material dessa espécie, com o risco de os pacientes serem identificados e seus conhecidos ficarem a par de fatos confiados apenas ao médico. Foi-nos, portanto, impossível fazer uso de algumas das nossas observações mais instrutivas e convincentes. Isso naturalmente se aplica de forma especial a todos os casos em que as relações sexuais e maritais desempenham um importante papel etiológico. Assim, ocorre que só conseguimos apresentar provas muito incompletas em favor de nosso ponto de vista de que a sexualidade parece desempenhar um papel fundamental na patogênese da histeria, como fonte de traumas psíquicos e como motivação para a “defesa” — isto é, para que as ideias sejam recalçadas da consciência. Foram precisamente as observações de natureza marcadamente sexual que nos vimos obrigados a não publicar.

J. BREUER, S. FREUD

Fonte: Do autor (2021).

Os E1 ao utilizar os enunciados “*nossa experiência provém da clínica particular*”, articulam uma expressão inclusiva, por mais que sejam dois autores, os coenunciados podem apreender como efeito de sentido, o sentimento de integração e pertencimento. O uso dessas redes enunciativas, além de facilitar a aderência do discurso no meio social, pode aproximar os coenunciadores da identidade encenada pelos autores.

O uso dos enunciados “*nossa experiência*” retoma na memória discursiva e afetiva que aproxima enunciador do coenunciador por meio das marcas da expressão que são os modos pelos quais uma representação é socializada, diferente de usar “*a minha experiência*” que colocaria o E1 em um lugar distante dos coenunciadores.

No recorte, os E1 colocam: “*o assunto com que lidamos muitas vezes aborda a vida e a história mais íntimas de nossos pacientes*”, aquilo que é apresentado no texto através das marcas enunciativas: *vida e a história*, os E1 apresentam o quão complexo

são as categorias postas em análise, levando o valor da obra a um *status* de rigor, uma vez que a questão a ser tratada transpassa o problema pontual, mas é tomado na dimensão universal, ou seja, a vida e a história dos sujeitos.

Em seguida, E1 inicia a frase do seguinte modo: “*Constituiria grave quebra de confiança publicar material dessa espécie, com o risco de os pacientes serem identificados e seus conhecidos ficarem a par de fatos confiados apenas ao médico*”. O uso da palavra *grave* pode ser interpretado como uma estratégia de polidez e de evitação das críticas sociais, dado que o coenunciador que fizer uma crítica, não fará apenas a obra do E1, mas a “*quebra de confiança*” que pode revelar observações de relações sexuais e maritais, além de riscos dos pacientes serem identificados em um dado momento histórico em que a sexualidade, principalmente no que tange os relacionamentos, eram mais fortemente marcada pelos tabus sociais.

Nesse recorte, “*assim, ocorre que só conseguimos apresentar provas muito incompletas em favor de nosso ponto de vista de que a sexualidade parece desempenhar um papel fundamental na patogênese da histeria*”. Os E1 utilizam da justificativa para se antecipar as críticas, mas como estratégia o “*só*” como operador argumentativo de minimização e o uso do enunciado: “*incompleta*” é uma estratégia de polidez e serve para se justificar e ao mesmo tempo não tirar a face positiva de sua obra, finalizando assim, com os enunciados “*patogênese da histeria*” que são marcas epistemológicas, de um campo científico, precisamente do espaço discursivo do discurso da psicanálise.

Outros trechos revelam que a ancoragem do discurso no prefácio dos E1 tem proximidade do discurso científico ao tomar enunciados valorados através de conhecimentos de um dado campo técnico e metodológico. Vejamos a seguir:

Quadro 8 – Recorte 8

Recorte 8

Em 1893 publicamos a “Comunicação Preliminar” sobre um novo método de examinar e tratar os fenômenos histéricos. Assim, ocorre que só conseguimos apresentar provas muito incompletas em favor de nosso ponto de vista, de que a sexualidade parece desempenhar um papel fundamental na patogênese da histeria, como fonte de traumas psíquicos e como motivação para a “defesa” — isto é, para que as ideias sejam recalçadas da consciência. Foram precisamente as observações de natureza marcadamente sexual que nos vimos obrigados a não publicar.

Os casos clínicos são seguidos de diversas considerações teóricas e, num capítulo final sobre terapia, propõe-se a técnica do “método catártico” tal como se desenvolveu nas mãos do neurologista.

Se em algumas ocasiões se expressam opiniões divergentes e até mesmo contraditórias, isso não deve ser considerado como prova de qualquer vacilação em nossos pontos de vista. Decorre das divergências naturais e justificáveis entre as opiniões dos dois observadores que estão de acordo quanto aos fatos e a leitura básica dos mesmos, mas que nem sempre concordam invariavelmente em suas interpretações e conjeturas.

J. BREUER, S. FREUD

Abril de 1895

Fonte: Do autor (2021).

Nesses trechos: “*novo método de examinar e tratar os fenômenos histéricos*”, “*patogênese da histeria*”, “*traumas psíquicos*”, “*as ideias sejam recalçadas da consciência*”, “*a técnica do método catártico*”, revelam aspectos interdiscursivos entre formações discursivas, que representam um conjunto de enunciados que marcam a psicanálise até a contemporaneidade, como saberes epistemológicos e científicos. Para que o coenunciador interprete de maneira mais precisa, terá que acessar as formações discursivas pré-estabelecidas pela ciência da época.

O fechamento do prefácio por meio da frase, “*se em algumas ocasiões se expressam opiniões divergentes e até mesmo contraditórias, isso não deve ser*

considerado como prova de qualquer vacilação em nossos pontos de vista. Decorre das divergências naturais e justificáveis entre as opiniões dos dois observadores que estão de acordo quanto aos fatos e a leitura básica dos mesmos, mas que nem sempre concordam invariavelmente em suas interpretações e conjecturas". Os usos de justificativas servem como *manobras protetoras* de polidez e respeito, que antecipam as críticas dos coenunciadores ao se justificarem em decorrências de possíveis equívocos, incompreensões metodológicas ou técnicas sobre os métodos criados pelos E1 na publicação.

Como antecipação, os E1 se dirigem aos interlocutores, comunicando que a obra, o livro em que o prefácio está sendo analisado, "*provém da clínica particular numa classe social culta e letrada*", logo após, usam a justificativa de resguardar as identidades por acreditarem que os pacientes possam ser identificados uma vez que eles podem ser "*conhecidos*" dos leitores. Há um encadeamento no sentido de que as observações feitas pelos autores têm um prestígio social, posto que os clientes são cultos e letrados e que os autores prestigiam os leitores, visto que eles também são cultos e letrados. Dessa forma, o locutor passa uma imagem positiva de sua face e projeta uma face positiva ao destinatário usando os significados *cultos e letrados*.

Passamos para a análise do E2. Vejamos o recorte a seguir:

Quadro 9 – Recorte 9

Recorte 9

“Minhas reflexões acerca dos temas”,

“Detectei ao me voltar para a análise da forma como os casais se unem”,

“Em 1977 publiquei o livro *“Você é Feliz?”*, no qual descrevi em detalhe a forma de ser das pessoas mais egoístas”,

“Em 1981 publiquei *Em busca da felicidade*, livro no qual já apontava, de forma bastante enfática, minhas primeiras dúvidas acerca da “pureza” da conduta generosa”

“Trabalhei com milhares de pacientes e pensei muito a respeito desse tema”

“Acredito que venho fazendo importantes avanços nesse terreno, tanto ao escrever como ao falar para plateias, as mais variadas”

“Não tenho a pretensão e nem a competência para esgotar um assunto assim complexo e que talvez tenha mesmo de ser revisto de tempos em tempos. O livro que vocês vão ler é a síntese de tudo que fui capaz de compreender a respeito da questão moral observada pela ótica que minha profissão me permitiu”

Flávio Gikovate

Fonte: Do autor (2020).

Na constituição do discurso de E2: *“minhas reflexões; detectei; descrevi em detalhe a forma de ser das pessoas mais egoístas; trabalhei com milhares de pacientes e pensei muito a respeito desse tema, acredito que venho fazendo importantes avanços nesse terreno, tanto ao escrever como ao falar para plateias, as mais variadas”*. O sujeito enunciador toma para si a responsabilidade de ter conseguido identificar pontos que resolvam problemas que os leitores tenham. Ao comprar o livro os leitores estão comprando resoluções de problemas. Para tal, o E2 assume a “presença de fatos favoráveis sobre si e menosprezo dos outros” (GOFFMAN, 2011, p. 30).

Segundo Goffman (2011), o menosprezo é ponderado dentro do discurso para não criar uma relação com o coenunciador de repulsa, mas paradoxalmente é o que o constitui no lugar de autor, para que o E2 possa ocupá-lo e solucionar os problemas do coenunciador, sendo os problemas as *faces negativas* do coenunciador. Exploraremos

melhor a seguir:

Quadro 10 – Recorte 10

Recorte 10

“Nunca foi esse o meu ponto de vista, já que via o egoísmo como falha moral. Pensava na generosidade como virtude e no egoísmo como vício. Assim pensavam todas as pessoas “de bem”.

“Estou me expressando melhor, mas as pessoas também estão lendo de forma mais desarmada!”.

“Hoje tudo isso está diferente, e apenas algumas pessoas ainda acreditam que exista um eixo do bem e outro do mal”.

“Temos vividos num vácuo, sem referências e sem termos onde nos ancorar nas horas de maior aflição. Talvez em virtude disso, vivemos em crescente estado depressivo”.

Flávio Gikovate

Fonte: Do autor (2021).

Nesse recorte, bem como o nome do livro, o autor de forma suavizada revela traços da face negativa do coenunciador, no que tange o conceito de menosprezo em Goffman. No processo enunciativo apresentado no prefácio do E2: *“Nunca foi esse o meu ponto de vista, já que via o egoísmo como falha moral”*. *Pensava na generosidade como virtude e no egoísmo como vício. Assim pensavam todas as pessoas “de bem”*, o autor não coloca de forma explícita, mas o encadeamento de sentido apresenta que o coenunciador que se sente egoísta, tem um vício e não pensa como o autor e *“as pessoas de bem”*.

De forma implícita, o livro passa a ser não só um objeto de leitura, mas ele assume a responsabilidade de resolver o problema dos coenunciadores que não conseguem ver o mundo além do bem e do mal, e que vivem *“num vácuo, sem referências e sem termos onde nos ancorar nas horas de maior aflição”*. O livro torna-se componente da experiência social visando o feito para a resolução dos conflitos dos indivíduos com suas faces negativas.

Em um comparativo entre as marcas enunciativas assumidas pelo E2, essas não

são as mesmas assumidas pelo E1 dentro do discurso da psicanálise. O discurso assumido pelo Gikovate esbarra no discurso polêmico, próximo ao discurso publicitário, uma vez que os coenunciadores são colocados como “leitor-consumidor, o que representa também uma ameaça a sua face negativa, bem como a do locutor, em seu papel de solicitante” (MAINGUENEAU, 2013, p. 44).

A *linha* assumida no discurso do prefácio da obra do E2 não pode ser visto como uma “*chatice*” para o seu coenunciador, então o limiar para preservação da face positiva de si e da face positiva do coenunciador, é através da apresentação de fatos favoráveis sobre si e um singelo menosprezo do outro, que não pode ser assumido evidentemente, para não haver conflito entre as faces.

A contradição entre o menosprezo à face do outro, não se institui apenas na figura do coenunciador, mas ao próprio discurso da psicanálise. O E2 precisa deslocar um pouco dos demais autores para que ele assuma a responsabilidade de atender a demanda dos leitores alvos.

Tomando como ponto de contraste o prefácio do E1, há um deslizamento pelas formações ideológicas, que fazem com que E2 em seu prefácio se posicione de modo em que o livro seja um objeto a ser consumido e que resolva problemas pontuais como vícios, felicidade, relacionamento, entre outras tematizações. Distanciando de questões epistemológicas para a resolução de um conflito de modo imediatista, “consumir, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que numa sociedade de consumidores, traduz-se em vendabilidade” (BAUMAN, 2008, p.75).

O deslocamento das formações ideológicas de um discurso epistemológico, científico, para a proximidade do discurso do consumismo, que implicam no modo enunciativo assumido pelo sujeito, um domínio do saber de uma formação discursiva, ou seja, dentro do próprio discurso da psicanálise, através da interdiscursividade o discurso se movimentará a partir dos autores com finalidade de “aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina –o que pode e deve ser dito), assim como um princípio de exclusão (determina o que não pode/não deve ser dito)” (COURTINE, 2014, p. 99).

A tríade sujeito, história e discurso é o que permite pelas CP do discurso, a análise da subjetividade que está presente no enunciado e as marcas no enunciado que permite a análise das posições ideológicas do sujeito no discurso, dando ao sujeito um lugar na produção do discurso.

Para Maingueneau (1998, p. 133) a análise dos enunciados presentes em um texto “trata-se de tomadas de posição do enunciador”. Posto isso, esse jogo enunciativo é o que revela que em E1 a interdiscursividade é dada de um modo, e em E2 de outro, mesmo que estes autores façam uso do discurso da psicanálise.

O deslizamento significa que E2 em seu prefácio, sem assumir uma ofensa de forma voluntária ao discurso da psicanálise, gera um deslocamento. Para assumir as funções de psicanalista e autor que deseja amplamente vender seus livros, é na contradição do comercial e do psicanalista, que aparece o discurso do consumismo.

A polêmica nos títulos das obras do E2, como em: “*As Drogas: opção de perdedor*” (1981); “*Vício dos Vícios*” (1987); “*Homem: o sexo frágil?*” (1989); “*Cigarro: um adeus possível*” (1990”); também aparecem no prefácio: “*Você é Feliz?*”. O que está envolvido no modo enunciativo não é apenas uma explanação de determinado tema, mas passa uma imagem que o autor trilhará um percurso para resolver um conflito, seja das drogas, do gênero ou da felicidade, o que pode despertar o interesse nos coenunciadores em ler ou comprar.

A *linha* construída nesses recortes apresenta a constituição que E2 faz uso de aspectos favoráveis sobre si para encenar uma imagem que assume traços de uma identidade de alguém que se comunica bem, que tem um percurso validado, que assegura a importância do seu livro.

Retomando o recorte 9, apresentarei alguns fragmentos, como: –*Minhas reflexões acerca dos temas, – Em 1977 publiquei o livro “Você é Feliz?”, no qual descrevi em detalhe a forma de ser das pessoas mais egoísta, –Em 1981 publiquei “Em busca da felicidade”, livro no qual já apontava, de forma bastante enfática, minhas primeiras dúvidas acerca da “pureza” da conduta generosa*” “*Trabalhei com milhares de pacientes*”, “*Acredito que venho fazendo importantes avanços nesse terreno, tanto ao escrever como ao falar para plateias, as mais variadas*”. O uso dos enunciados, como “*minhas reflexões, descrevi em detalhe, no qual já apontava, de forma bastante enfática, trabalhei com milhares*”, apresenta fatos favoráveis sobre si de modo a conduzir o coenunciador a crer nessa imagem autocentrada, construída pelo E2 em seu discurso.

Sendo assim, o sujeito aparece na ancoragem discursiva que ele faz para reproduzir uma imagem no meio social, seja E1 para a validação de um campo teórico ou E2 para a venda de livros.

Dentro do campo discursivo da psicanálise, o uso feito pelos autores e psicanalistas são atravessados por formações ideológicas que filiam o discurso da psicanálise mais próximo do discurso científico ou do discurso do consumismo, dado que essas variâncias são feitas a partir de uma imagem que imaginariamente visa passar uma face positiva para os coenunciadores.

O espaço discursivo da psicanálise é o que permite os deslizamentos das formações discursivas e ideológicas, de forma interdiscursiva com proximidades do discurso científico ou do discurso do consumismo.

5 CONCLUSÕES

No decorrer do nosso trabalho buscamos inicialmente delinear os conceitos fundamentais da AD, principalmente os conceitos basilares que fundamentam o nosso percurso de pesquisa.

No primeiro capítulo teórico fundamentamos o conceito de discurso e interdiscursividade, visando à análise por meio da interdisciplinaridade como ferramenta para estabilizar o *corpus* por meio de um rigor científico, para que logo em seguida, estruturássemos o lugar do discurso da psicanálise, e também, o lugar do discurso do consumismo.

Assim, o espaço discursivo que construímos esta análise se dá a partir do discurso da psicanálise e o possível efeito de sentido com o discurso do consumismo, o que não estava dado a priori. Consideraremos o discurso da psicanálise como espaço discursivo, posicionada no campo discursivo científico, que é paratópico.

Já o discurso do consumismo, não compõe o mesmo lugar do discurso da psicanálise, uma vez que estamos tratando de um discurso que não é composto por uma cenografia própria, inclusive ele pode ser incorporado por diferentes outros discursos. Fator esse que permite o deslizar sem que pareça de forma transparente a presença do discurso do consumismo em outros discursos.

O discurso do consumismo é marcado por interdições, uma vez que os sujeitos não se assumem consumistas, tão pouco, o uso do discurso do consumismo aparece de forma explícita em outros discursos.

Em seguida, no segundo capítulo teórico marcamos a concepção de sujeito a partir de uma dialética dos desdobramentos dos estudos psicanalíticos de Lacan, absorvido pela AD, onde o sujeito é estruturado pelo inconsciente, e assim sendo, faz uso do discurso como componente importante para estruturar sua própria marca subjetiva, ou seja, suas fantasias sobre si, que resulta nas marcas imaginárias, sendo este, estruturado pela ideologia e historicização.

Conforme o sujeito é encapsulado em um processo dinâmico pelas formações ideológicas, e também pelas marcas históricas de um dado momento social, ele assume identidades que fundamentam os modos de relações, ou seja, aquilo que sustentará os elos com esse outro, nas fronteiras de interpretações e de sentidos, muitas vezes sustentados pelos quadros que já foram pré-estabelecidos e ordenados pela história e

pelas ideologias.

Assim o sujeito ao nascer não cria um discurso próprio e uma língua própria, mas através das trocas imaginárias e simbólicas o sujeito vai se constituir no discurso, por intermédio de uma troca entre o eu e o outro.

Nesse entremeio, o discurso não pode ser posto apenas na parte da interação do sujeito com o mundo, nem pode ser visto apenas como uma análise de contexto e muito menos o fechamento na interpretação semântica. Mas o discurso circula, amarra e estrutura as funções das CP do discurso que se manifestam na cena assumida por esse sujeito, a partir de um discurso que se materializa, sendo que “o sujeito da Análise do Discurso é linguístico-histórico” (ORLANDI, 2002, p. 91).

Nesse sentido, incorporamos ao trabalho as CP do discurso, para o tratamento e análise do espaço discursivo do discurso da psicanálise, mediante as formações ideológicas e traços históricos que vão consolidar o discurso dos autores em análise em diferentes momentos históricos.

Na análise sobre CP do discurso, foi possível perceber duas contingências. No discurso do E1 a relação de autor e coenunciador se dão entre eles e uma comunidade científica, pois emergem um sujeito que desejava publicar suas obras para que fossem reconhecidos seus métodos e técnicas. No discurso do E2 há uma diferença em sua relação aos coenunciadores, uma vez que emerge um sujeito que pretende vender suas obras para os consumidores. Portanto, à própria relação textual/discursiva é criada como se fosse um diálogo, onde o autor gera apontamentos para a resolução de alguns conflitos.

Por meio dessas categorias de análise das CP do discurso e de sujeito, podemos compreender que no interior do discurso da psicanálise, a historicização é um fator que interfere diretamente nos deslizamentos dos sentidos assumidos pelo sujeito. A relação que os E1 estabelece com seus coenunciadores, tem um viés mais científico e metodológico, sendo diferente da relação estabelecida pelo E2, mais autocentrada e comercializável.

As condições sócio-históricas mudam em diferentes momentos históricos. Na contemporaneidade as CP do discurso é fortemente marcada pelo consumismo, no que transforma o discurso da psicanálise em algo consumível, através de um discurso mais imediatista sobre os conflitos e as condições humanas. Durante a análise do *corpus*, o recorte do sujeito E2 ao mesmo tempo que traz em sua genealogia traços do discurso do

sujeito E1, eles se transformam porque outros discursos estão interpelando o discurso do E2.

Nos prefácios das obras do E2, a estratégia discursiva não se dá apenas pelo lugar da ciência, há um delizamento quando comparamos ao prefácio do E1. O que se presentifica no prefácio do E2 são formas de diálogos através do texto, que questiona o coenunciador sobre a felicidade, conflitos, o que é ser perdedor, o bem e o mal, no que apresenta um singelo menosprezo dos coenunciadores, estabelecendo um quadro cênico para que os coenunciadores comprem os livros na expectativa de não serem fracassados, saber as nuances entre o bem e o mal, o que é ser feliz.

Sendo assim, o discurso do consumismo não aparece de forma direta “compre o livro”, mas de uma forma não transparente. O sujeito enunciador toma para si a responsabilidade de ter conseguido identificar pontos que resolvam problemas que os leitores tenham.

Diante disso, realizamos os objetivos específicos de análise, que corresponde a análise do lugar do discurso da psicanálise e o discurso do consumismo dentro do universo discursivo e a reconstrução do discurso da psicanálise em diferentes momentos históricos. E também avançamos no objetivo geral analisando os possíveis efeitos de sentidos entre o discurso da psicanálise e o discurso do consumismo através das categorias de CP do discurso e a constituição do sujeito no interior do discurso psicanalítico em diferentes momentos históricos.

A análise se dá em um *corpus* específico, o que nos permite analisar que uma parte da psicanálise vai se desviando da sua perspectiva inicial, de certa forma contradiz seus próprios pressupostos. O alcance dessa pesquisa tem um limite por conta do *corpus*, o que deixa um espaço aberto para que novas pesquisas percorram mais elementos dessa complexidade, no que se refere à análise do discurso da psicanálise.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia, e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1974 (título original: *Ideologie et appareils ideologiques d'Etat*; 1970).

BARBOSA, Lívia. **Sociedade do consumo**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BRANDÃO, H. H. Nagamine. **Introdução a análise do discurso** / Helena H. Nagamine Brandao.- 2 ed. rev. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CANO, Rogério de Oliveira Cano. A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico. **Tese** (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. A literatura e a violência: um encontro no discurso jornalístico. In: **Análise do Discurso: mídia, poder e heterogeneidade** / Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho, Maria Eliza Freitas do Nascimento, Maria do Socorro Mais F. Barbosa (orgs.). - João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014, p. 223-258.

CHARAUDEAU, Patrick. (2011). Dize-me qual é teu *corpus*, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim**, 10. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2011.v10n0a3932>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo. Editora Contexto, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. (1981) **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos** - São Carlos: Ed. UFSCAR, 2014, p. 45-68.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971, (título original: *L'archeologie du savoir*, 1969).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREUD, Sigmund; BREUER, Josef. (1895). **Estudos sobre a histeria**. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1990. Apresentação e Prefácio.

GIKOVATE, Flávio. **O mal, o bem e mais além**. 11. ed. São Paulo: *Summus*, 2006, apresentação e prefácio. ISBN 9788572550741.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**; tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 2012.

HARRIS, Z. S. Discourse analysis. *Language* v.28, 1952.

HAROCHE, C., HENRY, P., & PÊCHEUX, M.. (1971) A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução de Roberto L. Baronas e Fábio C. Montanheiro. *Linguagem*, São Carlos, n. 3, out./nov. 2008.

BENVENISTE, E. "O homem na língua", in *Problemas de linguística geral*. Trad. M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional, EDUSP, 1966, pp. 245-315

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____ . **ESCRITOS**. São Paulo, Perspectiva, 1978. p. 223-59.

_____. **As psicoses**. O seminário 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1981. p.135.

_____. (1986) **O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: JZE, 1988.

_____. **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise**. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3a. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. **Análise de Texto de Comunicação**, São Paulo, Editora Cortez, 2001.

_____. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Cenas de Enunciação**; Organização: Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. – São Paulo, Parábola Editorial, 2007.

_____. **Doze Conceitos em Análise do Discurso**. Campinas, Editora Parábola, 2012

_____. **Análise de textos de comunicação** / tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. - 6. ed. 2013

_____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989.

MEZAN, R. **O tronco e os ramos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ORLANDI, Eni. **A análise do discurso**: algumas observações. Delta, v.2, n.1, p.105-26, 1986.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **P. A questão do assujeitamento**: um caso de determinação histórica. **Consciência**. Campinas: LABJOR-UNICAMP, n. 89, jul. 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed. Tradução Eni Orlandi et alli. Campinas: EDUNICAMP, 1971.

_____. & FUCHS. A propósito da Análise Automática do Discurso. In : GADET & HAK (org). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Ed. Unicamp, 1975.

_____. Discurso: estrutura ou acontecimento? Campinas: Pontes, (a1990, b1997). Tradução de Eni Orlandi do original Discourse: Structure or Event?, texto originalmente apresentado por Pêcheux na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, realizada na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, de 8 a 12 de julho de 1983.

_____. Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da Unicamp. 1990.

ROUDINESCO, Elisabeth (1998). **Dicionário de psicanálise**. Tradução: Vera Ribeiro, Lucy Magalhães, supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. — Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ANEXO A

Josef Breuer e Sigmund Freud

NOTA DO EDITOR INGLÊS

(James Strachey)

(A) ÜBER DEN PSYCHISCHEN MECHANISMUS HYSTERISCHER PHÄNOMENE
(VORLÄUFIGE MITTEILUNG)

(a) EDIÇÕES ALEMÃES:

1893 *Neurol. Centralbl.*, 12 (1), 4-10 (Seções I-II), e 12 (2), 43-7 (Seções III-V). (1º e 15 de janeiro.)

1893 *Wien. med. Blätter*, 16 (3), 33-5 (Seções I-II), e 16 (4), 49-51 (Seções III-V). (19 e 26 de janeiro.)

1895, etc. Em *Studien über Hysterie*. (Ver adelante.)

1906 *S.K.S.N.*, I, 14-29. (1911, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.)

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

“The Psychic Mechanism of Hysterical Phenomena
(Preliminary Communication)”

1909 *S.P.H.*, 1-13. (Trad. A. A. Brill.) (1912, 2ª ed., 1920, 3ª ed.)

1936 Em *Studies in Hysteria*. (Ver adelante.)

“On the Psychological Mechanism of Hysterical Phenomena”

1924 *C.P.*, 1, 24-41. (Trad. J. Rickman.)

(B) STUDIEN ÜBER HYSTERIE

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

1895 Leipzig e Viena: Deuticke. Págs. v + 269.

1909 2ª ed. Mesmos editores. (Sem modificações, mas com novo prefácio.) Págs. vii + 269.

1916 3ª ed. Mesmos editores. (Sem modificações.) Págs. vii + 269

1922 4ª ed. Mesmos editores. (Sem modificações.) Págs. vii + 269.

1925 *G.S.*, 1, 3-238. (Com omissão das contribuições de Breuer; com notas de rodapé adicionais de Freud.)

1952 *G.W.*, 1, 77-312. (Reimpressão de 1925.)

(b) TRADUÇÕES INGLESAS:

Studies in Hysteria

1909 S.P.H., 1-120. (1912, 2ª ed.; 1920, 3ª ed.; 1922, 4ª ed.) (Trad. A. A. Brill.) (Somente em parte: com omissão dos casos clínicos da Srta. Anna O., Sra. Emmy von N. e Katharina, bem como do capítulo teórico de Breuer.)

1936 New York: Nervous and Mental Disease Publishing. Co. (Monograph Series nº 61.) Págs. ix + 241. (Trad. A. A. Brill.)

(Completo, salvo quanto à omissão das notas de rodapé adicionais de Freud, de 1925.)

A tradução inglesa, inteiramente nova e completa, de James e Alix Strachey, inclui as contribuições de Breuer, mas quanto ao resto baseia-se na edição alemã de 1925, contendo as notas de rodapé adicionais de Freud. A omissão das contribuições de Breuer das duas coletâneas alemãs (G.S. e G.W.) acarretou algumas modificações necessárias e notas de rodapé adicionais, onde Freud tinha feito referência, na edição original, às partes omitidas. Nessas edições completas, também a numeração dos casos clínicos foi alterada, em vista da ausência do caso clínico de Anna O. Todas essas alterações foram abandonadas na presente tradução. — Os extratos da “Comunicação Preliminar” e do volume principal tinham sido incluídos por Freud em sua primeira coletânea de extratos de seus próprios trabalhos (1897b, nºs XXIV e XXXI).

(1)

ALGUMAS NOTAS HISTÓRICAS SOBRE OS ESTUDOS

Conhecemos a história da redação deste livro com algum detalhe.

O tratamento da Srta. Anna O. por Breuer, no qual se baseou toda a obra, ocorreu entre 1880 e 1882. Naquela ocasião, Josef Breuer (1842-1925) já gozava de alta reputação em Viena, tanto como médico com grande clínica, como por realizações científicas, enquanto Sigmund Freud (1856-1939) apenas acabara de formar-se em medicina. Os dois, contudo, já eram amigos há vários anos. O tratamento terminou no início de junho de 1882, e em novembro Breuer relatou a notável história a Freud, que (embora, naquela época, tivesse seus principais interesses concentrados na anatomia do sistema nervoso) ficou muito impressionado com ela. Tanto assim que quando, cerca de três anos depois, estava estudando em Paris sob a orientação de Charcot, deu-lhe conhecimento do caso. “Mas o grande homem não mostrou nenhum interesse por meu primeiro esboço do assunto, de modo que jamais voltei ao tema e deixei que saísse de minha mente.” (*Um Estudo Autobiográfico* — 1925d, Capítulo II.)

Os estudos de Freud sob a orientação de Charcot tinham-se concentrado, em grande parte, na histeria, e quando Freud voltou a Viena em 1886 e ali se fixou para estabelecer uma

clínica de doenças nervosas, a histeria forneceu uma grande proporção de sua clientela. De início, ele se baseou nos métodos de tratamento então correntemente recomendados, como a hidroterapia, a eletroterapia, massagens e a cura pelo repouso, de Weir Mitchell. Mas quando esses métodos se revelaram insatisfatórios, seus pensamentos se voltaram para outra área. “Nessas últimas semanas”, escreve ele a seu amigo Fliess em 28 de dezembro de 1887, “atirei-me à hipnose e logrei toda espécie de sucessos pequeninos, mas dignos de nota” (Freud, 1950a, Carta 2). E nos deu uma descrição pormenorizada de um desses tratamentos bem-sucedidos (1892-3b). Mas o caso de Anna O. ainda estava em sua mente, e “desde o início”, conta-nos ele (1925d), “vali-me da hipnose de *outra* maneira, independentemente da sugestão hipnótica”. Essa “outra maneira” foi o método catártico, que constitui o tema do presente volume.

O caso da Sra. Emmy von N. foi o primeiro, como sabemos por Freud (ver em [1] e [2]), que ele tratou pelo método catártico. Numa nota de rodapé acrescentada ao livro em 1925, ele explica melhor essa observação e diz que esse foi o primeiro caso em que utilizou esse método “extensivamente” (ver em [1]); e é verdade que, nessa fase inicial, ele vinha constantemente empregando a hipnose na forma convencional — para dar sugestões terapêuticas diretas. Mais ou menos na mesma época, de fato, seu interesse pela sugestão hipnótica era acentuado o bastante para levá-lo a traduzir um dos livros de Bernheim em 1888 e outro em 1892, bem como a fazer uma visita de algumas semanas às clínicas de Liébeault e Bernheim em Nancy, no verão de 1889. A intensidade com que ele estava utilizando a sugestão terapêutica no caso da Sra. Emmy é indicada de maneira bem nítida no seu relato cotidiano das duas ou três primeiras semanas do tratamento, reproduzido por ele a partir das “anotações que fiz todas as noites” (ver em [1]). Não podemos, infelizmente, ter certeza de quando ele iniciou esse caso (ver Apêndice A, em [1]); foi em maio de 1888 ou 1889 — isto é, cerca de quatro ou cerca de dezesseis meses depois de ele haver pela primeira vez “adotado a hipnotismo”. O tratamento terminou um ano depois, no verão de 1889 ou 1890. Numa ou noutra alternativa, há um considerável hiato antes da data do caso clínico seguinte (em ordem cronológica, embora não em ordem de apresentação). Esse foi o caso da Srta. Elisabeth von R., que teve início no outono de 1892 (ver em [1]) e que Freud descreve como sua “primeira análise integral de uma histeria” (ver em [1]). Foi logo seguido pelo de *Miss Lucy R.*, que começou no fim do mesmo ano (ver em [1]). Não se atribui nenhuma data ao caso restante, o de Katharina (ver em [1]). Mas, no intervalo entre 1889 e 1892, Freud por certo teve experiência com outros casos. Em particular, houve o da Srta. Cäcilie M., a quem ele “veio a conhecer de forma muito mais completa do que qualquer das outras pacientes mencionadas nestes estudos” (ver em [1]), mas cujo caso não pôde ser descrito em detalhes em virtude de “considerações pessoais”. Contudo, ela é freqüentemente mencionada por Freud, bem como por Breuer, no decorrer do volume, e sabemos (ver em [1]) por Freud que “foi o estudo desse caso notável, feito em conjunto com Breuer, que levou diretamente à publicação de nossa ‘Comunicação Preliminar’”. [1]

O rascunho daquele memorável artigo (que compõe a primeira seção do presente volume) se iniciara em junho de 1892. Uma carta a Fliess, de 28 de junho (Freud, 1950a, Carta 9), anuncia que “Breuer concordou em que a teoria da ab-reação e os outros resultados sobre a histeria a que chegamos em conjunto também sejam apresentados conjuntamente numa publicação pormenorizada”. “Uma parte dela”, prossegue, “que, a princípio, eu queria escrever sozinho, está concluída”. Evidentemente, a essa parte “concluída” do artigo faz nova referência numa carta a Breuer escrita no dia seguinte, 29 de junho de 1892 (Freud, 1941a): “A inocente satisfação que senti quando lhe entreguei aquelas poucas páginas minhas deu margem a (...) inquietação.” Essa carta prossegue fornecendo um resumo muito condensado do conteúdo proposto do artigo. A seguir, temos uma nota de rodapé acrescentada por Freud a sua tradução de um volume das *Leçons du Mardi*, de Charcot (Freud, 1892-94, 107), que apresenta, em três curtos parágrafos, um resumo da tese da “Comunicação Preliminar” e se refere a ele como estando “começado”. Além disso, dois rascunhos bem mais elaborados chegaram até nós. O primeiro (Freud, 1940d) deles (escrito com a caligrafia de Freud, embora se afirme ter sido escrito em conjunto com Breuer) está datado de “Final de novembro de 1892”. Versa sobre ataques histéricos e a maior parte de seu conteúdo foi incluída, embora com palavras diferentes, na Seção IV da “Comunicação Preliminar” (ver em [1]). Entretanto, um importante parágrafo relacionado com o “princípio da constância” foi inexplicavelmente omitido, e nesse volume o tema é tratado apenas por Breuer, na parte final da obra (ver em [1] e [2]). Por fim, há um memorando (Freud, 1941b) com o título “III”, que não tem data. Examina os “estados hipnóides” e a dissociação histérica, estando estreitamente relacionado com a Seção III do artigo publicado (ver em [1]).

Em 18 de dezembro de 1892, Freud escreveu a Fliess (1950a, Carta11): “Apraz-me poder dizer-lhe que nossa teoria sobre a histeria (reminiscência, ab-reação, etc.) vai aparecer no *Neurologisches Centralblatt* no dia 1º de janeiro de 1893, sob a forma de uma comunicação preliminar pormenorizada. Custou-me longa batalha com meu colaborador.” O artigo, datado de “dezembro de 1892”, foi na realidade publicado em dois números do periódico: as duas primeiras seções em 1º de janeiro, e as três restantes em 15 de janeiro. O *Neurologisches Centralblatt* (que saía quinzenalmente) era publicado em Berlim; e a “Comunicação Preliminar” foi quase imediatamente reimpressa na íntegra em Viena, nas *Wiener medizinische Blätter* (em 19 e 26 de janeiro). Em 11 de janeiro, quando apenas metade do artigo fora publicada, Freud pronunciou uma conferência sobre o tema no Wiener medizinischer Club. A transcrição taquigráfica completa da conferência, “revista pelo conferencista”, apareceu no *Wiener medizinische Presse* em 22 e 29 de janeiro (34, 122-6 e 165-7). A conferência (Freud, 1893h) abrangia aproximadamente o mesmo tema que o artigo, mas tratava o material de forma bem diferente e de maneira muito menos formal.

A publicação do artigo parece ter surtido pouco efeito visível em Viena ou na Alemanha. Na França, por outro lado, como relata Freud a Fliess numa carta de 10 de julho de 1893 (1950a, Carta 13), o trabalho foi favoravelmente notado por Janet, cuja resistência às idéias de Freud só surgiria mais tarde. Janet incluiu uma nota longa e altamente elogiosa sobre

a “Comunicação Preliminar” num artigo sobre “Algumas Definições Recentes da Histeria”, publicado nos *Archives de Neurologie* em junho e julho de 1893. Utilizou esse artigo como capítulo final de seu livro *L'État Mental des Hystériques*, publicado em 1894. Mais inesperado, talvez, é o fato de que em abril de 1893 — apenas três meses após a publicação da “Comunicação Preliminar” — um relato razoavelmente completo da mesma foi apresentado por F. W. H. Myers numa reunião geral da Society for Psychical Research, em Londres, tendo sido impresso em sua *Ata (Proceedings)* no mês de junho seguinte. A “Comunicação Preliminar” também foi totalmente resumida e examinada por Michell Clarke em *Brain* (1894, 125). A reação mais surpreendente e inexplicável, porém, foi a publicação, em fevereiro e março de 1893, de uma tradução completa da “Comunicação Preliminar” para o espanhol, na *Gazeta Médica de Granada* (11, 105-11 e 129-35).

A tarefa seguinte dos autores foi a preparação do material dos casos clínicos e, já em 7 de fevereiro de 1894, Freud referiu-se ao livro como “semi-acabado: o que resta a fazer é apenas uma pequena parte dos casos clínicos e dois capítulos gerais”. Num trecho não publicado da carta de 21 de maio, ele menciona que está justamente escrevendo o último caso clínico, e em 22 de junho (1950a, Carta 19) apresenta uma lista do que o “livro com Breuer” irá conter: “cinco casos clínicos, um ensaio da autoria dele, com o qual não tenho absolutamente nada a ver, sobre as teorias da histeria (resumo e crítica), e um meu sobre terapia, que ainda não comecei”. Depois disso, é óbvio que houve uma paralisação, pois só em 4 de março de 1895 (ibid., Carta 22) é que ele escreve dizendo estar “trabalhando apressadamente no ensaio sobre a terapia da histeria”, concluído em 13 de março (carta não publicada). Em outra carta não publicada, de 10 de abril, Freud envia a Fliess a segunda metade das provas tipográficas do livro, e no dia seguinte lhe diz que este sairá em três semanas.

Os *Estudos sobre a Histeria* parecem ter sido publicados, como se esperava, em maio de 1895, embora a data exata não seja indicada. O livro foi recebido desfavoravelmente nos círculos médicos alemães; recebeu, por exemplo, forte crítica de Adolf von Strümpell, o conhecido neurologista (*Deutsch. Z. Nervenheilk.*, 1896, 159). Por outro lado, um escritor não-médico, Alfred von Berger, mais tarde diretor do Burgtheater de Viena, sobre ele se expressou com apreço no *Neue Freie Presse* (2 de fevereiro de 1896). Na Inglaterra, o livro foi alvo de longa e favorável nota de Mitchell Clarke em *Brain* (1896, 401) e mais uma vez Myers mostrou seu interesse pela obra numa palestra de considerável extensão, originariamente proferida em março de 1897, que acabou sendo incluída em seu *Human Personality* (1903).

Decorreram mais de dez anos antes que houvesse um pedido de segunda edição do livro, e já nessa época os caminhos de seus dois autores se haviam separado. Em maio de 1906 Breuer escreveu a Freud concordando com uma reimpressão, mas houve certa discussão para determinar se seria desejável um novo prefácio em conjunto. Seguiram-se outras delongas e, no final, como se verá mais adiante, foram escritos dois prefácios separados. Estes trazem a data de julho de 1908, embora a segunda edição só fosse realmente publicada em 1909. O texto continuou inalterado nessa e nas edições posteriores do livro. Mas, em 1924,

Freud escreveu algumas notas de rodapé adicionais para o volume de suas obras completas que continha sua parte dos *Estudos* (publicado em 1925) e fez uma ou duas pequenas modificações no texto.

(2)

A RELAÇÃO DOS ESTUDOS COM A PSICANÁLISE

Os *Estudos sobre a Histeria* costumam ser considerados como o ponto de partida da psicanálise. Vale a pena considerar brevemente se essa afirmação é verdadeira, e em que sentido. Para os objetivos dessa discussão, a questão das parcelas do trabalho atribuíveis aos dois autores será posta de lado, para consideração posterior, e o livro será tratado como um todo. A investigação sobre a relação dos *Estudos* com o desenvolvimento subsequente da psicanálise pode ser dividida, por conveniência, em duas partes, embora tal separação seja necessariamente artificial. Até que ponto e de que maneira os procedimentos técnicos descritos nos *Estudos* e as descobertas clínicas a que conduziram prepararam o terreno para a prática da psicanálise? Em que medida os pontos de vista teóricos aqui propostos foram aceitos nas doutrinas posteriores de Freud?

Raras vezes se aprecia suficientemente o fato de que a mais importante das realizações de Freud talvez tenha sido sua invenção do primeiro instrumento para o exame científico da mente humana. Um dos principais atrativos do presente volume é que ele nos permite rastrear os primeiros passos do desenvolvimento desse instrumento. O que ele nos relata não é simplesmente a história da superação de uma série de obstáculos; é a história da *descoberta* de uma série de obstáculos a serem superados. A própria paciente de Breuer, Anna O., demonstrou e superou o primeiro desses obstáculos — a amnésia característica dos pacientes histéricos. Quando a existência dessa amnésia foi trazida à luz, seguiu-se de imediato a compreensão de que a mente manifesta do paciente não é a mente em sua totalidade, havendo por trás uma mente *inconsciente* (ver em [1]). Tornou-se assim patente, desde o início, que o problema não era meramente a investigação dos processos mentais *conscientes*, para a qual bastariam os métodos corriqueiros de indagação empregados na vida cotidiana. Se havia também processos mentais *inconscientes*, era claramente necessário algum instrumento especial. O instrumento óbvio para esse fim era a sugestão hipnótica — a sugestão hipnótica utilizada não para finalidades diretamente terapêuticas, mas para persuadir o paciente a produzir material proveniente da região inconsciente da mente. Com Anna O. apenas um ligeiro uso desse instrumento se afigurou necessário. Ela produzia torrentes de material vindo de seu “inconsciente”, e tudo o que Breuer tinha de fazer era ficar sentado e ouvi-las sem interrompê-la. Mas isso não era tão fácil como parece, e o caso clínico da Sra. Emmy revela em muitos pontos como foi difícil para Freud adaptar-se a esse novo uso da sugestão hipnótica e ouvir tudo o que a paciente tinha a dizer, sem qualquer tentativa de interferir ou de levá-la a encurtar o relato (por exemplo em [1] e [2]). Nem todos os pacientes

histéricos além disso eram tão dóceis quanto Anna O.; a hipnose profunda em que ela caía, aparentemente por sua própria vontade, não era tão prontamente alcançada com qualquer um. E aqui surgia outro obstáculo: conta-nos Freud que ele estava longe de ser adepto do hipnotismo. Neste livro (por exemplo em [1]), ele nos fornece vários relatos de como contornava essa dificuldade, de como pouco a pouco foi abandonando suas tentativas de provocar a hipnose e se contentava em levar os pacientes a um estado de “concentração”, com o uso ocasional da pressão na testa. Mas foi o abandono do hipnotismo que ampliou ainda mais sua compreensão dos processos mentais. Esse abandono revelou a presença de mais um obstáculo — a “resistência” dos pacientes ao tratamento (ver em [1] e [2]), sua relutância em cooperarem na própria cura. Como se deveria lidar com essa relutância? Deveria ser suprimida com gritos ou afastada pela sugestão? Ou deveria, como outros fenômenos mentais, ser simplesmente investigada? A opção de Freud por esse segundo caminho levou-o diretamente ao mundo desconhecido que iria passar a vida inteira explorando.

Nos anos que se seguiram aos *Estudos*, Freud abandonou cada vez mais a técnica da sugestão deliberada | ver em [1]] e passou cada vez mais a confiar no fluxo de “associações livres” do paciente. Estava aberto o caminho para a análise dos sonhos. Essa análise permitiu-lhe, em primeiro lugar, obter uma compreensão do funcionamento do “processo primário” na mente e das formas pelas quais ele influenciava os produtos de nossos pensamentos mais acessíveis, e assim Freud adquiriu um novo recurso técnico — o da “interpretação”. Mas a análise dos sonhos possibilitou, em segundo lugar, sua própria auto-análise e suas conseqüentes descobertas da sexualidade infantil e do complexo de Édipo. Todas essas questões, porém, salvo por alguns leves indícios, ainda estavam por surgir. No entanto, nas últimas páginas deste volume, Freud já se havia defrontado com outro obstáculo no caminho do pesquisador — a “transferência” (ver em [1]). Já tivera um vislumbre de sua impressionante natureza, e talvez já tivesse começando a reconhecer que ela iria revelar-se não só um obstáculo como também mais um instrumento fundamental da técnica psicanalítica.

À primeira vista, a principal posição teórica adotada pelos autores da “Comunicação Preliminar” parece simples. Eles sustentam que, no curso normal das coisas, se uma experiência for acompanhada de uma grande dose de “afeto”, esse afeto é “descarregado” numa variedade de atos reflexos conscientes, ou então vai-se desgastando gradativamente pela associação com outros materiais mentais conscientes. No caso dos pacientes histéricos, por outro lado (por motivos que logo mencionaremos), nenhuma dessas coisas acontece. O afeto permanece num estado “estrangulado”, e a lembrança da experiência a que está ligado é isolada da consciência. A partir daí, a lembrança afetiva se manifesta em sintomas histéricos, que podem ser considerados como “símbolos mnêmicos” — vale dizer, como símbolos da lembrança suprimida (ver em [1]-[2]). Sugerem-se duas razões principais para explicar a ocorrência desse resultado patológico. Uma delas é que a experiência original ocorreu enquanto o indivíduo se encontrava num particular estado de dissociação mental, descrito como “hipnóide”; a outra é que o “ego” do indivíduo considerou essa experiência como sendo “incompatível” com ele próprio e, portanto, ela teve de ser “rechaçada”. Em ambos os casos, a

eficácia terapêutica do método “catártico” é explicada com base nos mesmos fundamentos: se a experiência original, juntamente com seu afeto, puder ser introduzida na consciência, o afeto é por si mesmo descarregado ou “ab-reagido”, a força que até então manteve o sintoma deixa de atuar, e o próprio sintoma desaparece.

Tudo isso parece muito claro, mas uma pequena reflexão mostra que restam ainda muitas coisas por explicar. Por que um afeto precisa ser “descarregado”? E por que são tão terríveis as conseqüências de ele não ser descarregado? Esses problemas subjacentes não são considerados de modo algum na “Comunicação Preliminar”, embora a eles se fizesse uma breve alusão em dois dos rascunhos postumamente publicados (1941a e 1940d) e já existisse uma hipótese para explicá-los. Curiosamente, na verdade essa hipótese foi formulada por Freud em sua conferência de 11 de janeiro de 1893 (veja em [1]), apesar de ter sido omitida na própria “Comunicação Preliminar”. Ele aludiu de novo a essa hipótese nos dois últimos parágrafos do seu primeiro artigo sobre “As Neuropsicoses de Defesa” (1894a), onde declara especificamente que ela fundamentava a teoria da ab-reação na “Comunicação Preliminar” de um ano antes. Mas essa hipótese básica foi formalmente enunciada e designada pela primeira vez em 1895, na segunda parte da contribuição de Breuer ao presente volume (ver em [1]). É curioso que esta, a mais fundamental das teorias de Freud, tenha sido integralmente examinada, pela primeira vez, por Breuer (se bem que, de fato, atribuída por ele a Freud), e que o próprio Freud, embora retornasse vez por outra a seu tema (como nas primeiras páginas de seu artigo sobre “As Pulsões e suas Vicissitudes”, 1915c), não a mencionasse explicitamente até escrever *Além do Princípio do Prazer* (1920g). Freud, como sabemos agora, referiu-se a essa hipótese pelo nome numa comunicação de data incerta a Fliess, possivelmente 1894 (Rascunho D, 1950a), e examinou-a na íntegra, embora sob outro nome (veja adiante, ver em [1]), no “Projeto para uma Psicologia Científica”, que escreveu alguns meses após a publicação dos *Estudos*. Mas só cinqüenta e cinco anos depois (1950a) é que o Rascunho D e o “Projeto” foram publicados.

O “princípio da constância” (pois esta foi a denominação dada à hipótese) pode ser definido nos termos empregados pelo próprio Freud em *Além do Princípio do Prazer*: “O aparelho mental esforça-se por manter a quantidade de excitação nele presente em um nível tão baixo quanto possível, ou pelo menos por mantê-la constante” (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XVIII, em [1], 1ª edição, Imago). Breuer o enuncia mais adiante, neste livro (ver em [1]), em termos muito semelhantes, mas com uma inclinação neurológica, como “uma tendência a manter constante a excitação intracerebral”. Em sua discussão em [1] e segs., argumenta ele que os afetos devem sua importância na etiologia da histeria ao fato de serem acompanhados pela produção de grandes quantidades de excitação, e de estas, por sua vez, exigirem uma descarga, de acordo com o princípio da constância. De modo semelhante, também as experiências traumáticas devem sua força patogênica ao fato de produzirem quantidades de excitação grandes demais para serem tratadas da maneira normal. Assim, a posição teórica essencial subjacente aos *Estudos* é que a necessidade clínica da ab-reação do afeto e os resultados patogênicos que surgem quando ele fica estrangulado são explicados pela

tendência muito mais geral (expressa no princípio da constância) a manter constante a quantidade de excitação.

Tem-se pensado com freqüência que os autores dos *Estudos* atribuíam os fenômenos da histeria apenas aos traumas e às lembranças inextirpáveis deles, e que só mais tarde é que Freud, depois de deslocar a ênfase dos traumas infantis para as fantasias infantis, chegou a sua momentosa concepção “dinâmica” dos processos da mente. Ver-se-á, contudo, pelo que acaba de ser dito, que uma hipótese dinâmica sob a forma do princípio da constância já estava subjacente à teoria do trauma e da ab-reação. E quando chegou o momento de ampliar os horizontes e atribuir uma importância muito maior às pulsões, em contraste com a experiência, não houve necessidade de modificar a hipótese básica. Na realidade, Breuer já ressalta o papel desempenhado pelas “principais necessidades e pulsões fisiológicas do organismo” na gênese dos aumentos de excitação que exigem descarga (ver em [1]), e frisa a importância da “pulsão sexual” como “a fonte mais poderosa dos acúmulos sistemáticos de excitação (e, conseqüentemente, de neuroses)” (ver em [1]). Além disso, toda a noção de conflito e do recalçamento das idéias incompatíveis é explicitamente baseada na ocorrência dos aumentos desagradáveis de excitação. Isso conduz à consideração adicional de que, como salienta Freud em *Além do Princípio do Prazer* (Edição Standard Brasileira, 1ª edição, Vol. XVIII, ver em [1]), o próprio “princípio do prazer” está estreitamente vinculado ao princípio da constância. Ele chega mesmo a ir mais adiante e declarar (ibid., 83) que o princípio do prazer “é uma tendência que atua a serviço de uma função cuja tarefa é libertar inteiramente da excitação o aparelho mental, ou manter constância o nível de excitação dentro dele, ou mantê-lo tão baixo quanto possível”. O caráter “conservador” que Freud atribui às pulsões em seus trabalhos posteriores, assim como a “compulsão à repetição”, também são vistos no mesmo trecho como manifestações do princípio da constância; e fica claro que a hipótese em que se basearam esses primeiros *Estudos sobre a Histeria* ainda continuava a ser considerada fundamental por Freud em suas últimas especulações.

(3)

AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DOIS AUTORES

Não estamos interessados aqui nas relações pessoais entre Breuer e Freud, descritas com detalhes no primeiro volume da biografia escrita por Ernest Jones, mas é interessante examinarmos brevemente suas divergências *científicas*. A existência de tais divergências foi abertamente mencionada no prefácio à primeira edição e muitas vezes falou-se nelas com exagero nas publicações posteriores de Freud. Mas no próprio livro, por estranho que pareça, elas estão longe de ganhar preeminência e, muito embora a “Comunicação Preliminar” seja a única parte do livro de autoria explicitamente conjunta, não é fácil determinar com certeza de

quem é a responsabilidade pela origem dos vários elementos componentes do trabalho como um todo.

Sem dúvida, podemos com segurança atribuir a Freud os desenvolvimentos técnicos posteriores, bem como os conceitos teóricos vitais de resistência, defesa e recalçamento que decorreram deles. É fácil ver pelo relato apresentado em [1] como esses conceitos decorreram da substituição da hipnose pela técnica da “pressão”. O próprio Freud, em sua “História do Movimento Psicanalítico” (1914d), declara que “a teoria do recalçamento é a pedra angular em que repousa toda a estrutura da psicanálise”, e dá a mesma explicação aqui apresentada sobre a maneira como se chegou a ela. Afirma também sua crença de ter chegado de forma independente a essa teoria, e a história da descoberta confirma amplamente essa crença. No mesmo trecho, Freud observa que uma sugestão da idéia do recalçamento encontra-se em Schopenhauer (1844), cujas obras, contudo, ele só veio a ler em idade avançada; e há pouco tempo se ressaltou que a palavra “*Verdrängung*” (“recalçamento”) ocorre nos escritos do psicólogo Herbart (1824), do início do século XIX, cujas idéias tiveram grande influência sobre numerosas pessoas que faziam parte do círculo de Freud, em particular seu professor imediato de psiquiatria, Meynert. Mas nenhuma dessas sugestões diminui de modo significativo a originalidade da teoria de Freud, com sua base empírica, que encontrou sua primeira expressão na “Comunicação Preliminar” (ver em [1]-[2]).

Em contraposição a isso, não há nenhuma dúvida de que Breuer deu origem à noção dos “estados hipnóides”, ponto a que voltaremos dentro em breve, e parece possível que tenha sido responsável pelos termos “catarse” e “ab-reação”.

Todavia, muitas das conclusões teóricas dos *Estudos* devem ter sido produto de discussões entre os dois autores durante seus anos de colaboração, e o próprio Breuer comenta (ver em [1]-[2]) sobre a dificuldade de determinar a prioridade em tais casos. Afora a influência de Charcot, sobre a qual Freud jamais deixou de insistir, deve-se também recordar que tanto Breuer como Freud eram basicamente fiéis à escola de Helmholtz, da qual um professor deles, Ernst Brücke, foi membro preeminente. Grande parte da teoria subjacente aos *Estudos sobre a Histeria* deriva da doutrina daquela escola, teoria que diz serem todos os fenômenos naturais, em última análise, explicáveis em função de forças físicas e químicas.

Já vimos (em [1]) que, embora Breuer fosse o primeiro a mencionar o “princípio da constância” pelo nome, ele atribuiu essa hipótese a Freud. De modo semelhante, ele ligou o nome de Freud ao termo “conversão”, mas (como será explicado mais adiante, em [1]), o próprio Freud declarou que isso se aplicava apenas à *palavra* e que se chegou em conjunto ao conceito.

Por outro lado, há um grande número de conceitos muito importantes que parecem ser corretamente atribuíveis a Breuer: a idéia de a alucinação ser uma “retrogressão” das imagens mentais para a percepção (ver em [1]), a tese de que as funções da percepção e da memória não podem ser realizadas pelo mesmo aparelho (ver em [1]), e, finalmente, causando grande

surpresa, a distinção entre a energia psíquica ligada (tônica) e a não-ligada (móvel) e a distinção correlata entre os processos psíquicos primário e secundário (ver em [1]).

O emprego do termo “*Besetzung*” (“catexia”), que aparece pela primeira vez em [1]-[2] com o sentido que iria tornar-se tão familiar na teoria psicanalítica, provavelmente deve ser atribuído a Freud. Como é natural, a idéia de todo o aparelho mental, ou parte dele, transportar uma carga de energia é pressuposta pelo princípio da constância. E embora o termo real que iria transformar-se no padrão fosse empregado pela primeira vez neste volume, a idéia fora antes expressa por Freud sob outras formas. Assim, encontramos-lo utilizando expressões tais como “*mit Energie ausgestattet*” (“suprido de energia”) (1895b), “*mit einer Erregungssumme behaftet*” (“carregado de uma soma de excitação”) (1894a), “*munie d’une valeur affective*” (“provido de uma cota de afeto”) (1893c), “*Verschiebungen von Erregungs summen*” (“deslocamentos de somas de excitação”) (1941a [1892]) e, já no prefácio a sua primeira tradução de Bernheim (1888-9) “*Verschiebungen von Erregbarkeit im Nervensystem*” (deslocamentos de excitabilidade no sistema nervoso”).

Esta última citação, porém, constitui um lembrete de algo de grande importância que pode muito facilmente ser desprezado. Não há dúvida alguma de que, na época da publicação dos *Estudos*, Freud considerava o termo “catexia” como puramente fisiológico. Isso é comprovado pela definição do termo dada por ele na Parte I, Seção 2, de seu “Projeto para uma Psicologia Científica”, com o qual sua mente já estava ocupada (como se verifica nas cartas a Fliess) e que foi escrito apenas alguns meses depois. Ali, após fornecer uma explicação sobre uma entidade neurológica recém-descoberta, o “neurônio”, prossegue ele: “Se combinarmos esta descrição dos neurônios com uma abordagem nos moldes da teoria da quantidade, chegaremos à idéia de uma neurônio ‘catexizado’, cheio de certa quantidade, embora em outras ocasiões possa estar vazio.” A propensão neurológica das teorias de Freud nesse período é indicada ainda pela forma como o princípio da constância é enunciado no mesmo trecho do “Projeto”. Recebe a designação de “o princípio da inércia neuronal” e é definido como indicativo de “que os neurônios tendem a desembaraçar-se da quantidade”. Revela-se assim um notável paradoxo. Breuer, como veremos adiante (ver em [1]), declara sua intenção de tratar o assunto da histeria em moldes puramente psicológicos: “No que se segue, pouca menção será feita ao cérebro e absolutamente nenhuma às moléculas. Os processos psíquicos serão tratados na linguagem da psicologia.” Na verdade, porém, seu capítulo teórico versa basicamente sobre as “excitações intracerebrais” e sobre paralelos entre o sistema nervoso e as instalações elétricas. Por outro lado, Freud dedicava todas as suas energias a explicar os fenômenos mentais em termos fisiológicos e químicos. Não obstante, como ele próprio confessa com pesar (ver em [1]), seus casos clínicos têm a forma de contos e suas análises são psicológicas.

A verdade é que, em 1895, Freud encontrava-se a meio caminho no processo de passar das explicações fisiológicas dos estados psicopatológicos para as explicações psicológicas. Por um lado, propunha o que era, em linhas gerais, uma explicação química das neuroses “atuais” — neurastenia e neurose de angústia — (em seus dois artigos sobre neurose

de angústia, 1895b e 1895f), e, por outro, propunha uma explicação essencialmente psicológica — em termos de “defesa” e “recalçamento” — para a histeria e as obsessões (em seus dois artigos sobre “As Neuropsicoses de Defesa”, 1894a e 1896b). Sua formação anterior e sua carreira como neurologista levavam-no a resistir à aceitação das explicações psicológicas como definitivas; e ele estava empenhado em elaborar uma estrutura complexa de hipóteses destinadas a possibilitar a descrição dos eventos mentais em termos puramente neurológicos. Essa tentativa culminou no “Projeto” e foi abandonada não muito depois. Até o fim da vida, porém, Freud continuou adepto da etiologia química das neuroses “atuais” e a acreditar que se acabaria encontrando uma base física para todos os fenômenos mentais. Entretanto, ele chegou pouco a pouco ao ponto de vista expresso por Breuer de que os processos psíquicos só podem ser tratados na linguagem da psicologia. Foi só em 1905 (em seu livro sobre o chiste, Capítulo V) que ele pela primeira vez repudiou de forma explícita qualquer intenção de empregar o termo “catexia” em algum sentido que não fosse o psicológico e abandonou todas as tentativas de relacionar os tratos nervosos ou os neurônios com as vias de associação mental.

Quais eram, porém, as divergências científicas essenciais entre Breuer e Freud? Em seu *Estudo Autobiográfico* (1925d) Freud afirma que a primeira delas relacionava-se com a etiologia da histeria e poderia ser descrita como “os estados hipnóides versus as neuroses de defesa”. Mais uma vez, no entanto, aqui mesmo neste volume, o problema é menos nítido. Na “Comunicação Preliminar” elaborada em conjunto, ambas as etiologias são aceitas (ver em [1]). Breuer, em seu capítulo teórico, evidentemente dá maior ênfase aos estados hipnóides (ver em [1]), mas também acentua a importância da “defesa” (ver em [1] e [2]), embora de modo pouco entusiástico. Freud parece aceitar a noção dos “estados hipnóides” no caso clínico de “Katharina” (ver em [1]) e, de modo menos definitivo, no da Sra. Elisabeth (ver em [1]). É só no capítulo final que seu ceticismo começa a tornar-se evidente (ver em [1]). Num artigo sobre “A Etiologia da Histeria”, publicado no ano seguinte (1896c), esse ceticismo é expresso de forma ainda mais franca e, numa nota de rodapé ao caso de “Dora” (1905e), Freud declara que a expressão “estados hipnóides” é “desnecessária e confusa” e que a hipótese “decorreu inteiramente da iniciativa de Breuer” (Edição *Standard* Brasileira, 1ª edição, Vol. VII, pág. 25n).

Mas a principal diferença de opinião entre os dois autores, na qual Freud posteriormente insistiu, dizia respeito ao papel desempenhado pelos impulsos sexuais na causação da histeria. Também aqui, contudo, verificaremos que a divergência *expressa* aparece de uma forma menos clara do que seria de se esperar. A crença de Freud na origem sexual da histeria pode ser inferida com bastante clareza a partir da discussão em seu capítulo sobre a psicoterapia (ver em [1]), mas em nenhum ponto ele chega a afirmar, como faria mais tarde, que uma etiologia sexual se mostra invariavelmente presente nos casos de histeria. Por outro lado, Breuer fala em vários pontos, e usando os termos mais incisivos, sobre a importância do papel desempenhado pela sexualidade nas neuroses, e o faz em especial no longo trecho em [1] e segs. Diz ele, por exemplo (como já se observou, em [1]), que “a pulsão

sexual é sem dúvida a fonte mais poderosa dos aumentos persistentes de excitação (e, conseqüentemente, das neuroses)” (ver em [1]), e declara (ver em [1]) que “a grande maioria das neuroses graves nas mulheres tem sua origem no leito conjugal”.

Parece que, para encontrarmos uma explicação satisfatória para a dissolução dessa parceria científica, deveríamos olhar o que está atrás da palavra impressa. As cartas de Freud a Fliess mostram Breuer como um homem cheio de dúvidas e reservas, sempre inseguro em suas conclusões. Há um exemplo extremo disso numa carta de 8 de novembro de 1895 (1950a, Carta 35), cerca de seis meses após a publicação dos *Estudos*: “Não faz muito tempo, no Colégio de Medicina, Breuer fez um longo discurso falando de mim, no qual anunciou sua conversão à crença na etiologia sexual [das neuroses]. Quando o chamei de lado para agradecer-lhe, ele estragou meu prazer, dizendo: ‘Ainda assim não creio nisso.’ Você consegue entender isso? Eu, não.” Algo dessa natureza pode ser lido nas entrelinhas das contribuições de Breuer aos *Estudos*, onde temos o quadro de um homem meio temeroso de suas próprias descobertas notáveis. Era inevitável que ele ficasse ainda mais desconcertado pelo pressentimento das descobertas ainda mais inquietantes que estavam por vir; e era inevitável que Freud, por sua vez, se sentisse prejudicado e irritado com as incômodas hesitações de seu companheiro de trabalho.

Seria enfadonho enumerar os muitos trechos, nas obras posteriores de Freud, nos quais ele se refere aos *Estudos sobre a Histeria* e a Breuer; porém, algumas citações ilustrarão a variação da ênfase em sua atitude para com eles.

Nos numerosos relatos abreviados de seus métodos terapêuticos e das teorias psicológicas que publicou durante os anos logo após o lançamento dos *Estudos*, Freud se esforçou por ressaltar as diferenças entre a “psicanálise” e o método catártico — as inovações técnicas, a extensão de seu processo quanto às outras neuroses que não a histeria, o estabelecimento da motivação da “defesa”, a insistência numa etiologia sexual e, como já vimos, a rejeição final dos “estados hipnóides”. Ao chegarmos à primeira série das obras principais de Freud — os volumes sobre sonhos (1900a), parapraxias (1901b), chistes (1905c) e sexualidade (1905d) — naturalmente há pouco ou nenhum material retrospectivo; e é somente nas cinco conferências proferidas na Universidade de Clark (1910a) que vamos encontrar um levantamento histórico extenso. Nessas conferências, Freud parecia ansioso por estabelecer a continuidade entre sua obra e a de Breuer. Toda a primeira conferência e grande parte da segunda são dedicadas a um resumo dos *Estudos*, e a impressão da era a de que não Freud, e sim Breuer era o verdadeiro fundador da psicanálise.

O longo levantamento retrospectivo seguinte, na “História do Movimento Psicanalítico” (1914d), teve um tom muito diferente. Todo o artigo, naturalmente, teve uma intenção polêmica, e não é de surpreender que, ao esboçar a história inicial da psicanálise, Freud frisasse mais suas divergências com Breuer do que sua dívida para com ele, e que revogasse explicitamente sua visão de Breuer como o fundador da psicanálise. Também nesse artigo Freud discorreu largamente sobre a incapacidade de Breuer para enfrentar a transferência sexual e revelou o “lastimável evento” que encerrou a análise de Anna O (ver em [1]).

A seguir veio o que parece ser quase uma *amende*— já mencionada na ver em [1]: a inesperada atribuição a Breuer da distinção entre a energia psíquica ligada e a não-ligada e entre os processos primário e secundário. Não tinha havido nenhuma sugestão dessa atribuição quando essas hipóteses foram originalmente introduzidas por Freud (em *A Interpretação dos Sonhos*); *ela foi feita pela primeira vez numa nota de rodapé à Seção V do artigo metapsicológico sobre “O Inconsciente” (1915e) e repetida em Além do Princípio do Prazer (1920g)*; (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVIII, em [1] e [2]). Não muito tempo depois houve algumas frases de louvor num artigo preparado por Freud para o *Handwörterbuch* de Marcuse (1923a; Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVIII, em [1]): “Numa seção teórica dos *Estudos*, Breuer propôs algumas idéias especulativas sobre os processos de excitação da mente. Essas idéias determinaram a direção das futuras linhas de pensamento...” Mais ou menos na mesma orientação, Freud escreveu, um pouco depois, numa contribuição para uma publicação norte-americana (1924f): “O método catártico foi o precursor imediato da psicanálise e, apesar de toda amplitude da experiência e de todas as modificações de teoria, ainda se acha contido nela como seu núcleo.”

O longo levantamento histórico de Freud que se seguiu, *Um Estudo Autobiográfico* (1925d), pareceu mais uma vez afastar-se da obra conjunta: “Se o relato que fiz até agora”, escreveu, “levou o leitor a esperar que os *Estudos sobre a Histeria*, em todos os pontos essenciais de seu conteúdo, tenham sido um produto da mente de Breuer, isso é precisamente o que eu mesmo sempre sustentei... No tocante à *teoria* formulada no livro, fui parcialmente responsável, mas numa medida que hoje não é mais possível determinar. Aquela teoria, de qualquer modo, era despretensiosa e mal foi além da descrição direta das observações.” E acrescentou que “teria sido difícil adivinhar, pelos *Estudos sobre a Histeria*, a importância que tem a sexualidade na etiologia das neuroses”, passando mais uma vez a descrever a relutância de Breuer em reconhecer esse fator.

Logo depois disso Breuer faleceu, e talvez seja apropriado encerrar esta introdução à obra conjunta com uma citação do necrológio feito por Freud sobre seu colaborador (1925g). Depois de comentar a relutância de Breuer em publicar os *Estudos* e de declarar que o principal mérito dele próprio em relação a essa obra fora o de haver persuadido Breuer a concordar com seu lançamento, prosseguiu: “Na época em que ele aceitou minha influência e estava elaborando os *Estudos* para publicação, seu julgamento do significado da obra pareceu confirmar-se. ‘Creio’, disse-me ele, ‘que esta é a coisa mais importante que nós dois temos a dar ao mundo’. Além do caso clínico de sua primeira paciente, Breuer redigiu um artigo teórico para os *Estudos*. Esse texto está muito longe de ser desatualizado; pelo contrário, oculta pensamentos e sugestões que não foram suficientemente levados em conta. Qualquer um que se aprofunde nesse ensaio especulativo formará uma verdadeira impressão da estatura mental desse homem cujos interesses científicos, infelizmente, só foram orientados na direção de nossa psicopatologia por um curto episódio de sua longa vida.”

Em 1893 publicamos a “Comunicação Preliminar” sobre um novo método de examinar e tratar os fenômenos histéricos. A ela acrescentamos, de forma tão concisa quanto possível, as conclusões teóricas a que havíamos chegado. Estamos aqui reimprimindo essa “Comunicação Preliminar” para servir como a tese que temos por finalidade ilustrar e provar.

Anexamos a ela uma série de casos clínicos cuja seleção, infelizmente, não pôde ser determinada em bases puramente científicas. Nossa experiência provém da clínica particular numa classe social culta e letrada, e o assunto com que lidamos muitas vezes aborda a vida e a história mais íntimas de nossos pacientes. Constituiria grave quebra de confiança publicar material dessa espécie, com o risco de os pacientes serem identificados e seus conhecidos ficarem a par de fatos confiados apenas ao médico. Foi-nos portanto impossível fazer uso de algumas das nossas observações mais instrutivas e convincentes. Isso naturalmente se aplica de forma especial a todos os casos em que as relações sexuais e maritais desempenham um importante papel etiológico. Assim, ocorre que só conseguimos apresentar provas muito incompletas em favor de nosso ponto de vista de que a sexualidade parece desempenhar um papel fundamental na patogênese da histeria, como fonte de traumas psíquicos e como motivação para a “defesa” — isto é, para que as idéias sejam recalçadas da consciência. Foram precisamente as observações de natureza marcadamente sexual que nos vimos obrigados a não publicar.

Os casos clínicos são seguidos de diversas considerações teóricas e, num capítulo final sobre terapia, propõe-se a técnica do “método catártico” tal como se desenvolveu nas mãos do neurologista.

Se em algumas ocasiões se expressam opiniões divergentes e até mesmo contraditórias, isso não deve ser considerado como prova de qualquer vacilação em nossos pontos de vista. Decorre das divergências naturais e justificáveis entre as opiniões dos dois observadores que estão de acordo quanto aos fatos e à leitura básica dos mesmos, mas que nem sempre concordam invariavelmente em suas interpretações e conjeturas.

J. BREUER, S. FREUD

Abril de 1895

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

O interesse que, em grau sempre crescente, vem se voltando para a psicanálise parece agora estar-se estendendo a estes *Estudos sobre a Histeria*. O editor deseja publicar nova edição do livro, que no momento se acha esgotado. Aparece ele agora numa reimpressão sem quaisquer alterações, embora as opiniões e os métodos apresentados na primeira edição tenham desde então passado por desenvolvimentos de longo alcance e profundidade. No que me diz respeito, pessoalmente, desde aquela época não lidei ativamente com o assunto; não tive nenhuma participação em seu importante desenvolvimento e nada poderia acrescentar de

novo ao que foi escrito em 1895. Assim, nada pude fazer além de expressar o desejo de que minhas duas contribuições ao volume fossem reimpressas sem alteração.

BREUER

Também quanto a minha participação no livro, a única decisão possível é que o texto da primeira edição seja reimpresso sem alteração. Os desenvolvimentos e mudanças ocorridos em meus pontos de vista no decorrer de treze anos de trabalho foram extensos demais para que seja possível vinculá-los a minha anterior exposição sem destruir inteiramente seu caráter essencial. Tampouco tenho qualquer motivo para desejar eliminar esta prova de meus conceitos iniciais. Ainda hoje não os considero como erros, mas como valiosas primeiras aproximações de um conhecimento que só poderia ser plenamente adquirido após longos e continuados esforços. O leitor atento será capaz de descobrir neste livro os germes de tudo aquilo que desde então foi acrescentado à teoria da catarse; por exemplo, o papel desempenhado pelos fatores psicosexuais e pelo infantilismo, e a importância dos sonhos e do simbolismo inconsciente. E não posso dar melhor conselho a qualquer interessado no desenvolvimento da catarse até chegar à psicanálise do que começar pelos *Estudos sobre a Histeria* e, desse modo, seguir o caminho que eu próprio trilhei.

FREUD

VIENA, julho de 1908

ANEXO B

A Apresentação

Minhas reflexões acerca dos temas da moral de iniciaram na segunda metade dos anos 1970. Decorreram de certas características que detectei ao me voltar para a análise da forma como os casais se unem. A regularidade com que pessoas com propriedades psicológicas antagônicas se encantam umas com as outras me impressionou justamente porque estava completamente fora das expectativas probabilísticas. Quase todas as pessoas mais quietas e pouco agressivas casavam-se com criaturas de “gênio forte” e bastante extrovertidas. Casavam-se e ainda se casam.

Em 1977 publiquei o livro *Você é Feliz?*, no qual descrevi em detalhe a forma de ser das pessoas mais egoístas. Naquela época se iniciavam as especulações a respeito da “Era do Narcisismo”, em que parecia legal a pessoa se livrar de qualquer tipo de limite interno e tratar de viver de acordo com seus desejos. Nunca foi esse o meu ponto de vista, já que via o egoísmo como falha moral. Pensava na generosidade como virtude e no egoísmo como vício. Assim pensavam todas as pessoas “de bem”.

Em 1981 publiquei *Em busca da felicidade*, livro no qual já apontava, de forma bastante enfática, minhas primeiras dúvidas acerca da “pureza” da conduta generosa. Registrava a presença de forte ingrediente relacionado com a vaidade e também alguns aspectos ligados ao jogo de poder que envolvia generosos e egoístas, sempre muito intensamente atraídos uns pelos outros.

Trabalhei com milhares de pacientes e pensei muito a respeito desse tema que, ao longo dessas décadas, sempre se confirmou como importante ingrediente relacionado com as escolhas amorosas e também como elemento básico das dificuldades que surgiam ao longo do convívio íntimo. Estudei de que forma a sexualidade se manifesta nesses dois tipos de seres humanos, de modo que a questão moral sempre esteve presente em meus livros.

Fui, muitas vezes, tratado como maniqueísta, como pessoa que só via o preto e o branco, incapaz de compreender que somos criaturas complexas. Creio que a razão para as críticas resida, mas que tudo, nas limitações que tive ao me comunicar. Nem sempre conseguimos expressar por escrito aquilo que está em nossa mente. Acredito que venho fazendo importantes avanços nesse terreno, tanto ao escrever como ao falar para plateias

as mais variadas.

Acredito também que a disposição das pessoas para prestar atenção em minhas hipóteses e ponderações a respeito da questão moral também se modificou. Estou me expressando melhor, mas as pessoas também estão lendo de forma mais desarmada! Quando comecei a escrever sobre esses assuntos vivíamos sob a ditadura militar. Havia os que a ela se opunham – os do bem- e os que eram aliados dela – os do mal. Era impossível tentar convencer alguém de que os “do bem” não eram tão bons. Havia o muro de Berlim: os do lado de cá do muro achavam que o mal morava do lado de lá. Os do lado de lá achavam exatamente o contrário. Além da tradição cultural na qual todos crescemos, que sempre valorizou como digno o modo de ser generoso, vivíamos num mundo dividido, em que nos parecia indispensável tomar um partido definido.

Hoje tudo isso está diferente, e apenas algumas pessoas ainda acreditam que exista “um eixo do bem e outro do mal”. Talvez seja a hora de iniciar, de forma despojada - livre dos preconceitos que constituem nossas crenças e também mais atento aos fatos do que a ideologias-, uma nova incursão no universo dos valores que vão nos guiar daqui para a frente. Temos vividos num vácuo, sem referências e sem termos onde nos ancorar nas horas de maior aflição. Talvez em virtude disso, vivemos em crescente estado depressivo.

Não tenho a pretensão e nem a competência para esgotar um assunto assim complexo e que talvez tenha mesmo de ser revisto de tempos em tempos. O livro que vocês vão ler é a síntese de tudo que fui capaz de compreender a respeito da questão moral observada pela ótica que minha profissão me permitiu. Se ele servir de estímulo e impulso para que voltemos, todos nós a nos preocupar com a constituição de um conjunto de valores capazes de nos nortear no planeta que temos modificado de forma tão radical, terá cumprido plenamente minhas expectativas.

Flávio Gikovate

1 UM

Li recentemente uma resenha a respeito do lançamento de um livro no Estados Unidos cujo o título em português seria *O mal: uma investigação*. O autor da resenha o avaliou negativamente, entre outras razões, por não ter contribuído de forma significativa para a

solução do problema proposto, ou seja, não foi capaz de construir nenhuma hipótese considerável sobre a origem do mal. O crítico, por sua vez, também não se via habilitado a responder a essa questão complexa e tormentosa, apesar de ser pessoa bastante qualificada. Sendo assim, decidi concentrar em um novo texto as diversas reflexões que venho fazendo sobre o tema desde 1977.

Por meio da leitura desse interessante texto crítico - e de alguns outros -, aprendi que o bem e o mal não são entidades efetivas. São construções, quase mitos, que foram elaboradas em uma dualidade tida como inevitável. Deus e demônio lutam e lutarão para sempre! Assim, o bem depende do mal para se definir e ter existência, da mesma forma que o mal é definido por comparação com o bem. A grande maioria das pessoas acreditam que essa dualidade nos caracteriza de forma absoluta, que somos essencialmente constituídos por duas facções antagônicas não são do campo moral, mas em tudo: o Yin e o Yang.

Minha preocupação com essa questão essencial tem crescido com o passar do tempo. Ela surgiu de forma espontânea e inesperada pela análise de como se estabelece com a relação entre as pessoas, especialmente aquelas que se constroem entre um homem e uma mulher e que determinam as alianças conjugais. **O que me surpreendeu desde o início foi o fato de que a esmagadora maioria das pessoas “voluntárias”- aquelas que se fazem de modo espontâneo e que são atribuídas ao encantamento amoroso – segue uma norma única: se dá entre pessoas bastante diferentes, apostas em certos aspectos essenciais da personalidade.** Outra constatação que me impressionou foi a percepção de que era a voz corrente. Ou seja, a união entre opostos era estimulada - como registravam ditados populares que diziam que “dois bicudos não se beijam”, e também que “oposto se atraem”. As reflexões de Freud na sua Introdução ao narcisismo (1914) também seguiam caminho igual, sugerindo que o mais sofisticado, do ponto de vista psíquico, seria buscar no outro um complemento para aquilo que estaria nos faltando, em vez de procurar uma afinidade que se estabeleceria por “identificação narcísica”. Isto é, uma pessoa tímida, discreta, pouco agressiva e não muito competente para reivindicar deveria se unir a alguém extrovertido, ousado, agressivo e exigente.

GIKOVATE, Flávio. **O mal, o bem e mais além**. 11. ed. São Paulo: Summus, 2006 ISBN 9788572550741